



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ECONOMIA**

PAULO DÍDIMO CAMURÇA VIEIRA FILHO

**O BANCO PALMAS E SUA MOEDA SOCIAL DIGITAL COMO ESTRATÉGIA
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL**

**FORTALEZA
2023**

PAULO DÍDIMO CAMURÇA VIEIRA FILHO

O BANCO PALMAS E SUA MOEDA SOCIAL DIGITAL COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

Dissertação apresentada ao
Mestrado de Economia da
Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre. Área de
concentração: Desenvolvimento
Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Jair do Amaral
Filho

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V717b Vieira Filho, Paulo Dídimo Camurça.
O banco palmas e sua moeda social digital como estratégia de desenvolvimento sustentável local /
Paulo Dídimo Camurça Vieira Filho. – 2023.
123 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,
Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Jair do Amaral Filho.

1. Desenvolvimento. 2. Moeda social digital. 3. Desigualdade social. 4. Bancos comunitários. 5.
Banco Palmas. I. Título.

CDD 330

PAULO DÍDIMO CAMURÇA VIEIRA FILHO

O BANCO PALMAS E SUA MOEDA SOCIAL DIGITAL COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

Dissertação apresentada ao
Mestrado de Economia da
Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre. Área de
concentração: Desenvolvimento
Econômico

Orientador: PhD. Jair do Amaral
Filho

Aprovada em 27/04/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Machidovel Trigueiro Filho
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Francisco Laércio Pereira Braga
Universidade Estadual do Ceará

Agradeço a Deus por ter me acompanhado por todos os dias da minha vida e, aos meus pais e irmãos pelo carinho e apoio.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, Ana Cléa e Paulo Dídimo, por terem me proporcionado as condições necessárias para ingresso no Curso de Mestrado em Economia, e as minhas irmãs, Ana Paula e Ana Clara.

Ao Prof. Dr. Jair Amaral Filho por toda estima e consideração sempre com postura empática e motivadora diante das adversidades enfrentadas por mim, inclusive de saúde, sendo para mim exemplo de orientador e educador.

Aos professores do Mestrado em Economia, pelos conhecimentos adquiridos.

Aos professores da Banca Examinadora, Machidovel Trigueiro Filho, Francisco Laércio Pereira Braga pelas valiosas contribuições e sugestões pertinentes a pesquisa.

Aos funcionários da coordenação e secretaria do Curso, Jonathan, Carmen e pelo seu competente atendimento.

Ao Joaquim Melo, fundador e dirigente do Banco Palmas, que aceitou participar da pesquisa, pela cordialidade demonstrada, bem como pelas informações e dados fornecidos.

À equipe do Banco Palmas, nas pessoas de Katiana, Otaciana, Jaqueline, Adriano, Rosiane, Eduarda e Nayara, que colaboraram no fornecimento das informações necessárias.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro - Código de Financiamento 001

Aos colegas do Curso de Mestrado, por sua amizade e apoio.

À todos que de alguma forma colaboraram para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O cenário de desigualdade e exclusão social atual do País retrata os problemas graves enfrentados pela população brasileira em que lhes são negadas liberdades básicas como alimentação, saúde, moradia, segurança e outros. Em Fortaleza, no Conjunto Palmeiras, essa realidade ainda é mais evidente. Diante disso, esta pesquisa propõe-se analisar o Banco Palmas e sua moeda social digital como fatores de interesse local no enfrentamento da desigualdade social sob perspectiva de desenvolvimento sustentável local na capital do estado do Ceará. A metodologia da pesquisa utiliza fontes bibliográficas, documentais, dados secundários e entrevistas com base no estudo de caso do Banco Palmas. Como instrumento analítico, considera-se um conjunto de utiliza indicadores estratégicos dos níveis de crédito para consumo e para pequenos negócios, bem como o volume de compras com a moeda social do banco Palmas, em Fortaleza, durante o(s) anos(s)?. Esses resultados foram motivados pelo desenvolvimento tecnológico de sua plataforma digital e a expansão da atuação do Banco para outras áreas da cidade, a qual foi impulsionada pelo programa E-carroceiro e pela unificação na administração das moedas sociais digitais locais. Conclui-se que o desempenho dos indicadores estratégicos mostra que o Banco Palmas contribuiu o desenvolvimento local, gerando inclusão social, ampliação das *capabilities* e efetivação das potencialidades sociais, por intermédio de seus programas sociais, serviços bancários, microcrédito e suas moedas sociais digitais.

PALAVRAS-CHAVES: Desenvolvimento. Moeda social digital. Desigualdade social. Bancos comunitários. Banco Palmas.

ABSTRACT

The current scenario of inequality and social exclusion in the country portrays the serious problems faced by the Brazilian population in which they are denied basic freedoms such as food, health, housing, security, and others. In Fortaleza, in Conjunto Palmeiras, this reality is even more evident. The research proposes to investigate the Palmas Bank and its digital social currency as factors of local interest in confronting social inequality under the perspective of local sustainable development in the capital of the state of Ceará. The research methodology uses bibliographical and documental sources, interviews and secondary data. It uses concepts such as solidarity enterprises and community banks to analyze the local development strategy of Palmas Bank and its digital social currency from an institutional-theoretical and organizational-functional perspective. Based on this perspective, the specific case of the local performance of Palmas Bank and the unique characteristics in the use of its digital platform are examined. To this end, we analyze strategic indicators of credit levels for consumption and small businesses, as well as the volume of purchases with social currency in Fortaleza. We conclude that the performance of the strategic indicators shows Palmas Bank has contributed to local development. These results were motivated by the technological development of its digital platform and the expansion of the Bank's operations to other areas of the city, which was driven by the E-carroceiro program and by the unification in the administration of local digital social currencies. It is concluded that the performance of the strategic indicators shows that Banco Palmas contributed to local development, generating social inclusion, expanding capabilities and realizing social potential through its social programs, banking services, microcredit and its digital social currencies.

Keywords

Development. Social digital currency. Social inequality. Community banks. Palmas Bank

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Objetivos do desenvolvimento sustentável.....	26
FIGURA 2 – Linha do tempo do Conjunto Palmeiras e Banco Palmas	46
FIGURA 3 - Análise causa-raiz do processo histórico-social.....	48
FIGURA 4 - Organização da Rede Brasileira de Bancos Solidários Digitais (RBSD).....	49
FIGURA 5 - Eixos de ações dos BCDs para a promoção de liberdades e desenvolvimento.....	55
FIGURA 6 - Estratégia 5W-2H.....	57
FIGURA 7 - Matriz SWOT.....	58
FIGURA 8 - Configuração atual das atividades do Banco Palmas.....	66
FIGURA 9 - Atividades do Banco Palmas na função de Banco Comunitário local.....	68
FIGURA 10 - Iniciativas populares do Conjunto Palmeiras vinculadas ao Banco Palmas.....	70
FIGURA 11 – Moeda Palmas de papel (frente).....	85
FIGURA 12 – Moeda Palmas de papel (verso).....	86
FIGURA 13 – Serviços e-dinheiro.....	87
FIGURA 14 – Serviços e-dinheiro e taxas cobradas.....	88

--	--

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Crédito para pequenos negócios (em reais)	94
GRÁFICO 2 - Quantidade de Empreendimentos que receberam crédito.....	95
GRÁFICO 3 - Crédito médio por empreendimento.....	96
GRÁFICO 4 - Crédito médio por contrato.....	98
GRÁFICO 5 - Créditos para consumo (em moeda social).....	100
GRÁFICO 6 - Quantidade de contratos de crédito para consumo.....	101
GRÁFICO 7 - Crédito para o consumo / número de operações	102
GRÁFICO 8 - Quantidade de operações de bonificação com moeda social ambiental	103
GRÁFICO 9 - Valor de compra no comércio local (com moeda social).....	105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Crédito para pequenos negócios.....	93
TABELA 2 - Crédito médio por empreendimento.....	96
TABELA 3 - Crédito médio por contrato.....	97
TABELA 4 - Créditos para consumo (em moeda social).....	99
TABELA 5 - Quantidade de operações de bonificação com moeda social ambiental.....	103
TABELA 6 - Valor de compra no comércio local (com moeda social).....	105

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASMOCONP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
BACEN	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
OSCIP	Organização Social de Interesse Público
ONU	Organização das Nações Unidas
SENAES	Secretária Nacional de Economia Solidária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CEF	Caixa Econômica Federal
RBSD	Rede Brasileira de Bancos Solidários Digitais
RBBC	Rede Brasileira de Bancos Comunitários

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	16
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
	2.1 A ideia de desenvolvimento	20
	2.2 Concepções sobre o Desenvolvimento Humano	22
	2.3 O sentido de Desenvolvimento Sustentável.....	24
	2.4 Estratégia Global de Desenvolvimento Sustentável.....	26
	2.5 Economia Social e a Economia Solidária .	27
	2.6 Empreendimentos solidários	31
	2.7 Bancos comunitários e o desenvolvimento local sob uma perspectiva sustentável	32
3.	METODOLOGIA DA PESQUISA	37
	3.1. Caracterização da pesquisa	37
	3.2. Participantes, local e período da pesquisa	38
	3.3. Coleta de informações	38
	3.4. Procedimentos de Análise dos Dados	40
4.	ESTUDO DE CASO.....	42
	4.1 Breve Análise Histórica do Banco Palmas.....	42
	4.2 Análise Institucional-teórica do Banco Palmas	50

4.3. O Banco Palmas em Fortaleza sob uma perspectiva organizacional-funcional.....	66
4.4 Análise do uso econômico e referencial jurídico das moedas sociais digitais na Plataforma E-Dinheiro, sob a perspectiva do Banco Palmas em Fortaleza.....	73
4.5 Análise de dados do Banco Palmas em Fortaleza.....	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	115
ANEXO A - Cadastro de Pessoa Jurídica – Instituto E-Dinheiro Brasil..	117
ANEXO B - Cadastro de Pessoa Jurídica – Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária.....	118
ANEXO C – Folder – Banco Palmas.....	119

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas de 2022, o Brasil é um país emergente e em desenvolvimento, porém com graves disparidades econômicas e sociais, observáveis a partir do índice de Gini¹ calculado de 0,489 (PNUD,2022).

Esse relatório é um documento que demonstra indicadores socioeconômicos desenvolvido pelas Nações Unidas como forma de facilitar ações na área desenvolvimento sustentável sob diversas dimensões territoriais.

Neste sentido, observam-se desigualdades em muitos parâmetros, inclusive regionais e locais. Comparativamente, percebe-se que entre os estados brasileiros, o menor índice registra-se em Santa Catarina, com 0,424 enquanto o maior valor no estado do Rio Grande do Norte com 0,587 e no estado do Ceará com 0,549, acima da média nacional e próximo ao Ranking alcançado pelos países mais desiguais do mundo, como o Reino de Essuatíni (0,546) e Colômbia (0,542), que ocupam, respectivamente, 4º e 5º posição (PNUD, 2022).

No contexto de um país marcado por desigualdades sociais significativas, o Município de Fortaleza, que é a capital do estado do Ceará, tem sido historicamente reconhecido por apresentar indicadores socioeconômicos discrepantes entre seus bairros. Essa disparidade é um sintoma evidente sobre o que Sen (2000) escreve sobre pobreza como privação de capacidades básicas, conforme o estudo realizado pela Secretaria do Desenvolvimento Humano do Ceará (2010) por bairro de Fortaleza, respectivamente o bairro Meireles tem o melhor IDH, com 0,953 e o Conjunto Palmeiras, o pior, com 0,119, onde localiza-se o Banco Palmas.

O atual cenário de desigualdade econômica e social no país retrata os graves problemas enfrentados pela população brasileira, que tem sido privada de itens fundamentais como alimentação, saúde, moradia, segurança e outros relacionados a efetivação de direitos básicos. Nesse contexto, fica evidente a necessidade urgente de buscar mecanismos efetivos para enfrentar essa problemática, de modo a promover impactos positivos na efetivação dos direitos

¹ Índice de Gini, ou coeficiente de Gini é um indicador que mensura a igualdade e desigualdade de distribuição de renda em um determinado território. Quanto mais próximo de zero for o índice de Gini, menor concentração de renda no país.

fundamentais estabelecidos pelo sistema social determinado pela Constituição de 1988.

Em um mundo globalizado que necessita ativar a Agenda 2030 da ONU - voltada aos objetivos do desenvolvimento sustentável - nada mais justo mobilizar parcerias com foco nas populações pobres e vulneráveis. Nesse sentido, deve-se conduzir transformações tecnológicas mediante o incentivo de tecnologias digitais que permitam mitigar as desigualdades socioeconômicas, principalmente aos que não têm acesso à conectividade. Diante dessa problemática, o Banco Palmas se destacou por romper com paradigmas tradicionais na compreensão da economia solidária no Brasil. Sua visão é expressa pela frase de Paul Singer "Ninguém vence a pobreza sozinho", inscrita nos muros da instituição. O banco se tornou um importante agente no desenvolvimento de modos de subsistência junto às populações mais vulneráveis.

Diante desse cenário, o estudo determina como principal questão norteadora: **De que forma o Banco Palmas e sua moeda social digital podem ser considerados fatores de interesse local no enfrentamento da desigualdade social sob perspectiva de desenvolvimento sustentável em Fortaleza?**

Desta maneira, o estudo se propôs a analisar o Banco Palmas e sua moeda social digital como estratégia de desenvolvimento sustentável, no município de Fortaleza.

Assim, este estudo busca, não apenas conhecer a natureza da iniciativa, mas a essência e o combate das desigualdades, a fim de problematizar sob uma perspectiva científica e olhar ético essas questões e os impactos na sociedade, com vistas a contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas pelo Poder Executivo que visem a tornar a ideia ainda mais efetiva.

Assim, sob uma perspectiva orientada ao futuro, pretende-se, com este trabalho, proporcionar um ponto de partida para a elaboração de mais pesquisas na área. Além disso, espera-se que esta pesquisa contribua para a ampliação dos horizontes na compreensão dos aspectos sociais inerentes à economia solidária, algo essencial para a compreensão da Economia no Século XXI. Além disso, sob uma ótica internacional, o objeto de estudo está inserido em uma estratégia global de economia solidária na qual se propõe a mudar os paradigmas econômicos

existentes. Essas mudanças sinalizam a valorização das economias locais ressaltada pelo uso de bancos comunitários e de suas moedas sociais em vários países e, no Brasil, o caso do Banco Palmas é o maior representante desse movimento.

Diante da perspectiva cidadã, o estudo contribui para a valorização dos direitos humanos, algo importante para o coletivo, pois a promoção dos valores provenientes dos direitos fundamentais faz parte da função social da universidade. E sua contribuição é necessária.

Todas essas questões me impulsionaram a buscar oportunidades que pudessem contribuir para me aproximar dessa problemática como pesquisador desde o início da minha formação acadêmica. Nesse sentido, as questões norteadoras específicas são: **Quais as características históricas, teóricas, institucionais, funcionais e jurídicas do Banco Palmas na cidade de Fortaleza? Como ocorre o uso de sua moeda social digital na cidade de Fortaleza?**

Estruturou-se a escrita da pesquisa em capítulos que foram divididos em seções. No primeiro capítulo, escreve-se sobre a introdução, a exposição do tema, do problema, a justificativa, bem como as questões norteadoras. No segundo capítulo, busca-se problematizar as desigualdades como geradoras de exclusão social a serem enfrentadas por iniciativas de desenvolvimento sustentável. No terceiro capítulo, trata-se sobre o referencial teórico com destaque aos conceitos relacionados a desenvolvimentos sustentável, local, banco comunitários e desigualdade social. No quarto capítulo, elabora-se a metodologia da pesquisa. No quinto capítulo, realizou-se o estudo de caso com o detalhamento dos resultados obtidos. Esse capítulo, divide-se em 4 seções principais. Na seção 5.1, efetuou-se uma breve análise histórica do Banco Palmas. Na seção 5.2 e 5.3, caracterizou-se o Banco Palmas em Fortaleza sob uma perspectiva institucional-teórica e organizacional-funcional. Na seção 5.4, com base nessa caracterização, analisou-se o uso econômico e referencial jurídico das moedas sociais digitais na Plataforma E-dinheiro, sob a perspectiva do Banco Palmas em Fortaleza. Na seção 5.5, com base na pesquisa, examinou-se os dados da atuação do Banco Palmas em Fortaleza de 2018-2022. Dessa forma, obteve-se os resultados do estudo,

considerando as perguntas norteadoras para no fim incluir sugestões para estudos futuros.

Para compreender as moedas sociais digitais dos bancos comunitários brasileiros, é necessário contextualizar o uso, ocorrência e aplicação desse instrumento. Nesse sentido, o ambiente de ocorrência desse empreendimento é marcado em sua essência pela desigualdade social e o processo de problematização articula-se com as formas e situações dessa iniciativa inserida na realidade brasileira, em caso específico no município de Fortaleza.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tem como ideia-chave o Desenvolvimento Sustentável - DS - o qual é um tema com impacto em diversas áreas do conhecimento científico e, situa em seu entorno o marco teórico pertinente a esse trabalho. Dessa maneira o exame de sua construção como conceito e sua relação com outras ideias é essencial para a compreensão deste trabalho.

2.1 A ideia de desenvolvimento

Na perspectiva de Celso Furtado (2000), a ideia de desenvolvimento é originária da ideia de progresso. Essa última era baseada na noção iluminista de que a razão naturalmente conduziria o ser humano para um grau maior de civilização. Embora a ideia de desenvolvimento tenha tido origem nessa noção de progresso, antes de falar nela já havia discussões econômicas, mas não se falava em desenvolvimento, o termo utilizado era apenas crescimento, crescimento econômico. Vasconcelos e Garcia (2004, p.210) demonstram a diferença entre ambos os conceitos ao dizer que:

Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento Econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O desenvolvimento Econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde nutrição, educação e moradia).

Vale ressaltar que essa é uma das visões existentes sobre o termo, e autores clássicos como Smith (1983), viam o assunto de outra maneira, pois observavam o crescimento econômico como aumento do total da riqueza produzida em uma nação, a qual ocorreria devido às relações de troca entre indivíduos, e o termo desenvolvimento econômico ainda não era utilizado.

De toda maneira, a visão clássica trazida para os dias atuais, poderia ser compreendida como o aumento do PIB, do PNB ou outra forma de medir o produto

de um determinado território. Tal perspectiva também é ilustrada por Moraes (2009) ao citar a Renda Nacional como exemplo.

Deste modo, Smith (1983), como ressaltado por Moraes (2009), Vasconcelos e Garcia (2004), tem seus méritos ao relacionar o crescimento econômico como algo a ser representado por um indicador do aumento quantitativo de riqueza, seja da riqueza total produzida por determinado território, seja de sua produtividade. Porque, no fim, o aspecto essencial de crescimento econômico presente em muitos autores é o fato do crescimento econômico ser um indicador quantitativo do produto, enquanto o desenvolvimento seria um indicador qualitativo.

Dada uma breve perspectiva histórica, resgata-se a ideia de que, de acordo com Furtado (2000), a noção de desenvolvimento nasce da ideia de progresso, como foi dito acima. No entanto, ao contrário de Vasconcelos (2004), Furtado dá a ela dois sentidos distintos. O primeiro, baseado na noção de crescimento econômico, trata do progresso de determinado sistema social de produção, que tem, em sua essência, a Divisão Social do Trabalho, e recebe *inputs* e produz *outputs* de natureza diversa e fluida. Esse progresso ocorreria mediante a elevação da produtividade do conjunto de um sistema social, seja por meio da acumulação de capital, seja por meio de melhoria da capacidade técnica. Enquanto o segundo sentido seria, basicamente, caracterizado pelo nível de satisfação das necessidades e do bem-estar dos seres humanos presentes em determinado sistema social de produção.

Um exemplo de elemento da ideia de desenvolvimento no primeiro sentido seria o aumento do valor do PIB per capita de um país - como o Brasil - de um ano para outro. No exemplo, um país pode ser considerado determinado sistema social de produção, cuja produtividade seria medida por uma relação entre o produto e os recursos humanos existentes no país (quantidade de pessoas no caso).

Isso poderia ocorrer, por exemplo, em regime *ceteris paribus*, em função do aumento da diferença entre exportações e importações (acumulação de capital), ou por causa do aumento da eficiência das empresas (melhoria da capacidade técnica), entre outras diversas causas dependendo dos *inputs* que o país (sistema social) absorve e produz. Sobre o segundo sentido, pode-se dar como exemplo de elemento da ideia de desenvolvimento relacionado ao bem-estar, a elevação da

taxa de alfabetismo em determinado sistema social de produção entre um ano e outro, ou o aumento da expectativa de vida ao nascer.

Desse modo, esclarecida a noção de desenvolvimento e seus sentidos, nota-se a necessidade de amplificá-la. Com efeito, Sen (1999, p.63) em seu livro sobre ética e economia, afirma “Bem-estar não é a única coisa valiosa”. Tal amplificação é recente e resulta de toda uma mudança paradigmática que ocorreu no mundo todo. Essa mudança é resultante do fato de que o desenvolvimento, além de ser promotor do bem-estar com o objetivo do desenvolvimento humano, ele deve ser sustentável, conforme será desenvolvido nas seções seguintes.

2.2 Concepções sobre o desenvolvimento humano

A concepção atual de desenvolvimento humano teve como marco inicial importante o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (1990) elaborado pela ONU. Desse modo, o crescimento da economia definitivamente passou a ser visto como um componente do desenvolvimento que seria um processo maior e não como o seu sinônimo. Isso foi sintoma da formação de novos valores que romperam com os paradigmas anteriores que acreditavam que o progresso material teria como consequência automática a melhora nos padrões sociais (VEIGA, 2010).

O Relatório (1990) define desenvolvimento humano como um processo de ampliar as capacidades produtoras de possibilidades de escolhas das pessoas. Tal processo decorre da possibilidade da expansão das liberdades políticas, dos direitos humanos, do nível de qualidade de vida, entre outros mecanismos com o intuito de ampliar as escolhas e o nível de bem-estar das pessoas. Nesse sentido, o crescimento do produto seria visto apenas como um sintoma de uma visão mais ampla de desenvolvimento, a qual seria medida pelo incremento das possibilidades dos indivíduos.

Assim, essa visão, presente no relatório, de ampliação das chamadas “*capabilities*” e de sua eficiência é resultado da ideia do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (2010). O mesmo autor defende a ampliação das capacidades de escolhas dos indivíduos tanto como meio de se alcançar o desenvolvimento como forma de auferir o nível de desenvolvimento de um local.

Tal perspectiva resultou na criação do Índice de Desenvolvimento Humano, o qual possui três componentes, cada um com seu indicador, a saber: . A longevidade, o conhecimento que a população possui e os recursos disponíveis para uma vida de qualidade, de forma que para cada componente foi escolhida uma variável para ser usada como parâmetro. O estabelecimento de parâmetros voltados para o ser humano foi uma evolução para a compreensão do desenvolvimento, porém tal índice possui algumas limitações, já que em territórios profundamente desiguais como o Brasil, os seus indicadores no geral e, principalmente, renda per capita, não revelam a real situação social.

Neste contexto, baseia-se no referido relatório da ONU (1990) para difundir determinada ideia de desenvolvimento humano. Nesse sentido, a longevidade possui como indicador a expectativa de vida ao nascer, pois é dentro da esfera da vida humana que as outras *capabilities* podem ser ampliadas. Na mesma lógica, o conhecimento possui como indicador a taxa de analfabetismo, devido ao caráter básico da alfabetização e sua capacidade de proporcionar significativa expansão da autonomia aos indivíduos na participação e construção do desenvolvimento dos seres humanos. Por último, igual padrão se aplica na análise dos recursos disponíveis para uma vida de qualidade, a qual é verificada pelo uso da variável renda per capita. Desse modo, no desenvolvimento humano, as pessoas não são percebidas apenas como um meio para o desenvolvimento e sim como partícipes de um processo os quais são vistas como finalidade última e principais beneficiárias.

Por outro lado, ao observar o relatório (1990), verifica-se que as três medições são falhas no sentido que lidam com as médias dos dados e não revelam realidades escondidas ou grupos de “*outliers*” dentro dos territórios. Dessa maneira, determinados grupos, em virtude da desigualdade social, são caracterizados por valores destoantes dos indicadores resultantes de cada localidade.

Isso pode ser demonstrado no índice de desenvolvimento humano por bairro utilizado pela secretaria de desenvolvimento humano em Fortaleza, o qual a fórmula é a seguinte:

Dessa forma, evidencia-se que o índice de desenvolvimento humano possui falhas inerentes à sua medição, a qual pede não apenas uma forma de superação de suas falha como índice, mas também sua superação na esfera de valores de

forma a extrapolar a ideia de desenvolvimento humano e buscar um novo paradigma de desenvolvimento, o chamado desenvolvimento sustentável.

2.3 O sentido de desenvolvimento sustentável

Para Moraes (2009, p.21), ao escrever sobre a ideia de desenvolvimento sustentável, defende que ele “existe desde que existe o homem convivendo com a natureza e procurando preservá-la para continuidade da obtenção dos alimentos [como] a tradição e a sabedoria indígena demonstram”.

Apesar dessa visão, o termo como ideia trabalhada metodologicamente pelas ciências teve uma origem mais recente e para Sachs (2002), a iniciativa da formulações teóricas a respeito do conceito surgiram com a tentativa de harmonizar objetivos sociais, econômicos e ambientais a partir dos anos 70 na primeira conferência internacional sobre o meio ambiente realizada em Estocolmo. De forma que resultou na aparição do termo nos anos 80, para que enfim fosse mais difundido, por meio da confecção do Relatório Brundtland.

De acordo com o Relatório de Brundtland(p.41,1991), “*sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.*” Nesse sentido para o Relatório(1998), o desenvolvimento sustentável faz referência a dois conceitos, o de “*needs*”, que faz alusão às necessidades essenciais das pessoas, em especial das mais pobres do mundo, as quais prioridade deve ser dada, de modo a abordar assim a dimensão social como noção de sustentabilidade. Além disso, ele defende a ideia de que existem forças limitantes derivadas do atual estado de tecnologia e organização social as quais afetam a capacidade do meio ambiente de satisfazer as necessidades presentes e futuras, de forma que uma nova visão econômica é necessária.

Assim, para Relatório (1998) cada país deve ter uma aplicação diferente do conceito em função das forças limitantes de cada sociedade sem perder de vista a essência da ideia básica de desenvolvimento sustentável. Por fim, vale ressaltar que ele enfatiza que o crescimento econômico não é suficiente em determinado território, pois níveis altos de produtividade podem coexistir com a pobreza desenfreada, de forma que o desenvolvimento sustentável tem como objetivo não

apenas aumentar o potencial produtivo como também assegurar oportunidades equitativas para todos, o que ocorrerá por meio de mudanças institucionais, do desenvolvimento tecnológico e de uma mudança paradigmática no modo de pensar o desenvolvimento.

Para Moraes (2009), essa nova forma de pensar o desenvolvimento se manifesta por meio da ampliação da área de intersecção do sistema político, do sistema econômico e do sistema biológico de determinado território com o objetivo proporcionar as gerações futuras recursos **naturais e artificiais** de igual ou superior valor aos que foram herdados.

Tal visão ao incluir tanto os recursos naturais como os artificiais, demonstra uma visão de desenvolvimento sustentável que extrapola o sistema biológico, de modo a incluir outros fatores humanos como sociais e econômicos.

Nesse mesmo sentido, para Sachs (2007), o desenvolvimento deve ser visto baseando-se nas cinco dimensões de sustentabilidade que são: a sustentabilidade social, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade espacial e a sustentabilidade cultural. Dessa maneira a dimensão ecológica não é a única dimensão analisada quando se trata do assunto a qual deve estar em harmonia com as outras.

Nota-se que essas dimensões se baseiam no conceito de sustentabilidade. Nos termos de Moraes (2009), esse conceito pode ter dois sentidos, o de sustentabilidade fraca, que admite a substituição perfeita entre os tipos de capital existentes, a qual admitiria, por exemplo, menos biodiversidade poderia ser compensada por mais educação, de forma que o mais importante seria transmitir um valor agregado maior para próxima geração, sem que nenhum tipo de capital tenha tratamento especial, enquanto a concepção de sustentabilidade forte rejeita essa ideia.

Nesse sentido, Sachs (2007) indica em seu livro rejeitar a hipótese de substituição perfeita entre os tipos de capitais das diferentes dimensões de sustentabilidade, isso ocorre porque cada dimensão é dotada de atributos próprios, de forma que a ampliação da sustentabilidade econômica não compensaria o encolhimento, por exemplo, da sustentabilidade social ou ecológica, pois, nos termos de Moraes (2009), alguns ativos de capital natural social são dificilmente capazes de serem substituídos de maneira adequada.

Com efeito, demonstrou-se a amplitude do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual possui variadas dimensões. Desse modo, faz-se necessário que os agentes de desenvolvimento ao procurar realizar tanto ações locais como globais, partam da visão de sustentabilidade atual como forma de encorajar o uso de estratégias afim de alcançar seus objetivos

2.4 Estratégia de Desenvolvimento Sustentável Global

Com base nessa nova forma de pensar o desenvolvimento, a ONU formulou uma estratégia de desenvolvimento que mudou os paradigmas existentes. Tal estratégia hoje é conhecida pelo nome de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esses objetivos atualmente orientam uma série de iniciativas globais e são subdivididos em metas as quais são examinadas por meio de indicadores, trata-se, portanto, de uma estratégia de desenvolvimento global com impactos nas 5 dimensões de sustentabilidade de Sachs (2007).

Essas dimensões permeiam uma ampla estratégia de desenvolvimento sustentável da ONU chamada Agenda 2030, a qual possui 17 objetivos conforme a Figura 1.

Figura 1. Objetivos do desenvolvimento sustentável



Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Nesse sentido, os objetivos dessa estratégia **global** de desenvolvimento sustentável são de caráter único os quais possuem afinidades com os objetivos

estratégicos de outros atores de desenvolvimento sustentável em nível **local** ao redor do mundo na contemporaneidade.

2.5 A economia social e a economia solidária

Atualmente, economia social sob uma ótica contemporânea, pode ser vista como um meio para a promoção do desenvolvimento sustentável proposto pela ONU. No entanto, ela tem uma tradição histórica muito mais antiga, pode-se resgatar suas origens tanto em experiências de povos tradicionais como indígenas e quilombolas quanto comunidades cristãs tradicionais. Isso ocorre porque sistemas de ajuda mútua baseados no associativismo surgiram na história nos mais variados contextos e lugares, de forma a traduzir na natureza da economia social.

Atualmente, a visão moderna de economia social é resultado de um caldo ideológico que adquiriu mais densidade teórica do século XIX em diante culminando em uma série de princípios determinantes de sua essência. Nesse sentido, verifica-se que a natureza da economia social é dada por quatro elementos fundantes: “finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; autonomia de gestão; controle democrático pelos membros; primazia do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes.” (DEFOURNY, 2009, p. 158).

Desse modo, baseado nas ideias de Defourny(2009), pode-se afirmar que a economia social é uma área da economia que valoriza a autonomia das associações frente a fatores externos, por meio de uma gestão democrática que dê voz a seus membros, a qual, sem necessariamente vedar, nega-se a busca lucro como motivação principal a qual sempre será o bem-estar da comunidade.

Com base no legado teórico da economia social, Laville (2009) defende que o termo economia solidária surgiu no fim do Século XX para abarcar uma série de atividades econômicas baseadas nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática, sob uma perspectiva do agir ético baseada na solidariedade entre as pessoas. De maneira complementar, Singer (2002) diz que seus “princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.”.

Dessa forma, seguindo a linha do primeiro autor, o termo incluiria apenas experiências recentes de associativismo e cooperativismo no final dos anos 70, início dos 80 até hoje, sem desprezar as bases na economia social que seriam uma experiência mais antiga de acordo com a visão adotada.

Sob outra perspectiva, Singer (2002), advoga que a economia solidária nasceu logo depois do surgimento do capitalismo industrial, em meio a exploração social existente nas fábricas daquele modelo vigente. Nesse período, o Armazém de Rochendale (1844) e seus princípios foram um marco nas práticas de associativismo e cooperativismo.

Essa visão tem seus méritos, pois valoriza empreendimentos históricos, como a experiência de Rochendale (1844), na evolução do cooperativismo e do associativismo, essenciais na compreensão da economia solidária. No entanto, opta-se por não utilizar essa perspectiva, já que ela busca atribuir a economia solidária, uma categoria desenvolvida nas últimas décadas, para referenciar o movimento cooperativista do início do Século XIX, um outro período histórico bem distinto. Dessa maneira, opta-se pela visão de Dafouny (2009) que considera esse período como parte da história da economia social. Nesse mesmo sentido, sobre a economia solidária, Miller (2010, p.1) destaca:

[...] contemporary uses of the term appear to have emerged in both France and South America--specifically Colombia and Chile--in the early 1980s. European concepts of *économie solidaire* emerged from a long tradition of "**social economy activism**" (grifou-se) and policy oriented toward addressing social and economic exclusion through "third sector" alternatives to conventional market and state-centered institutions.

Nessa citação, o autor determina a origem histórica da economia solidária, o que permite agora analisar o movimento sob uma linha de raciocínio que conecte a ética na perspectiva aristotélica que se manifesta na visão de Sen(2010;1998) em harmonia com os princípios da cooperação, autonomia e gestão democrática a partir das ideias de Laville (2009).

Desta forma, com base nas ideias de Laville (2009), pode-se dizer que a economia solidária valoriza a cooperação, no sentido que estimula a união dos esforços e a partilha de responsabilidades, atuando de modo a promover a solidariedade no meio social, pois prega um contato mais humano entre os

produtores como também para com os consumidores, pois se preocupa com a melhoria da qualidade de vida da população com uma justa partilha dos resultados alcançados, por meio do exercício de práticas de gestão participativas no ambiente de trabalho.

Isso decorre do fato que é um movimento fundamentado na igualdade e no tratamento recíproco entre as pessoas, segundo princípios da autonomia e da cooperação em um modelo de gestão de natureza democrática sempre em busca de equidade e justiça social. Isso significa que apesar de buscar ser viável economicamente, procura alternativas e não se subordina a um modo de pensar utilitário estritamente racional característico das formas de economia convencionais.

Essa outra visão econômica está de acordo com Sen (1998), para quem a ética e a economia estão conectadas por um liame desde o nascimento dessas duas áreas, como pode ser visto na própria origem da palavra do grego “*oikos*” que significa casa e “*nomos*” que significa regras e costumes. Essa concepção advém de Aristóteles que via a casa como algo de sentido amplo que poderia abarcar o sentido de “*polis*” como eram chamadas cidades-estado da Grécia.

Desse modo, a economia tem uma origem ética pois está relacionada com o ato de cuidar da “casa” ou seja do local em que as pessoas vivem mediante regulamentos e costumes que obedeçam princípios éticos.

Ao contextualizar essa visão grega da ética como parte essencial da economia, resgata-se em certa medida no fenômeno da economia solidária. Isso ocorre porque, nos termos de Laville e Gaigner (2009), ela não se baseia em princípios utilitaristas, está centrada no valor de justiça com um *ethos* de distribuição e de humanização da sociedade, por meio da cooperação e da reciprocidade, de modo a promover a equidade e a justiça social, ideias fundamentalmente de natureza **ética**.

Além disso, vale frisar que tais ideias são promovidas de maneira autônoma pelas organizações com a deliberação de natureza política dialógica, de modo a observar as necessidades coletivas no contexto do agir da economia solidária. Então, disso decorre dos princípios que regem a essência da economia solidária que são de autonomia, cooperação e a própria gestão democrática, sob esse aspecto de deliberação política de natureza ética, (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Além das características da economia solidária, deve-se frisar que é possível abordar a economia solidária por meio de quatro abordagens distintas: como mera forma de inclusão social; como forma da reedição das ilusões do socialismo utópico, como forma alternativa de desenvolvimento local; e como forma resultante do processo dialético dos movimentos de resistência social contra a lógica excludente do modelo capitalista nascido nos anos 80 (CRUZ; DOS SANTOS, 2011).

De forma a realizar um recorte teórico, essa pesquisa observa a economia solidária pela conjugação das duas últimas abordagens. Dessa maneira, ela é vista como uma alternativa de desenvolvimento local resultante (síntese) da relação entre o modelo econômico vigente no mundo, inclusive no Brasil, na atualidade (tese) e a resistência social existente a esse modelo (antítese).

Escolhida a opção pela abordagem, de acordo com (CRUZ DOS SANTOS, 2011; p.72) deve-se optar entre “três diferentes perspectivas histórico-teóricas como forma de inclusão social; clientelismo social e mistificação ideológica e como projeto emancipatório”.

De acordo com os autores, a primeira ideia peca por apenas a ver como meio de inclusão social e não existir o questionamento do que produziu a exclusão e nem do porque a sociedade e o mercado atual exigir dos trabalhadores a necessidade de se associarem para enfrentar os problemas sociais pelos quais passam, quando em uma sociedade ideal, sem problemas sociais, isso não seria necessário. A outra perspectiva existente que os autores discorrem é a abordagem histórico-teórica da economia solidária como clientelismo social e mistificação ideológica. Nela, parte-se de uma perspectiva anticapitalista, de que o cooperativismo da economia solidária seria um clientelismo na forma artifício ideológico criado por ONG's, instituições públicas e empresas, o qual promove apenas uma forma mistificada de inclusão, no sentido de não ser considerada eficaz como ferramenta de enfrentamento da lógica excludente do sistema (CRUZ; DOS SANTOS, 2011).

Enquanto a primeira perspectiva é limitada, é necessário promover a reflexão das causas da exclusão. A segunda é errônea, pois desqualifica a inclusão social proporcionada pela economia solidária, bem como nega os resultados dos empreendimentos solidários.

Dessa maneira, resta a perspectiva histórico-teórica da economia solidária como projeto emancipatório. Considera-se um projeto, porque demanda um planejamento e uma estratégia de longo prazo de seus empreendimentos solidários dentro de suas redes de consumo, produção e crédito. Esse projeto é emancipatório, pois busca empoderar os trabalhadores de forma a lhes garantir autonomia e independência na construção de melhores condições de vida.

Tais características aparecem tanto nas cooperativas como em diversas associações baseadas nos princípios da economia solidária. Nessa perspectiva, a economia solidária produz organizações de natureza distinta das organizações econômicas tradicionais na forma de enfrentamento das desigualdades sociais, bem como nos valores e costumes pelas quais são regidas, de modo que se faz necessário examinar de maneira mais detalhada como tais empreendimentos que se situam nesse cenário.

2.6 Empreendimentos Solidários

De acordo com Laville e França (2004), os empreendimentos solidários devem ser analisados baseados nos seguintes critérios: Democratização dos processos decisórios, autonomia institucional, sociabilidade comunitário-pública, finalidade multidimensional e pluralidade de princípios econômicos. Na perspectiva desses autores, uma organização deve estar de acordo com esses critérios para ser considerado um empreendimento solidário. O primeiro, justifica-se, pois é baseado na ideia de deliberação política da gestão democrática que encarna uma das essências da própria economia solidária da qual quando obedecida resulta na autonomia institucional derivada dos processos decisórios internos.

O outro critério, de acordo com Laville e França (2004) diz respeito à característica da sociabilidade comunitário-pública, ela decorre da conjugação da ideia de solidariedade com a valorização das relações locais, no entanto essa característica não pode ser usada para centrar a organização em si mesma, de modo que o empreendimento deve possuir uma visão sistêmica de maior amplitude do local em que está inserido em decorrência de sua finalidade multidimensional.

Por fim, é importante analisar o último critério, a multidimensionalidade, que resulta do fato de que o elemento financeiro é apenas um meio e não um fim em si

mesmo. No entanto, vale frisar sua importância na característica da pluralidade de princípios econômicos que revelam a tendência de tais empreendimentos em manterem fontes distintas de recursos e buscarem um equilíbrio entre elas. Essas fontes podem ser provenientes tanto do mercado como de organizações governamentais e não governamentais, além de práticas voluntárias. Laville e França (2004).

Baseado nesses critérios, destaca-se que os principais empreendimentos da área de Finanças solidárias são as cooperativas de crédito solidário e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Assim, evidencia-se os critérios de caracterização dos empreendimentos solidários que possuem uma ampla área de atuação, dentre as quais, a que é objeto desta pesquisa que é a atuação dos bancos comunitários.

2.7 Bancos Comunitários e o desenvolvimento local sustentável no enfrentamento da desigualdade social como geradora de pobreza

Ao redor do mundo, existem diversas experiências de inovações sociais financeiras como o Banco Grameen. Trata-se de uma experiência pioneira de reconhecimento internacional iniciada em 1976 e transformada em Banco oficial em 1983. Nesse sentido, tem em comum com os bancos comunitários brasileiros o fato de que sua principal atividade é a concessão de microcrédito como forma de combate a pobreza (YUNUS, 2008).

Esse microcrédito adquirido em grupos de pessoas que se responsabilizam pela devolução e possui como principal diferença em relação aos Bancos Comunitários brasileiros o fato de que não requerer que a área de aplicação do crédito seja fornecida e não interferir na finalidade dos recursos dada pelos participantes. Isso ocorre motivado pela crença no potencial criador e por acreditar no valor da diversidade das aplicações de crédito de seus usuários. Enquanto no caso dos Bancos comunitários brasileiros, busca-se saber a finalidade do empréstimo, com o objetivo de se certificar que ela promoverá bem estar social (VIEIRA; NOGUEIRA, 2015).

Nessa perspectiva, a ideia de bancos comunitários de desenvolvimento não é restrita ao Brasil, de modo que ele está inserido em um movimento global de

novas práticas econômicas. Outro exemplo, dessa vez, mais similar aos Bancos comunitários brasileiros é a “*la Red de Moneda Social Puma*”. Essa rede é organizada por meio de uma assembleia aberta e grupos de trabalho da comunidade local. A rede está organizada em iniciativas como o Mercapuma, uma feira de economia solidária; o “Puma Abastos”, uma loja de artesanatos solidários; La Cajá de Cuidados, que funciona como mediadora de conflitos na rede; difusão e comunicação; a administração e a própria moeda puma. Nessa moeda, não é possível transformar a moeda social digital em nenhuma situação para a moeda oficial no caso euros. A plataforma que a abriga é a *Click Coin* e funciona como crédito mútuo, seguindo os princípios da economia solidária (LA CASA GRANDE DEL PUMAREJO, 2023).

Esse exemplo demonstra o quanto a ideia dos bancos comunitários está atrelada ao desenvolvimento local, conceito o qual é definido por uma das agências de desenvolvimento do país, a Agência de Desenvolvimento do sudoeste do Paraná (2022) da seguinte maneira:

O Desenvolvimento Local é um processo onde a comunidade local, com representantes de todos os setores trabalham juntos para estimular atividades comerciais locais, resultando em uma economia forte e sustentável de forma participativa. É, então, a melhor maneira de ajudar a criar empregos decentes e melhorar a qualidade de vida para todos, incluindo os mais pobres e marginalizados. O desenvolvimento local incentiva, de modo cooperativo, os setores público, privado e a sociedade civil a estabelecer parcerias e a encontrar soluções para desafios comuns a estes.

Essa definição de desenvolvimento local está bem respaldada teoricamente, pois enfatiza os elementos comunitários do desenvolvimento. Além disso, valoriza a formação de uma economia que seja construída de maneira cooperativa entre os diversos agentes econômicos de modo a produzir não apenas crescimento econômico, mas, principalmente, desenvolvimento local sustentável.

De acordo com o termo de referência aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia – Ceará, os bancos comunitários definem-se como “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária,

voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.”

Foi nesse encontro que o conceito de Bancos Comunitários foi padronizado como referencial para o movimento da economia solidaria no Brasil e continua atual seja pela sua ênfase na economia local e na natureza associativa e comunitária, seja pela sua base nos princípios da economia solidaria. Assim, a partir desses conceito, pode-se inferir que os bancos comunitários possuem as seguintes características:

1) Serem criados por decisão da própria comunidade, que se torna sua gestora e proprietária. 2) Atuar sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante. 3) Estimular, por intermédio de suas linhas de crédito, a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território. 4) Apoiar empreendimentos – feiras, lojas solidárias, centrais de comercialização etc. – como estratégia de comercialização. 5) Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social. 6) Voltar-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas governamentais de políticas compensatórias. 7) Fundar sua sustentabilidade financeira, no curto prazo, na obtenção de subsídios justificáveis pela utilidade social de suas práticas. (Neto Segundo, 2009)

Desse modo, baseado nas ideias do autor, observa-se que as principais características do Banco Comunitário desenvolvimento é a capacidade de promover o desenvolvimento endógeno do território em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável local com planejamento financeiro, de forma a combater a pobreza e as desigualdades existentes em comunidades vulneráveis socialmente.

Neste estudo na visão micro tivemos como recorte teórico de forma a caracterizar o ambiente no qual o objeto de estudo pode ser situado no sistema social e o sistema jurídico brasileiro, é reproduzido em escala local no município do Fortaleza como o Banco Palmas.

O sistema social e o sistema de valores indicados pela Constituição, vivem em permanente conflito, pois a realidade dos fatos contradiz os direitos sociais determinados no artigo 5º da carta magna. Tal contradição é causada desigualdade social, que pode ser considerada a própria essência do sistema social brasileiro.

Nesse sentido, um ponto importante a observar é que os grupos sociais e comunitários mais afetados pela desigualdade social e pobreza estão

frequentemente em situação de vulnerabilidade social Essa vulnerabilidade é causada pela forma como o sistema social brasileiro mantém estruturas que reproduzem a desigualdade social, perpetuando a exclusão e a situação de pobreza desses grupos, problemas sociais que os bancos comunitários brasileiros tratam.

Essa essência tem como ponto importante o fato de que os grupos sociais e comunitários mais afetados por esse fenômeno caracteristicamente se encontram em uma situação de vulnerabilidade social provocado pela forma como o sistema em que a sociedade brasileira mantém estruturas que reproduzem a pobreza de multidimensional.

Para melhor enfrentar essa problemática, esta pesquisa parte da visão de Amartya Sen (2010), considerando-a sob uma ótica transdisciplinar no que diz respeito à desigualdade. Desse modo, examina-se a atividade econômica sob um enfoque ético, conciliando imperativos de justiça com eficiência econômica a partir da ética e da racionalidade. Além de tratar das questões de desigualdade e pobreza, a pesquisa busca ir além dos limites da fragmentação do conhecimento. Esse olhar singular o posiciona em destaque perante outros economistas, porque oportuniza conhecer um mundo diverso que representa uma complexidade teórica de ideias e de evidências empíricas

Neste sentido, para Raposo (2015), os Bancos Comunitários de Desenvolvimento estão para além das relações de serviço, se organizam, como novas formas de protagonizar incentivos financeiros para as populações carentes com fins de emancipação e participação social.

Sob outra perspectiva, partindo-se de uma abordagem jurídica, afirma-se como objetivo social e jurídico a redução das desigualdades sociais no Brasil, conforme a Constituição Federal que preconiza, de forma expressa, no Artigo 3º inciso III que diz: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;” que está em sintonia com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Um indicador importante para as desigualdades sociais no Brasil é o Índice de Gini, que mede a concentração de renda em um determinado grupo. O Índice de Gini em Fortaleza é 0,51.

Esse índice é oriundo da razão entre a fatia da Renda Nacional Bruta dos 10 por cento mais ricos do país dividido pela Renda Nacional Bruta dos 40 por cento mais pobres do mesmo país (IPECE, 2015).

No Ceará, é visível a disparidade entre o topo e a base da pirâmide das classes sociais, pois o índice demonstra https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Entendendo_Indice_GINI.pdf. Parte-se do fato que a renda é o fator mais determinante, atualmente, para a definição das classes sociais no País, fica explícita a exclusão social de parte considerável da população do país.

O índice mencionado destaca a existência de grandes desigualdades, o que evidencia a importância de compreender o sistema promotor de exclusão social no país. A partir dessa problematização, torna-se lógico que seja necessária uma ação para enfrentar essa situação-problema. Assim, é crucial enfrentar a exclusão social por meio de organizações que promovam uma ou mais estratégias de desenvolvimento sustentável a serem discutidas nos próximos capítulos, levando em consideração as condições locais, especialmente em suas dimensões sociais.

Desta maneira, com base no referencial teórico desenvolvido na pesquisa, esse enfrentamento pode ser realizado por bancos comunitários. Pode-se definir um banco comunitário como uma organização inspirada nos princípios da economia solidária sob uma ótica econômica ética, que, na condição de empreendimento econômico solidário, objetiva o desenvolvimento sustentável, por meio de serviços financeiros de caráter local, como forma de combater a exclusão social e pobreza dentro do sistema social brasileiro.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção apresentamos detalhadamente a delimitação da pesquisa ao incluir a caracterização do estudo e a abordagem, os participantes, a coleta de informações, técnicas e instrumentos, os procedimentos de análise de dados com o objetivo de analisar o Banco Palmas e sua moeda social digital como estratégia de desenvolvimento sustentável local, no município Fortaleza.

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa se aprofundou no polo epistemológico baseado nos conceitos sobre a Economia Solidária (SINGER, 2002) e Desenvolvimento Sustentável (SEN, 2010) com a finalidade de clarificar explicações sobre essas problemáticas e produzir cientificidade aos objetos de estudo. Trata-se de uma pesquisa aplicada na medida que o pesquisador é tentado a buscar compreensão das circunstâncias, de modo prático na resolução de problemas (GIL, 2017).

Com interesse nessa praticidade sob a realidade social da população do Conjunto Palmeiras e demais populações beneficiadas pelo Banco Palmas no enfrentamento da desigualdade social a pesquisa foi fundamentada em uma abordagem predominante qualitativa.

Pois, entendemos que a abordagem qualitativa se aplica às relações, às percepções, em que as questões norteadoras da pesquisa requisitaram uma interpretação dos fenômenos, em cenários locais, que remetem questões significativas dos problemas sociais dos participantes envolvidos e as informações detiveram características descritivas pela observação direta do pesquisador (MINAYO, 2010; CRESWELL, 2007; DENZIN; LINCOLN, 2006).

Em conformidade com as questões problematizadoras da pesquisa definimos o tipo de pesquisa como estudo de caso descritivo em conformidade com Yin (2015) por investigar profundamente um fenômeno contemporâneo em profundidade e contextualizado com a realidade local de forma interativa. Assim, nesse tipo de estudo investiga-se “um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno

e o contexto não são claramente evidentes.” Conforme, Yin (2010, p39), Nesse sentido, o estudo se propôs a examinar o Banco Palmas com o foco nas moedas sociais digitais em Fortaleza, que é um caso específico.

3.2. Participantes, local e período da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram funcionários da administração direta da instituição do Banco Palmas situado na Rua Valparaíso, nº 620, no bairro Conjunto Palmeiras, no Município de Fortaleza no período de dezembro de 2022 a abril de 2023.

Entrevistados	Descrição
AP	Assistente Social do Instituto E-Dinheiro e Presidente da Associação de moradores do Conjunto Palmeiras
Fundador	Fundador e Principal Gestor do Banco Palmas
Analista de Crédito	Responsável pelo setor de Crédito
Coordenadora de Projetos	Membro do conselho diretor e Responsável pelos projetos
Direto Executivo	Membro do conselho diretor e Responsável pela gestão tecnológica
Conselheiro da Associação	Antigo Conselheiro da Associação de Moradores por 2 mandatos

3.3. Coleta de informações

Nesta pesquisa estruturamos em 05 etapas os procedimentos da coleta de informações pertinentes ao alcance dos seguintes objetivos específicos: caracterizar o Banco Palmas em Fortaleza sob uma perspectiva histórica, institucional-teórica e organizacional funcional; Definir o uso econômico e o referencial jurídico das moedas sociais digitais na Plataforma E-dinheiro; Identificar os resultados da atuação do Banco Palmas em Fortaleza de 2018-2022.

- a) Primeiramente realizamos a revisão de literatura, a partir de pesquisa bibliográfica segundo Marconi e Lakatos (2021) a fim de determinar as bases conceituais e teóricas em que a pesquisa estaria aportada e elegemos como descritores principais Banco Palmas; Bancos Comunitários, Desenvolvimento sustentável e Desenvolvimento local.
- b) Na segunda etapa realizamos uma pesquisa documental e aplicamos uma pró-análise, organizamos os documentos e selecionamos aqueles que seriam utilizados para os resultados conforme Gil (2017). Foram incluídos documentos produzidos pelo Banco Palmas e pela comunidade do Conjunto Palmeiras como: Documentários e Jornais comunitários, folders, publicações do Banco Palmas. Além disso, revistas como publicações oficiais de Leis, notas técnicas de pareceres jurídicos do Banco Central, além de fontes oficiais nacionais como e/ou internacionais como relatórios da ONU.
- c) Na terceira etapa realizamos uma pesquisa de campo, mediante a coleta direta de informações com visitas agendadas ao Banco Palmas foram utilizados os seguintes instrumentos de levantamento de dados a observação direta a fim de aproximarmos do fenômenos investigados, além de examinar fatos, e aplicarmos as entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A) com roteiros para os registros das observações sobre contratos, credenciamento dos comércios, credito para consumo e pequenos negócios, programas, campanhas e projetos (MARCONI; LAKATOS, 2021).
- d) Na quarta etapa definimos o uso econômico e o referencial jurídico das moedas sociais digitais na Plataforma E-dinheiro; mediante a pesquisa documental respectivamente no Termo de referência dos bancos comunitários, da Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e das Resoluções Circulares nº 4.282 de 04 novembro de 2013; Circular nº 3682 de 04 de novembro de 2013; Resolução nº 150 de 06 de outubro 2021.
- e) Na quinta etapa, examinar os resultados da atuação do Banco Palmas em Fortaleza de 2018-2022; por análise documental proveniente do Banco Palmas com uma listagem de XX indicadores, após a

categorização e análise temática segundo Minayo (2010) resultaram 04 áreas de indicadores para análise, descritos como: 1) Crédito para consumo; 2) Crédito para pequenos negócios; 3) Moeda ambiental e, 4) Valor de compra no comércio local. Assim como criamos figuras representativas sobre a organização e o processo histórico social dos bancos solidários, sintetizamos a dinâmica deste movimento funcionamento do Banco Palmas em Fortaleza em consonância com Bauer, Gaskell (2015).

Dessa forma, com base nas categorias de Yin(2010), as fontes das evidências coletadas foram: Documentações, Registros de arquivos, entrevistas, observações diretas e artefatos físicos. Nesse sentido, Os artefatos físicos verificados foram as moedas sociais do Banco Palmas, tanto em sua forma de papel-moeda como fenômeno de dispositivo tecnológico, no caso a plataforma E-Dinheiro. As entrevistas e observações diretas foram evidências coletadas durante a pesquisa de campo, enquanto a documentação e registros de arquivos, foi obtida tanto em na pesquisa de campo como na pesquisa documental.

3.4 Procedimentos de Análise dos Dados

Os procedimentos de análise foram estruturados conforme os procedimentos requisitados pelo Estudo de Caso mediante (1) análise descritiva com intuito de enumerar ou descrever as características dos fenômenos baseados em dados protocolares e ideográficos; explicitados pelas figuras do funcionamento da Plataforma Digital E-Dinheiro; (2) análise normativa processada por um sistema de valores consonância com ordenamento jurídico brasileiro e valores ético-econômicos; e a (3) análise temática de acordo com Minayo (2010) em que se sobressaíram o uso econômico e o referencial jurídico das moedas sociais digitais na Plataforma E-dinheiro e (4) análise utilizando as matrizes SWOT e 5W-2H.

Na operacionalização foram obtidas mediante a análise temática conforme Minayo (2010) dos seguintes documentos Termo de referência dos bancos comunitários, da Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e das Resoluções Circulares nº 4.282 de 04 novembro de 2013; Circular nº 3682 de 04 de novembro

de 2013; Resolução nº 150 de 06 de outubro 2021 realizada em pré-análise com uma leitura exaustiva dos documentos, a seleção dos materiais e classificação com agregação dos dados.

O mesmo procedimento de análise temática foi aplicado para a categorização dos indicadores em 04 áreas descritas como: 1) Crédito para consumo; 2) Crédito para pequenos negócios; 3) Moeda ambiental e, 4) Valor de compra no comércio local. Aplicamos como critérios de seleção de indicadores a representatividade nas atividades do Banco Palmas na execução de sua função social, a popularidade do uso da moeda, benefício econômico dos usuários e o nível de uso da plataforma digital.

4 ESTUDO DE CASO

A evolução do movimento dos bancos comunitários no Brasil está intrinsecamente ligado com a própria evolução histórica e institucional do Banco Palmas. Isso decorre do fato de que esse movimento tem como referência o Banco Palmas e que por meio dele foi gerado o Instituto E-Dinheiro que atualmente coordena algumas áreas do Banco Palmas em Fortaleza, bem como também atualmente coordena a Rede Brasileira de Bancos Solidários em todo o Brasil, conforme será examinado no estudo de caso. A maneira como isso ocorreu e resultou na configuração institucional agora será apresentada historicamente.

4.1 Breve Análise Histórica do Banco Palmas

Amartya Sen é um economista e filósofo indiano que tem defendido a importância da abordagem da economia solidária como uma alternativa ao modelo econômico dominante. Ele argumenta que a economia solidária pode ajudar a superar as desigualdades econômicas e sociais e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Sen tem se envolvido ativamente com o movimento da economia solidária, tendo participado de conferências e fóruns sobre o tema e contribuído com artigos e ensaios que discutem suas implicações para as políticas públicas e para o pensamento econômico. Em sua obra, ele defende a importância de uma abordagem mais plural e inclusiva da economia, que leve em conta as diferentes formas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, e que promova a participação ativa dos cidadãos na tomada de decisões econômicas.

Alguns dos principais conceitos que Sen tem explorado em relação à economia solidária incluem a importância da justiça social, da participação democrática, da diversidade cultural e da sustentabilidade ambiental como valores fundamentais para a construção de uma economia mais solidária e justa. Ele também tem enfatizado a importância da educação e do conhecimento como meios para capacitar as pessoas a participar mais ativamente da economia e a tomar decisões informadas sobre sua vida econômica.

As suas ideias de desenvolvimento humano sustentável e sua teoria do

"Desenvolvimento como Liberdade" inspiraram a criação do Banco Palmas, que é um exemplo bem-sucedido de como as ideias de Amartya Sen podem ser aplicadas para promover o desenvolvimento humano sustentável em comunidades pobres e marginalizadas.

A história do Banco Palmas começou na Associação de Bairro do Conjunto Palmeiras, a ASMOCONP, de forma que para compreender a história da associação é necessário conhecer também a história da comunidade do próprio bairro do qual se originou essa experiência.

4.1.1 O Conjunto Palmeiras e a sua associação de moradores

O Conjunto Palmeiras é um bairro localizado na periferia da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, no Brasil. Seguem abaixo alguns dados socioeconômicos disponíveis sobre a região:

- População: segundo dados do IBGE de 2020, o Conjunto Palmeiras possui cerca de 130 mil habitantes.

- Renda per capita: segundo dados do IBGE de 2010, a renda per capita média dos moradores do Conjunto Palmeiras era de R\$ 236,58.

- Emprego e setores econômicos: a maioria dos moradores trabalha no setor informal, como vendedores ambulantes, prestadores de serviços e pequenos empreendedores. Há também uma presença significativa de trabalhadores no setor de construção civil e nas indústrias têxtil e calçadista.

- Infraestrutura: o bairro ainda enfrenta desafios em relação à infraestrutura, como a falta de saneamento básico em algumas áreas, a falta de pavimentação em ruas e avenidas, e a escassez de espaços públicos de lazer e cultura.

- Educação: segundo dados do IBGE de 2010, cerca de 34% dos moradores do Conjunto Palmeiras com mais de 10 anos de idade não tinham completado o ensino fundamental. O bairro conta com algumas escolas públicas e privadas, além de centros de educação infantil.

- Saúde: o bairro conta com algumas unidades de saúde, como postos de saúde e clínicas particulares. No entanto, ainda há uma carência de serviços especializados e de hospitais na região.

Historicamente, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, em 2010, o bairro do Conjunto Palmeiras tinha o menor IDH da cidade, no valor de 0,11947, muito distante do valor 0,9530, o qual possui o bairro com o maior índice da cidade, que é o Meireles. Tal valor é obtido seguindo a mesma fórmula de agregação dos índices de dimensões, mediante a média aritmética dos índices de renda, educação e longevidade, tal qual o IDH medido de maneira convencional.

Existem diversas fontes sobre a história do bairro. Esta pesquisa optou por ter como fontes históricas o documentário Palmas, feito com a participação da própria comunidade e o Jornal Comunitário Desperta Palmeiras, edição mensal de Janeiro de 2023, de forma a valorizar a autonomia e protagonismo das pessoas do bairro. Esse Jornal é um documento confeccionado pela própria comunidade e essa edição comemora os 50 anos do local. Foi produzido por meio do Consórcio Palmeiras, o qual inclui uma série de iniciativas organizadas pelo Instituto Palmas e resume a história do bairro da seguinte maneira:

Em 1973 chegaram os primeiros moradores. A maioria eram moradores da Beira Mar de Fortaleza. Para construir os hotéis e apartamentos de luxo, expulsaram as famílias de suas casas e trouxeram para cá. Só existia mato e lama. Não tinha água, luz e nenhuma infraestrutura. Os moradores foram aos poucos construindo seus barracos de piçarra, plástico, palha e outros materiais que conseguiram. Em mutirão comunitário foram aos poucos construindo o bairro: a primeira escola, a casa de parto comunitária, a creche, a igreja, a pracinha, o canal de drenagem, Já na década de 80, começaram as passeatas pra Coelce e Cagece reivindicando luz elétrica e água encanada. Na década de noventa, as caminhadas para o Cambeba para conseguir esgotamento sanitário. Fruto de toda nossa luta e organização dos moradores, o Palmeiras foi construído. Hoje o Conjunto Palmeiras é bem melhor que foi no passado!

Disponível em: <https://bancopalmas.com/jornal-desperta-palmeiras/> Acesso em 10 abr 2023.

O texto do jornal sumariza as principais reivindicações da comunidade em cada década e a situação de exclusão social gerada pelas desigualdades.

No mesmo sentido, o documentário Palmas (2016), produzido com a participação da comunidade, demonstra como o modo de vida de toda uma população ribeirinha tradicional se alterou quando foi retirada de seu local por um sistema que perpetua as desigualdades, promove a exclusão social, nega os

direitos fundamentais básicos como a moradia e reduz as *capabilities* dos indivíduos, nos termos de Amartya Sen (2010).

Da mesma forma, C2, morador do Conjunto Palmeiras e duas vezes membro do conselho fiscal da associação de moradores, em entrevista enfatizou que “quando surgiu o movimento comunitário, conseguiram ônibus, água, telefone... isso foi com a organização dos moradores, com a fundação da Associação de Moradores em 1981 com presidente provisório e em 1982 com eleição da presidente da associação”.

AP, presidente atual da associação de moradores, em entrevista, explica o que foi feito depois da fundação da associação e como o Banco Palmas nasceu dentro da associação de moradores. Ela diz que tanto o crédito para produção como o crédito para consumo estavam sendo oferecidos aos moradores que desejassem comprar no bairro por meio de um cartão de papel chamada Palmacard.

Na época em que nasceu, em 1998, o Banco ainda era um projeto dentro da associação de moradores. Algumas dificuldades surgiram como a de conseguir financiamento na condição de apenas um projeto, pois não tinha personalidade jurídica. Decidiu-se então criar um instituto, o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconômica Solidária em 2003.

4.1.2 Instituto Palmas e Instituto E-Dinheiro

O Instituto Palmas foi criado pelos moradores e se constituiu em um marco na história do Banco Palmas por abrir possibilidades de financiamento e buscas por parcerias, bem como facilitou a sua gestão. Com o tempo, surgem várias iniciativas semelhantes ao Instituto Palmas no Brasil, ora de maneira independente, ora com o suporte desse Instituto, de forma que foi necessário criar outra instituição com a função de representar todo o movimento de bancos comunitários no Brasil, o Instituto E-Dinheiro, cujos antecedentes podem ser vistos a seguir.

Em 20 de janeiro de 1998, foi criado o primeiro Banco Comunitário no Brasil, na comunidade do Conjunto Palmeira, em Fortaleza-se. **O Banco Palmas** foi inaugurado com apenas R\$ 2.000,00 (dois mil reais), tomado emprestado a uma ONG local chamada CEARAH Periferia. Quem criou o Banco Palmas foram os moradores do Conjunto Palmeira, organizados pela Associação de Moradores do bairro. Em julho de 2003, os moradores do bairro criaram o **Instituto Palmas de Desenvolvimento e**

Socioeconomia Solidária, uma OSCIP de Microcrédito que passa a ser a responsável jurídica pelo Banco Palmas (grifou-se). Em setembro de 2005 o Instituto Palmas, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária -SENAES-MTE, promove a multiplicação da metodologia dos Bancos Comunitários em todo o Brasil, chegando-se a 113 bancos comunitários em 20 estados do Brasil. Em 2013, quando o Banco Central do Brasil, criou a Lei das Moedas Eletrônicas, o Banco Palmas se preparou para ser O 1º Banco Comunitário Digital do Brasil. Em novembro de 2014 os moradores do Conjunto Palmeira criam o **INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA** (grifou-se) para tratar da estratégia de moedas eletrônicas e banco digital e passa a ser responsável por todas as operações em moedas eletrônicas do **Banco Palmas**. Em março de 2015, em parceria com a empresa Moneyclip, o **Instituto E-Dinheiro Brasil** (grifou-se) cria o e-dinheiro, uma moeda eletrônica, via celular. Em outubro de 2015, vários bancos comunitários do Nordeste criam o “Palmas e-dinheiro”, hoje em funcionamento em vários municípios, sob responsabilidade do **Instituto E-Dinheiro Brasil** (grifou-se).

Fonte: <http://edinheirobrasil.org/e-dinheiro-antecedentes/>

O sumário traça uma sequência de eventos determinantes na história do Banco Palmas. Um exemplo disso foi a criação do Instituto Banco da Periferia cujo nome foi mudado para Instituto E-Dinheiro Brasil e tem como atividade **principal** gerenciar sua plataforma digital e a **estratégia nacional** dos bancos solidários no Brasil e, como atividade singular, **complementar** a atuação do Instituto Palmas em Fortaleza.

Baseado nas informações do Instituto E-Dinheiro (2023) e do jornal Desperta Palmeiras(2023), é possível produzir uma linha do tempo com os principais eventos que permearam o objeto da pesquisa e o território que lhe deu origem, respectivamente, o Banco Palmas e o Conjunto Palmeiras (Figura 2).

Figura 2 – Linha do tempo do Conjunto Palmeiras e Banco Palmas

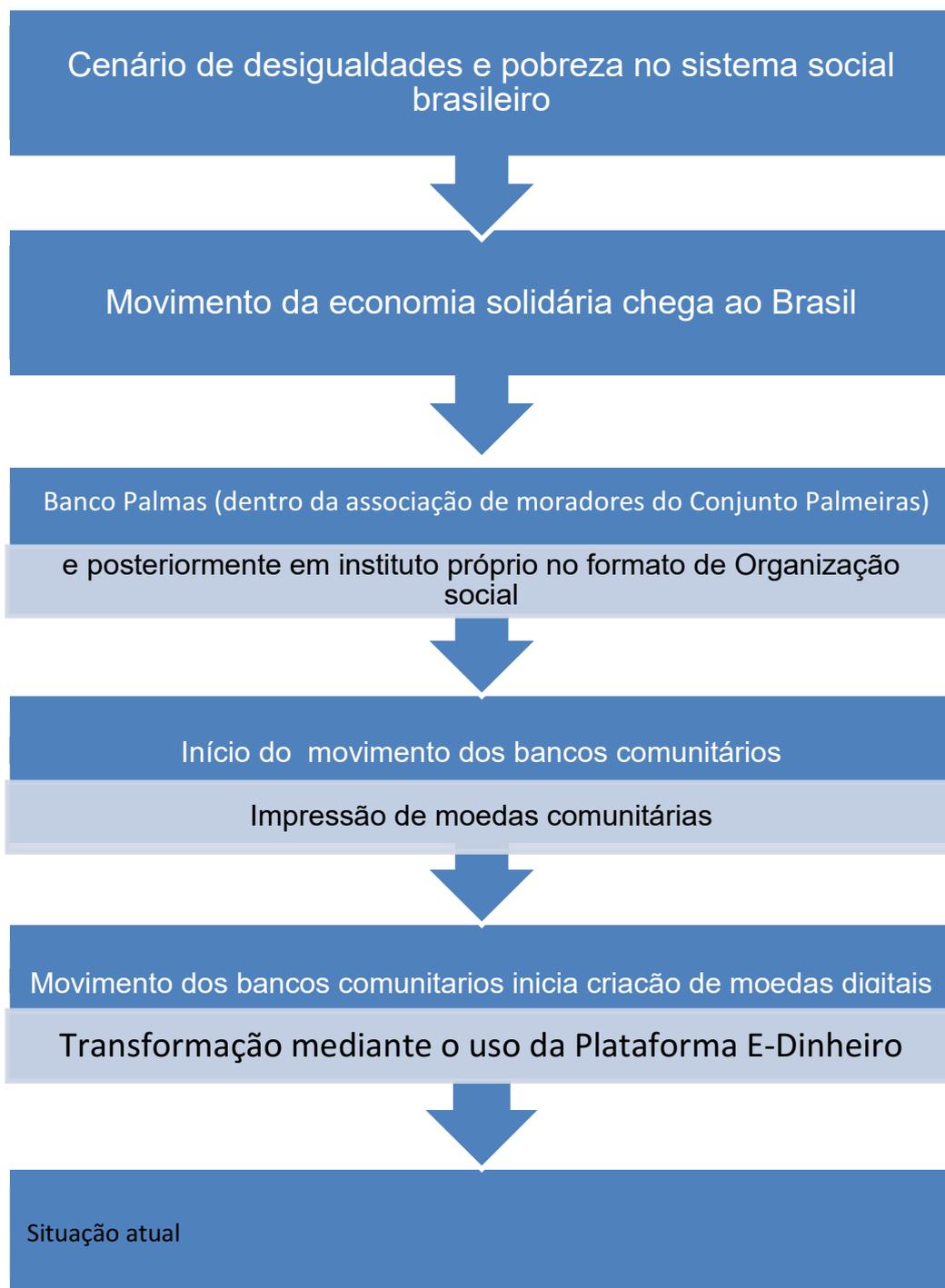


Fonte: Jornal Desperta Palmeiras e Instituto E-Dinheiro

4.1.3 O Banco Palmas como parte da Rede Brasileira de Bancos Solidários

O Banco Palmas está inserido na Rede Brasileira de Bancos digitais solidários, de forma que para compreendê-lo, é necessário entender o contexto tanto social como do movimento em que está inserido. Sobre o contexto social, é importante a análise causa-raiz do processo histórico-social que o originou, como pode ser visto na Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Análise causa-raiz do processo histórico-social



Fonte: elaborado pelo autor, 2023

Sobre o contexto organizacional, A estratégia Nacional do Banco Palmas é gerida pelo Instituto e-dinheiro que atua como uma *fintech* com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável. Tal estratégia é realizada mediante o movimento chamado de Rede Brasileira de Bancos Solidários Digitais (RBSD). Ela

é uma iniciativa que visa a evolução dos bancos comunitários tradicionais em bancos solidários digitais, mediante o uso da Plataforma E-Dinheiro. De forma que o contexto que o Banco Palmas em Fortaleza está inserido, pode ser visto na Figura 4 a seguir:

Figura 4 - Organização da Rede Brasileira de Bancos Solidários Digitais (RBSD)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Tal configuração está ocorrendo devido à digitalização da economia no mundo todo, inclusive da economia solidária, a qual está cada dia mais inovadora com RBSD na vanguarda dessa área, transformando bancos comunitários tradicionais (em laranja) para bancos comunitários digitais (em verde escuro)

Dessa maneira, a presente seção ilustra de maneira geral o movimento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), a qual engloba todos os bancos comunitários reconhecidos, inclusive os que usam papel. No entanto, irá se focar no caso específico do Banco Palmas em Fortaleza, que está inserido na Rede de

Bancos Solidários Digitais (RBSD) , o qual é membro fundador

Dessa forma, ambas as Redes são representadas pelo Instituto E-Dinheiro, apesar de só os bancos cadastrados na última utilizarem a Plataforma Digital do Instituto como meio de transação das moedas sociais digitais.

4.2 Análise Institucional-teórica do Banco Palmas

Compreendido o Banco Palmas como um fenômeno histórico, pode-se partir para uma análise teórica do objeto de estudo. Assim, baseado nos conceitos abordados no capítulo anterior, inclusive no próprio conceito de banco comunitário discutido anteriormente, pode-se conceituar de maneira *sui generis* o Banco Palmas como um hub de inovação com planejamento estratégico compartilhado composto pela união das atividades de **duas personalidade jurídicas, o Instituto Palmas e o Instituto E-Dinheiro, funcionando de forma complementar inseridos em um ecossistema de inovação social na área de desenvolvimento comunitário local.**

Isso decorre do processo histórico pelo qual o Banco passou, pois algumas atividades antes realizadas pelo Instituto Palmas passaram a ser realizadas pelo Instituto E-Dinheiro em Fortaleza. Os Institutos estão de tal forma unidos, que funcionam no mesmo prédio e a marca Banco Palmas é por eles compartilhada, Conforme entrevistas realizadas.

Um exemplo disso é o serviço de correspondente bancário que é oferecido pelo Instituto E-Dinheiro, de acordo com Adriano, diretor do Instituto E-Dinheiro. Antes era oferecido pelo Instituto Palmas e, com a mudança, está registrado sob o número de agência de vinculação 2558, nos termos do Banco de dados da Caixa Econômica Federal (2023).

Durante a trajetória do Banco, as observações e entrevistas da pesquisa de campo realizada possibilitaram a compreensão que o Banco Palmas apresentou várias formulações no decorrer de sua história, antes era apenas um projeto da associação de moradores, depois transformou-se em uma ONG, e hoje realiza suas atividades de maneira inovadora, na condição de duas associações trabalhando de maneira complementar.

Nesse sentido, atualmente, a marca do Banco Palmas é usada para

representar a união de todas as atividades do Instituto Palmas com determinadas atividades do Instituto E-Dinheiro, quando estas estiverem relacionadas ao **microcrédito, correspondência bancária e a moeda social no município de Fortaleza**. Isso se deve porque o Instituto Palmas mantém as responsabilidades pelas atividades de caráter social na área de promoção da educação, cultura e comércio solidário e é por ele estimulada o controle social e a participação ativa das pessoas da comunidade. Enquanto isso, os contratos de microcrédito para consumo e para pequenos negócios, bem como a gestão da rede de trocas solidária da moeda social digital em **Fortaleza** são realizados diretamente pelo Instituto E-Dinheiro.

Nesse sentido, o Banco Palmas possui como o objetivo “implementar ações de (grifo nosso) **desenvolvimento local** e de (grifo nosso) **inclusão social**, as quais conferiram ao banco o motivo por ser considerado uma das principais experiências de (grifo nosso) **economia solidária** no Brasil” (INSTITUTO PALMAS, 2022).

Desse modo, fica evidente o vínculo do objetivo do Banco Palmas com os conceitos de economia social e solidária como Laville(2009), Singer(2002) e Cruz Dos Santos(2011). Assim, a questão da problemática da pobreza, desigualdade social e da exclusão social são importantes na gênese desse tipo de iniciativa no sentido de que a melhor forma de combater ambas dentro do sistema social brasileiro é mediante iniciativas que promovam inclusão social e desenvolvimento sustentável, em especial em sua dimensão social.

Com efeito, tais objetivos estão de acordo com a definição a definição de bancos comunitários encontrada no portal do Instituto Palmas (2022), “os Bancos Comunitários são serviços **financeiros solidários** (grifo nosso), em rede, de natureza **associativa e comunitária** (grifo nosso), voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária “.

Essa definição vem da característica dos bancos de prover serviços financeiros, somada ao resgate dos princípios abordados anteriormente da economia solidária como autonomia, cooperação e gestão democrática (LAVILLE, 2009)

Com efeito, frisa a ênfase no voluntarismo característico das cooperativas comunitárias, com um enfoque no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sob a perspectiva do desenvolvimento local em sintonia com o objetivo de qualquer banco comunitário. Esse objetivo é, de acordo com o próprio Instituto Palmas(2022), “promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo”.

4.2.1 O Banco Palmas como estratégia de desenvolvimento social local e sustentável

Para Amaral Filho (2022), o pensamento econômico na área de desenvolvimento territorial regional, experimentou, recentemente, profunda transformação, em virtude da reestruturação produtiva e espacial, uma transformação impactante, em virtude da emergência de novos paradigmas teóricos que encontram na história, nas inovações sociais, estratégias e atividades dos agentes locais, as principais causas do desenvolvimento.

Com efeito, o Banco Palmas pode ser analisado como agente local transformador e promotor do desenvolvimento. Na visão de Joaquim de Melo (2008), o Banco Palmas é um programa de desenvolvimento local que extrapola o mero fornecimento de concessão de crédito, pois têm como meta a capacitação e o empoderamento das pessoas da comunidade, por meio dos princípios da solidariedade e colaboração como **estratégia de um desenvolvimento social local e sustentável**.

Evidencia-se que se trata de um programa estratégico de desenvolvimento local, pois tem como objetivo melhorar as condições de vida em determinada região, no caso o Conjunto Palmeiras, não apenas de maneira paliativa imediata, mas como uma estratégia de desenvolvimento local no longo prazo.

Nesse sentido, o Banco Palmas pode ser analisado como agente local transformador e promotor do desenvolvimento. De acordo com Joaquim de Melo (2008), Banco Palmas se trata de um programa de desenvolvimento local que extrapola o mero fornecimento de concessão de crédito, pois têm como meta a capacitação e promover a autonomia das pessoas da comunidade, por meio dos

princípios da solidariedade e colaboração como **estratégia de um desenvolvimento social local e sustentável.**

Demonstra-se que se trata de um programa estratégico de desenvolvimento local, pois tem como objetivo melhorar as condições de vida em determinada região, no caso o Conjunto Palmeiras, não apenas de maneira paliativa imediata, mas como uma estratégia de desenvolvimento local no longo prazo. Dessa maneira, defende-se o Banco Palmas como uma **estratégia de desenvolvimento sustentável de longo prazo para o enfrentamento da exclusão social em Fortaleza**

Trata-se de um mecanismo de desenvolvimento sustentável porque ele trabalha aspectos econômicos, sociais, ambientais, espaciais e culturais, porque promove as mais diversas iniciativas que impactam nesses aspectos e também interseccionam-se, conforme entrevistas realizadas na comunidade.

Com efeito, é possível relacionar os resultados das observações e entrevistas da pesquisa de campo Com as dimensões de desenvolvimento sustentável de Sachs (2007). Na dimensão econômica, o Banco Palmas promove iniciativas como a moeda social digital, as redes de trocas solidárias, o estímulo ao microcrédito de consumo e para pequenos negócios. Na dimensão social, o Banco Palmas promove cursos de capacitação e feiras de economia solidária. Na dimensão ambiental, o Banco Palmas deu origem ao Palmacoop, cooperativa de reciclagem de lixo, além do projeto chamado e-carroceiro, que gerencia uma moeda social ambiental. Na dimensão espacial, o Instituto Palmas busca o desenvolvimento territorial local de modo a promover a urbanização adequada da comunidade de maneira sustentável, como ocorre com a organização de Hortas pela cooperativa Prato Colorido.

A busca por uma urbanização sustentável adequada na região decorre da própria origem do Instituto Palmas, nascido da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, a qual por algum tempo possuía isso como principal objetivo. Na dimensão cultural, têm-se iniciativas como a Companhia Bate-palmas, que promove o desenvolvimento da cultura na comunidade mediante eventos e cursos de música, bem como o jornal comunitário Desperta Palmeiras, o qual promove a conscientização da comunidade.

Trata-se de um mecanismo de enfrentamento à exclusão social porque

enfrenta a desigualdade social e a pobreza, com o objetivo de erradicar a pobreza nos termos do Objetivo 1 da Agenda Estratégica Global de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Trata-se de uma estratégia de longo prazo, pois essas ações requerem tempo e demandam um planejamento estratégico adequado para atingir seus objetivos. Isso pode ser demonstrado pela duração do programa que completou 25 anos em 2023 e como ele é percebido pelos moradores como uma ferramenta de sucesso para o desenvolvimento sustentável e inclusão social no território desde sua fundação, conforme foi discutido na seção da história do Banco.

Essa estratégia de desenvolvimento, de sucesso, no entanto, enfrentou dificuldades como a competição e o individualismo inerentes à sociedade, as dificuldades financeiras iniciais para o projeto, bem como a descrença de parte dos moradores em uma iniciativa vista como heterodoxas ou muito alternativa, às propostas financeiras tradicionais (DE MELO SEGUNDO, 2008).

Para Sen (1998), a noção atual de desenvolvimento se preocupar com a obtenção de uma melhor qualidade de vida, o que também inclui a duração da vida das pessoas. Essa qualidade de vida delas pode ser revelada ao ser observada na capacidade dos indivíduos de determinada sociedade estar em uma condição desejada, e de obter desejos ou realizar atividades impulsionadas pela vontade humana. Ou seja, o desenvolvimento de uma sociedade se materializa com o fornecimento de **ferramentas aos agentes sociais** de forma que a eles ocorra uma ampliação de suas liberdades, campo de ação dos bancos comunitários.

Nesse sentido a ampliação das liberdades citada por Amartya Sen (2010), pode ser buscada por meio da promoção dos Bancos comunitários de desenvolvimento, como o Banco Palmas. Com efeito, ele está total sintonia com a noção de desenvolvimento do autor citado, conforme Figura 5 elaborada por Raposo (2020, p.13):

Figura 5. Eixos de ações dos BCDs para a promoção de liberdades e desenvolvimento.



Fonte: Elaborado em Raposo, p.13,2020.

Nessa figura 5, pode-se observar como os eixos de ações do Banco Palmas, na condição de banco comunitário de desenvolvimento, impacta em cada uma das esferas de liberdades valorizadas por toda a obra Amartya Sen. Esse impacto é observado a seguir ao comentar as ideias de Raposo (2020) presentes na figura sob a perspectiva do Banco Palmas.

Ao seguir o pensamento do autor, o aumento das disponibilidades financeiras das comunidades locais proporcionada pelo microcrédito concedido pelo Banco Palmas impacta na redução da pobreza e exclusão social e financeira de uma parcela da população que não tem acesso ao sistema bancário tradicional, de forma a promover a cidadania financeira das pessoas.

Nesse sentido, a valorização da participação e controle social de moradores do Conjunto Palmeiras, os transforma em atores sociais e os empoderam como cidadãos e no exercício de suas liberdades políticas. Isso ocorre porque Banco Palmas estimula os laços de solidariedade e a união de integrantes da comunidade com o intuito de obter o desenvolvimento da região com e sem a assistência do poder público.

Nessa mesma perspectiva, O desenvolvimento das capabilities dos membros da comunidade do conjunto palmeiras resulta em oportunidades sociais. Isso se deve ao fato de que o Banco Palmas promove a educação e tecnologias sociais nas mais variadas formas com o intuito de promover capacitação profissional e financeira. Isso resulta na ampliação das oportunidades dos beneficiados por essas ações.

O último eixo de ação do Banco Palmas a ser analisado na perspectiva de Sen é o fortalecimento dos mecanismos institucionais das organizações sociais, o que gera garantias e transparência, critério de desenvolvimento social e econômico de uma sociedade, o que beneficia tanto os seus colaboradores como para seus usuários.

A competição e o individualismo são valores bastante presentes no sistema econômico brasileiro que tem como essência a desigualdade social, o que certamente contribuiu para a descrença inicial, de parte dos moradores, em uma iniciativa pautada na cooperação, no associativismo e na solidariedade.

Apesar das dificuldades, o Banco Palmas apresenta formas de acumulação solidária no desenvolvimento local da territorialidade e, conforme Neto Segundo e Magalhães (2009), atua no fortalecimento e reconhecimento tanto da identidade comunitária como nas ações dos atores sociais; manutenção da renda pelos moradores; o microcrédito aumenta a capacidade dos empreendedores individuais; age de modo propulsor para novos empreendimentos solidários e desenvolve o comércio proporciona a movimentação da economia local .

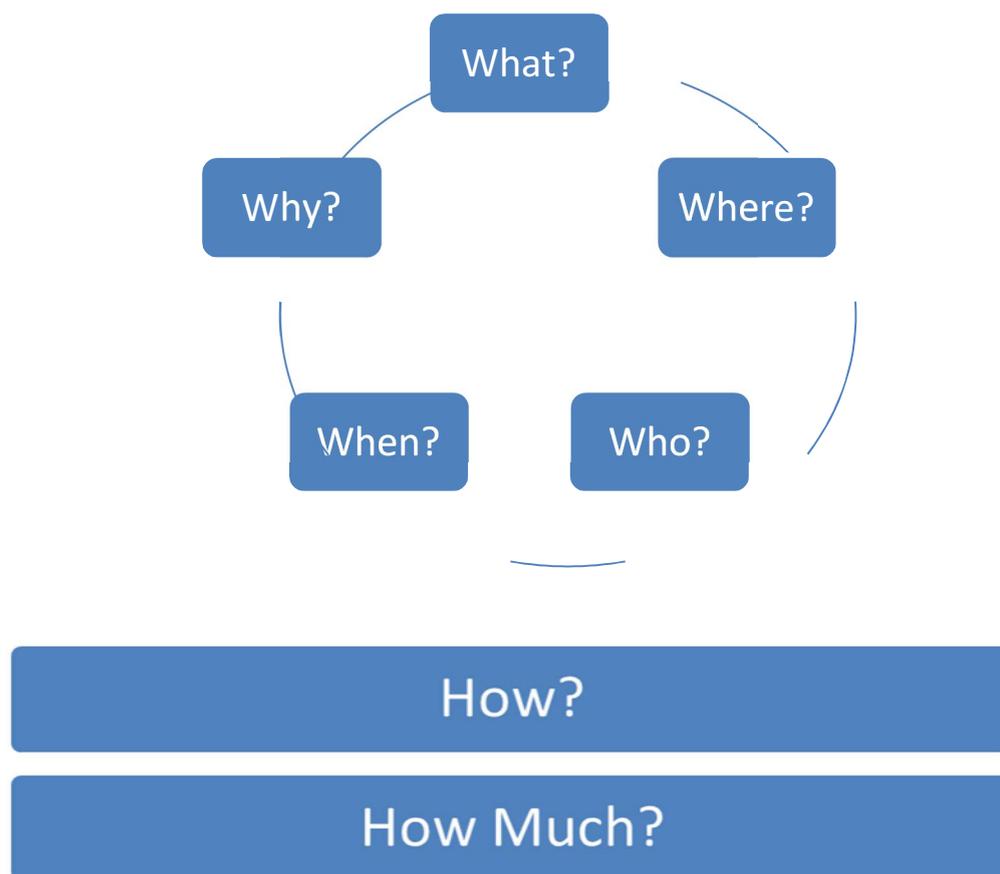
Além da compreensão dessas características, Para realizar uma análise Institucional-teórica do Banco Palmas é necessário uma avaliação sob uma perspectiva estratégica que utilize critérios. Desse modo, Optou-se por fazer uma avaliação estratégica SWOT e 5W-2H, porque por meio de uma visão de planejamento estratégico adequado, o Banco Palmas poderá exercer sua vocação para o desenvolvimento territorial local vinculada à ideia de desenvolvimento econômico e social sustentável.

4.2.2 O Banco Palmas sob a perspectiva da Análise SWOT e 5W-2H

Primeiro, busca-se definir o objeto da análise por meio do técnica 5W-2H,

segundo Oliveira (1995) e consiste em responder as questões: “What?”, “Where?”, “Who?”, “When?”, “Why”, “How?” e “How much?”, que em português correspondem, respectivamente, às seguintes perguntas: “O que?”, “Onde?”, “Quem?”, “Quando?”, “Por quê?”, “Como?” e “Quanto?”.

Figura 6 - Estratégia 5W-2H



Fonte: elaborada pelo autor

O Banco Palmas em sua configuração atual é representado pela atuação do Instituto Palmas e pela atuação específica em Fortaleza do Instituto E-Dinheiro. Ambos localizados na cidade, de modo a seguir o princípio da territorialidade característico dos bancos comunitários. O trabalho dessas organizações é realizado por sócios e voluntários, principalmente, mas também existem pessoas contratadas em regime de CLT e quase todos são da comunidade. Justifica-se como um movimento que objetiva o desenvolvimento sustentável local vinculados aos princípios da economia solidária.

Essa configuração do Banco Palmas teve origem com a aquisição da

Plataforma E-Dinheiro, na época pertencente a Moneyclip por R\$140.000,00 realizada em 9 de novembro de 2017, negociada por Joaquim de Melo Segundo, Fundador do Banco. (KEMMER CERNEV, ADRIAN, DINIZ; EDUARDO HENRIQUE, 2023)

Com base nessas informações é possível realizar uma forma de análise mais completa pela Matriz SWOT (Albert Humphrey, 1960) ilustrado na figura abaixo, na qual as palavras significam: Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. (FRIESNER, TIM. 2011).

Figura 7 - Matriz SWOT



Fonte: Elaborada pelo autor

Forças:

As forças do Banco Palmas são muitas e provenientes do próprio movimento que se baseia na cooperação e na solidariedade, de modo que os esforços se multiplicam por meio de uma rede colaborativa dentro da sociedade civil organizada e unida por um propósito de inclusão social, o que gera uma cultura organizacional muito forte. Outro aspecto muito importante é que as pessoas que trabalham no Banco também são usuárias da plataforma de maneira que gera uma consciência social do trabalho realizado, as colocando na condição de “prossumidores”, produtores de um serviço que também consomem, o que termina por estimular a dedicação a todo o movimento dos bancos comunitários brasileiros. Destacam-se as seguintes forças:

- O Banco Palmas tem uma forte presença na comunidade local, já que foi originalmente fundado para fornecer serviços financeiros a residentes de uma favela em Fortaleza.

- A instituição é gerenciada de forma democrática, com líderes eleitos pela comunidade local e uma série de programas sociais para apoiar o desenvolvimento sustentável. Isso ajuda a fomentar um forte senso de comunidade e apoio mútuo entre os clientes do banco.

- O Banco Palmas opera como uma cooperativa, o que significa que seus clientes têm voz nas decisões estratégicas e nos resultados financeiros da instituição.

- A oportunidade para fornecer serviços financeiros especializados para microempreendedores locais.

Fraquezas:

A principal fraqueza é a questão tecnológica, pois o Banco Palmas não é especializado o suficiente na área para implementar as mudanças que deseja e está em busca de novas parcerias para melhorar sua plataforma. No entanto, possui restrições a possíveis parcerias tendo em vista que por questão de princípios busca trabalhar com desenvolvedores de software “livre” para não ocorrer dependência tecnológica da rede de bancos solidários digitais para com as organizações que por ventura venham a fazer parcerias (KEMMER CERNEV, ADRIAN, DINIZ; EDUARDO HENRIQUE, 2021). Pode-se acrescentar ainda as seguintes fraquezas:

- A falta de reconhecimento e alcance à nível nacional e internacional.

- Por ser uma instituição muito menor do que os grandes bancos, o Banco Palmas pode não ter o conhecimento ou recursos necessários para competir com as grandes instituições financeiras.

- A dependência do mercado local.

Oportunidades:

De acordo com entrevista realizada com o Fundador do Banco Palmas, as oportunidades são muitas e é uma meta de longo prazo entrar nas áreas de captação de poupança, *cashback*, *marketplace*, *e-commerce*, bem como uma plataforma de transferência de renda de programas sociais nacionais. Adicionalmente, pode-se incluir as seguintes oportunidades:

- A crescente demanda por serviços financeiros alternativos em um mundo onde a desigualdade econômica é cada vez mais acentuada.

- Um crescente interesse na sustentabilidade ambiental e na economia social e colaborativa.

- Novas oportunidades de crescimento, como a possibilidade de expandir para outras comunidades e serviços financeiros.

Ameaças:

Vale frisar que a ameaça de risco legal ainda existe caso exerça essas atividades que são oportunidades de crescimento para o Banco Palmas, mas que ele ainda não possui amparo legal e não as pode exercer. Além disso, há o risco de que no futuro sejam produzidas regulações que dificultem a existência da Rede caso sejam colocadas muitas obrigações, regras e burocracias. Destacam-se também as seguintes ameaças:

- A concorrência com outras instituições financeiras que oferecem serviços semelhantes, mas possuem maior publicidade e reconhecimento.
- A possibilidade de instabilidade política e econômica influenciar negativamente as áreas onde o Banco Palmas atua.
- A possibilidade de problemas financeiros da comunidade local ter impacto nas operações do banco.

Dessa forma, considera-se que apesar de existirem fraquezas e ameaças, estas são muito inferiores às forças e oportunidades presentes no exame do Banco Palmas, em Fortaleza.

4.2.3 O Banco Palmas sob uma perspectiva organizacional - jurídica

Por fim, discute-se que tipo de organização é o Banco Palmas se é em todo ou em parte ser considerada uma cooperativa de crédito solidário. Este trabalho defende que, partindo de um ponto de vista estritamente teórico, o Banco possui muitas das características de cooperativa, mas a organização não pode ser categorizada na ideia original do termo como “uma associação de pequenos poupadores unidos com o intuito de potencializar o acesso ao crédito baseado em financiamento mútuo”, como ilustrado por Singer (2013, p.67).

Isso decorre do fato de que nenhuma das duas organizações principais que compõem o Banco Palmas (o Instituto E-Dinheiro e Instituto Palmas) são estritamente geridas e controladas pelos próprios poupadores unidos na condição de sócios de uma associação para financiarem os próprios cooperados como proprietários da instituição. Outro motivo é o fato de que os produtos creditícios são abertos a todos os moradores do Conjunto Palmeiras, independentemente de serem associados ou não do Instituto Palmas ou ao Instituto E-Dinheiro, a associação de moradores ou a qualquer outra associação.

Enquanto em cooperativas de crédito, apenas os sócios podem usufruir de empréstimos. Nessa perspectiva, o Banco Palmas é mais aberto que uma

cooperativa de crédito como era concebida na ideia original descrita por Singer (2000, p.61). “As pessoas que desejavam receber empréstimos a juros não extorsivos tinham que entrar na associação e comprar uma cota de capital”. Dessa forma, o financiamento não é necessariamente mútuo entre os sócios já que outras pessoas não associadas são capazes de conseguir crédito no banco.

Vale lembrar também que, de acordo com Singer (2008), o terceiro princípio universal do cooperativismo diz que “sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa”, e isso não ocorre no Banco Palmas, já que o mesmo não remunera com juros depósitos financeiros realizados nem na própria instituição nem na organização parceira chamada Instituto E-Dinheiro, pois não possui autorização legal para isso, por falha na Lei Brasileira, que não permite poupanças por OSCIP's.

Dessa forma, apesar de não ser uma cooperativa de crédito solidário, o Banco Palmas pode ser qualificado como um agente promotor da economia solidária e de seus princípios de grande relevância, pois obedece quase todos os princípios universais do cooperativismo, descritos por Paul Singer (2008, p.40-p.41):

1o) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2o) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3o) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4o) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5o) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6o) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7o) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8o) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.

Tais princípios, tidos como universais por Singer (2008), nasceram do estatuto da Cooperativa de Rochdale (1844), paradigmática na formação do movimento cooperativista. Ela era uma cooperativa de consumo como pode ser visto ao se ler o princípio 6°. Esse princípio decorre do fato de problemas na época relacionados à venda de produtos adulterados, o qual não tem aplicabilidade para uma cooperativa de crédito, por exemplo.

Por fim, dada conclusão sob a natureza do Banco Palmas sob uma

perspectiva teórica, é evidente a necessidade que a qualificação deve ser feita sob uma perspectiva multidisciplinar, de forma a situar o Banco dentro do panorama jurídico brasileiro e verificar sua natureza como cooperativa ou associação sob o ponto de vista regulatório e jurídico, de forma que ele será categorizado a seguir, na próxima seção.

4.2.4 Atributos jurídicos do Banco Palmas, sob uma perspectiva institucional-jurídica

Nesses termos, de acordo com a Recomendação 192 de 2002 da OIT (2002, p.1) “cooperativa” significa associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações comuns, econômicas, sociais e culturais, por meio de empreendimento de propriedade comum e de gestão democrática.”

Tanto o Instituto Palmas como o Instituto E-Dinheiro são associações autônomas voluntárias com objetivos sociais, econômicos e culturais. Vale ressaltar, inclusive, que o Banco Palmas, na prática, é orientado pelos princípios que regem o Item 3 da recomendação acerca de cooperativas

Nos princípios cooperativos de auto-ajuda, espírito de responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, bem como nos princípios éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e interesse por outros;(b) (...) associação voluntária e acessível; controle democrático pelo associado; participação econômica do associado; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas e interesse pela comunidade

No entanto, apesar de ambas as associações se guiarem pelos princípios da propriedade comum e gestão democrática, ela não é de todo realizado. Isso decorre do fato de que não enfatiza-se o processo decisório de 1 pessoa 1 voto para os tomadores de empréstimos e demais usuários do Banco Palmas como prega a gestão democrática *stricto sensu* de uma cooperativa, apesar da comunidade local ser muito ativa e muitas consultas serem realizadas pelas associações. Além disso, as cooperativas são a propriedade dos associados, o que não é o caso no Banco

Palmas, onde em caso de dissolução tanto do Instituto Palmas como do Instituto E-Dinheiro, as propriedades iriam para organizações de mesma finalidade e não ficariam com os sócios, nos termos do inciso V do artigo 4º da Lei 9.790 de 23 de Março de 1999.

Nesse sentido, os bancos comunitários como o Instituto Palmas e o Instituto E-Dinheiro não podem ser analisados como cooperativas de crédito, pois para isso seria necessário se adequarem à Legislação, como a Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que rege as cooperativas de crédito.

Com efeito, juridicamente, não são cooperativas de crédito, pois para isso teria que ter como requisito se adequarem aos artigos 3º e 9º da Resolução do BACEN nº 3.859/2010, bem como possuírem autorização do BACEN com base no artigo 2º da mesma resolução, bem como ter uma constituição jurídica de cooperativa e diferente da atual de OSCIP, configuração que possui tanto o Instituto E-Dinheiro como do Instituto Palmas, como será visto adiante.

Para se realizar a análise dos atributos jurídicos, utiliza-se dados relativos às pessoas jurídicas tais como razão social, CNPJ, endereço comercial, que são considerados dados não-pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD ou LGPDP), Lei nº 13.709/2018,

Os dados apresentados são dados não sensíveis e de origem pública, conforme Decreto nº 8.777/2016, que institui a Política de Dados Abertos e pela Lei nº 12.527/2011, que regulamenta a Garantia de acesso a Informações previsto na Constituição Federal.

O Instituto Palmas é uma Organização não-governamental histórica na cidade de Fortaleza, conforme foi observado na seção anterior. Assim, esse instituto é uma pessoa jurídica de direito privado, caracterizado como uma associação civil sem fins lucrativos, Inspirada na lei da economia solidária e na Lei 9.790/99, a qual qualifica determinadas ONG's como organizações de interesse público. O Instituto tem como objetivo, nos termos do seu artigo 2º:” facilitar o processo de geração e distribuição de trabalho, ocupação e renda para os mais pobres, tendo como **estratégia o desenvolvimento local** a partir da organização em rede de produtores consumidores “prossumidores”.

Ao ler esse artigo, nota-se a preocupação na erradicação da pobreza por parte do Instituto, de maneira que sua estratégia local de desenvolvimento sustentável

está em sintonia com o primeiro objetivo da Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Tal estratégia de desenvolvimento local utiliza a economia solidária como meio de sua efetivação, conforme evidencia-se quando o artigo 3º do estatuto descreve os outros objetivos da organização:

- art.3º):a) Difundir os princípios e métodos da Socioeconomia Solidária;b) Promover ações de experimentação e incremento a economia solidária junto a população de baixa renda, tais como: bancos comunitários de microcrédito, clubes de trocas com moeda social, sistemas monetários alternativos (moeda própria) e outros ativos monetários próprios das finanças solidárias, compras coletivas, cartão de crédito popular, lojas solidárias, redes de produção e consumo local e outros instrumentos capazes de potencializar de forma inovadora cadeias produtivas locais geradoras de trabalho, emprego e renda.c) Capacitar, através de cursos, oficinas, seminários e palestras as entidades parcerias e instituições públicas, nos instrumentos metodológicos já testados pelo Banco Palmas, capazes de promover o desenvolvimento local e o crescimento da organização comunitária;d)Contribuir com as ações de políticas públicas voltadas para a inclusão sociocultural e com o desenvolvimento de micro empreendimentos solidários.e)Contribuir com as ações de políticas públicas voltadas para a inclusão social e desenvolvimento de micro empreendimentos solidários; f) Oferecer serviços remunerados ou não do Instituto Palmas às instituições públicas, privadas e da Sociedade Civil; g) Despertar e desenvolver a cultura junto a comunidades excluídas através da promoção de atividades de capacitação e difusão cultural em áreas como: Teatro, Dança, Cinema e Vídeo, Música, Literatura, Artes visuais, Designe, Gastronomia, entre outras. h) Realizar a gestão do conhecimento do Banco Palmas e outras experiências de Economia Solidária, produzindo informações, difundindo saberes orientados ao fortalecimento e desenvolvimento da autonomia e sustentabilidade das instituições e seus coletivos diversos;i) Desenvolver ações para jovens e adolescentes da periferia que objetivem o desenvolvimento de habilidades para novas tecnologias de TIC, visando à geração de trabalho e renda e sensibilização para o uso de tecnologias alternativas;

Além dessas atividades que o Instituto Palmas exerce atualmente em conjunto com o Instituto E-Dinheiro, existem as atividades presentes no estatuto que agora passaram a ser exercidas em sua totalidade pelo Instituto E-Dinheiro como as seguintes.

- j) Administração de cartões de crédito e debito, contas digitais pre-pagas, tratamento de dados, provedores de serviço de ampliação e serviços de hospedagem na internet;k)Elaboração e comércio de aplicativos e

software;l) Intermediação e agenciamento comercial de serviços, equipamentos e negócios; m) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em Tecnologia da Informação .n)Desenvolvimento e licenciamento de programa de computador não customizáveis. o) Desenvolvimento e licenciamento de programa de computador customizáveis. p)Atividades de sociedades de participação em outras sociedades de participação e investimento, exceto holding; q) Atividades de sociedades de participação holdings de instituições não-financeiras; r)Atividades de sociedades de participação holdings de instituições financeiras.

Em síntese, as atividades relacionadas a microcrédito, finanças, desenvolvimento de softwares, suporte técnico, administração e contas digitais são agora geridas pelo Instituto E-Dinheiro. Isso pode ser demonstrado pelas atividades exercidas por cada instituição no anexo A e anexo B.

Nesse mesmo sentido, o Instituto E-Dinheiro Brasil (2023), diz em seu website que ele “(...) Tem sede no Conjunto Palmeiras na periferia de Fortaleza - CE, é a organização gestora do Banco Palmas.” De forma que o Banco Palmas é gerido por duas instituições que possuem atividades complementares, o Instituto Palmas e o Instituto E-Dinheiro, quando for relacionado a atividades exclusivas da cidade de Fortaleza.

O Instituto E-Dinheiro é uma Organização Social Civil de Interesse Público, pois está habilitada nos termos da Lei No 9.790, De 23 de Março de 1999. Nessa Lei foi incluída o oferecimento de microcrédito como uma das finalidades possíveis das OSCIP's, de modo que a capacidade de oferecer crédito por parte do Instituto é assim respaldada nessa Lei.

Nos termos do anexo A (CNPJ da e-dinheiro), o Instituto E-Dinheiro atua como um representante da Caixa Econômica Federal no Conjunto Palmeiras, por meio de um contrato de correspondente bancário firmado com a própria CEF, de forma a exercer essa atividade. Nesse sentido, a instituição segue o padrão de atendimento designado no contrato com a Caixa e tem como requisito cumprir com todas as determinações da legislação em vigor tal como as previstas na Resolução CMN nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011.

Desse modo, ambos os institutos são organizações não-governamentais e são tratados como faces do Banco Palmas em virtude de toda uma construção social e teórica alinhada a função social que executam, pois juridicamente não se

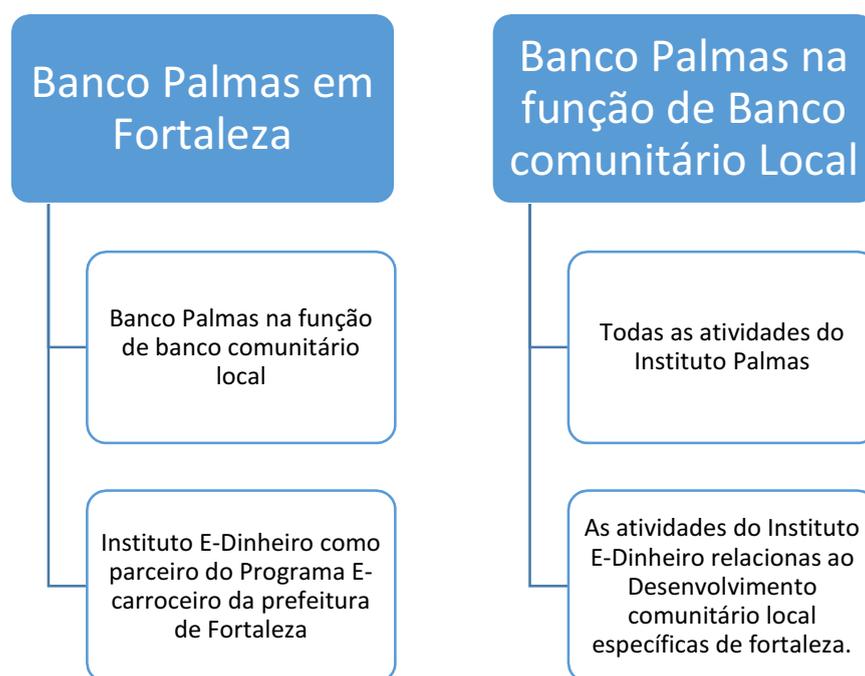
enquadram juridicamente como Bancos, os quais são regidos pela Lei nº 4.595 de 31 de Dezembro de 1964.

Por fim, a análise jurídica dos pagamentos móveis executados em moeda social digital frente ao Banco Central será realizada em seção própria para a temática, pois está inclusa no objetivo específico de análise econômica e referencial jurídico das moedas sociais digitais do Banco Palmas.

4.3. O Banco Palmas em Fortaleza sob uma perspectiva organizacional – funcional

Realizada análise jurídica do Banco Palmas em Fortaleza, faz-se necessário discutir a configuração atual das atividades do Banco, a qual está esquematizada na Figura 8.

Figura 8 - Configuração atual das atividades do Banco Palmas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O exercício do Banco Palmas na função de Banco comunitário Local é realizada por meio de um planejamento estratégico adequado conjugado a uma determinada organização jurídica, de modo a facilitar o desenvolvimento territorial local vinculado a ideia de desenvolvimento econômico e social como meio da

efetivação de direitos humanos e o aumento das capacidades e liberdades substantivas de Amartya Sen (2010).

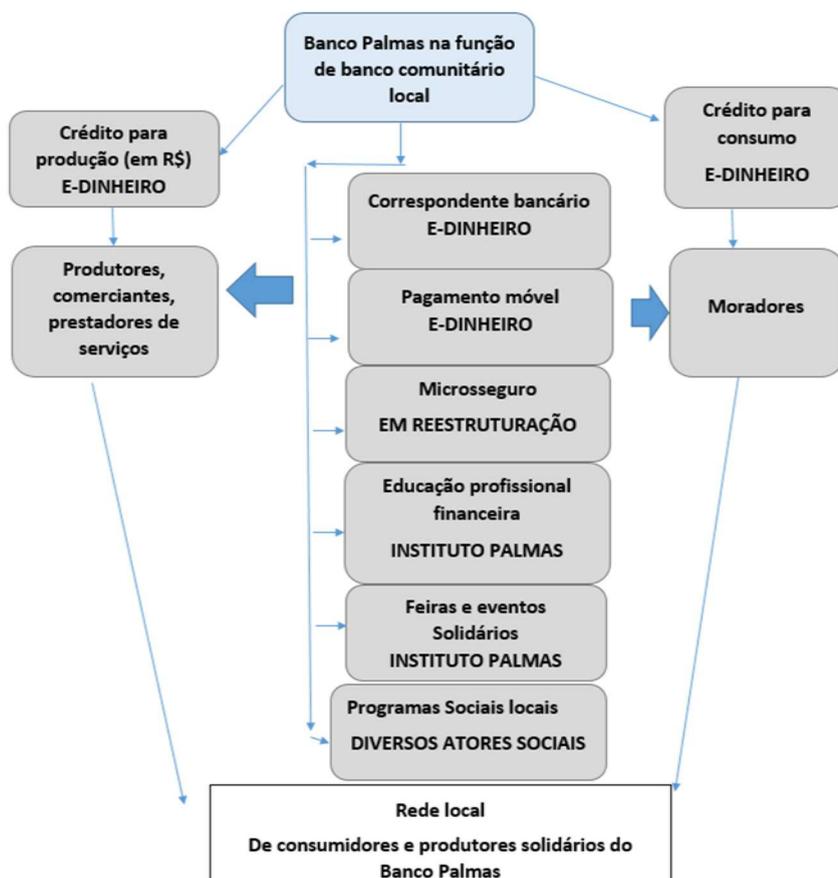
Além disso, o exercício do Banco Palmas, na pessoa jurídica do Instituto E-Dinheiro, como parceiro do programa e-carroceiro da prefeitura de Fortaleza se caracteriza como mecanismo promotor do desenvolvimento sustentável na cidade sob a perspectiva de Sachs (2008).

Dessa forma, efetividade do Banco como organização social como um todo na execução dessas duas funções, resulta no desenvolvimento sustentável local na perspectiva de Sachs e incremento das capacidades e liberdades substantivas na ótica do Amartya Sen (2010), de modo a promover efetividade dos direitos humanos na realidade do sistema social em Fortaleza, logo diminuindo o conflito entre o sistema social brasileiro gerador de desigualdades e os direitos humanos previstos no ordenamento, dialética que impulsionou esse trabalho.

4.3.1 Banco Palmas na função de banco comunitário local

Na figura 9, a seguir, pode-se notar as atividades do Banco Palmas na função de Banco Comunitário local resultante de observações e entrevistas na pesquisa de campo. Tais atividades são realizadas por um trabalho conjunto entre o Instituto Palmas e o Instituto E-Dinheiro, conforme demarcado em cada atividade. Atribui-se importância também à participação dos moradores, produtores, comerciantes e prestadores de serviços locais, pois eles são essenciais com o intuito de formar uma rede de economia solidária local.

Figura 9 - Atividades do Banco Palmas na função de banco comunitário local.



Fonte: Instituto Palmas adaptado pelo autor

O Instituto E-Dinheiro tem como atividade o serviço de correspondência bancária, nos termos do anexo A (CNPJ da e-dinheiro). Isso ocorre por meio de um contrato de correspondência bancária firmado com a própria Caixa Econômica Federal, de forma a exercer essa atividade como um representante da Caixa Econômica Federal no Conjunto Palmeiras. Nesse sentido, a instituição deve respeitar o padrão de atendimento designado no contrato com a Caixa e cumprir com todas as determinações da legislação em vigor tal como as previstas na Resolução CMN nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011.

Somada a essa atividade, ele é o responsável pelos pagamentos móveis, que são uma forma de se referir ao arranjo de pagamento que caracteriza as moedas sociais digitais do Banco Palmas.

A outra atividade do Instituto E-Dinheiro em Fortaleza é o serviço de crédito para produção e crédito para consumo. Para ambos, utiliza-se a plataforma digital da organização. As regras atuais de 2023 desses créditos estão no anexo C, onde

o chamado crédito produtivo oferecido é um tipo de microcrédito para produção e o crédito para pequenas reformas é um tipo de microcrédito para consumo.

De acordo como Instituto Palmas(2006), as atividades de microcrédito dos bancos comunitários tem como principais fontes de recursos para concessão de microcrédito, os empréstimos convencionais junto a bancos oficiais e recursos vindos na forma de mandato, em que o banco oficial fornece uma carteira de credito para o Banco Comunitário operar no qual o risco de inadimplência é do banco credor. Os Bancos comunitários também conseguem recursos mediante convênios com o poder público, bem como doações de empresas e do terceiro setor. Desse modo, essas são as fontes de recursos que possibilitam ao banco garantir sua sustentabilidade financeira para a realização de suas atividades.

Sobre o serviço de microsseguro, é um serviço que não está sendo oferecido atualmente, pois está em fase de reestruturação. É realizado uma parceria com uma seguradora na qual é oferecido um microsseguro de vida, no qual é cobrado um valor prêmio de baixo valor como, por exemplo, inferior a R\$ 100 (reais) por ano, conforme entrevista de Nayara, funcionária do Instituto E-Dinheiro.

Por último, vale ressaltar que as feiras e eventos de economia solidária do Banco Palmas em Fortaleza são organizadas pelo Instituto Palmas e a comunidade do Conjunto Palmeiras reconhece o Banco por meio da logo marca do Instituto. Essas feiras podem ser culinárias ou de artesanato. Vale frisar também que por meio dele ocorre a promoção de cursos de capacitação profissional e cursos na área de economia solidária e finanças como forma de estimular o desenvolvimento local da comunidade.

Além desses serviços principais, outras formas de estímulo ao desenvolvimento local estão vinculadas ao Banco Palmas no decorrer de sua história, como projetos sociais os quais são chamados de iniciativas populares, observadas na figura 10.

Figura 10 - Iniciativas populares do Conjunto Palmeiras vinculadas ao Banco Palmas



Fonte: Site bancopalmas.org.br disponível em: 4 de fevereiro de 2022

Nas visitas presenciais realizadas nas instalações do Banco Palmas, da associação de moradores e nas proximidades, foi possível observar uma série de iniciativas promotoras da economia solidária vinculadas ao Banco Palmas, as quais incluem projetos sociais, cooperativas, associações e coletivos.

A Associação de Moradores foi a instituição que deu origem ao Banco Palmas. Atualmente, muitos de seus membros estão ligados a ela, como Katiana, que é Presidente da Associação de Moradores e assistente social do Instituto E-Dinheiro.

A Palmaslab funciona no segundo andar do edifício do Banco Palmas, onde se realizam trabalhos na área de programação e suporte das moedas sociais digitais, além de atuar na realização de pesquisas socioeconômicas locais e cursos de capacitação, conforme foi possível observar na visita às instalações

O Programanas é um coletivo parceiro da Palmaslab que funciona dentro do Instituto Palmas que tem como escopo a inclusão social de mulheres no área tecnológica, participando de projetos que visam o empoderamento feminino e a capacitação técnica através de cursos, oficinas e debates; além da estruturação de Websites, Redes Sociais e confecção Artes gráficas (PROGRAMANAS, 2023)

A Palmacoop é uma cooperativa de agentes de reciclagem e saneamento ambiental criada e autogestionada pelos moradores do Conjunto Palmeiras com o

objetivo de gerar emprego e renda sob uma perspectiva de desenvolvimento sustentável local. Para isso, buscam melhorar a qualidade dos serviços e obras públicas ambientais da região, sendo a iniciativa originária dos conselhos de bairro do bairro. Isso parte da constatação de que existe, de um lado, uma enorme demanda por serviços ambientais na região, os quais envolvem reciclagem, esgoto e drenagem, enquanto, do outro lado, existem centenas de trabalhadores desempregados. Além disso, a cooperativa mobiliza, capacita e organiza os seus trabalhadores com o objetivo de promover a melhoria da qualidade dos serviços e das obras públicas ambientais na região (EDINHEIROBRASIL, 2023)

A Cooperativa Prato Colorido tem como objetivo garantir o acesso ao direito a um nível mínimo de segurança alimentar. Para isso, a cooperativa que além de criar hortas urbanas, tem como projeto a Buchein, iniciativa que promove alimentação de qualidade, todas as tardes no Conjunto Palmeiras, para 130 famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no Instituto Palmas (BANCO PALMAS, 2023).

Companhia Bate Palmas, é uma associação com CNPJ, nascida do Instituto Palmas que tem como objetivo promover cultura e arte por meio da música no Conjunto Palmeiras, localizada em frente ao prédio do Banco Palmas.

A Loja Solidária funciona em um anexo dentro do prédio, o qual pertence ao Instituto E-Dinheiro. Ela se localiza logo na entrada, onde se vende mercadorias produzidas pelas próprias comunidades como as confeccionadas pela Palma Fashion, que é uma iniciativa do Instituto Palmas, que visa ensino da atividade de costura e a produção de roupas pelos seus próprios moradores, bem como promove eventos relacionados à moda.

O Desperta Palmeiras é um jornal comunitário que divulga eventos culturais, como feiras culinárias, feiras de artesanato, plenária de natal e festas comunitárias. Além de reivindicações sociais da comunidade como esgotamento sanitário e regulamentação fundiária (BANCO PALMAS, 2023).

O Programa Renda Básica foi uma iniciativa realizada em 2022 que beneficiou famílias que vivem em extrema pobreza, com ganho médio mensal de até R\$ 90,00 e que tem como requisito ser morador do Conjunto Palmeira (I e II), com prioridade para mulheres. Ele consistiu na oferta de crédito no valor de

R\$10,00 semanais para cada família, para iniciar ou ampliar um negócio produtivo nos termos do edital do programa, além de capacitação profissional em confecção e gastronomia, bem como educação financeira e empreendedora em economia solidaria. O Programa ofereceu crédito no valor total R\$10.200,00 reais, beneficiando 105 famílias.

4.3.2 Banco Palmas como parceiro do Programa e-carroceiro da prefeitura de Fortaleza

Como foi visto na seção anterior, todas as atividades do Instituto E-Dinheiro na função de Banco comunitário Local em Fortaleza são consideradas como atividades do Banco Palmas. Além dessas atividades, o Instituto E-Dinheiro tem um projeto com a Prefeitura chamado E-carroceiro. Sobre ele, pode se dizer que:

O projeto consiste em os carroceiros trocarem entulho (RCC de pequenas construções) ou resíduos volumosos (como móveis velhos, por exemplo, nesse caso, também se inclui a poda), por crédito em cartão, nos Ecopontos. Esse crédito é repassado para uma conta virtual, chamada E-dinheiro, do Banco Palmas, e pode ser trocado por produtos em comércios cadastrados no projeto ou ser retirado em dinheiro. Essas transações são feitas através do aplicativo para celular ou pelo cartão físico do Edinheiro.(Nascimento,p.10, 2019)

Os Ecopontos são localidades posicionadas de maneira estratégica na cidade de Fortaleza nas quais os agentes ambientais levam o lixo para serem trocados por moeda eletrônica na Plataforma e-dinheiro, podendo os valores tanto serem transformados posteriormente em reais, como serem utilizados em comércios próximos aos Ecopontos, de forma a serem contabilizados como gasto em moeda social por parte dos trabalhadores e munícipes envolvidos nas atividades de agente ambientais para o recolhimento de resíduos e detritos

Essa função desempenhada no projeto segue a visão de Sachs(2007) de desenvolvimento sustentável na dimensão ambiental a qual dialoga com o combate à pobreza em uma perspectiva ética defendida por Amartya Sen (2010) com base e um modelo de negócio social inovador na ótica de xx.

O cartão físico funciona como um cartão pré-pago ligado diretamente à plataforma da E-Dinheiro, de forma que o agente pode usar ambos como forma de realizar suas transações. Essa plataforma funciona como uma central de todas as

moedas sociais digitais do Brasil, e no caso específico do Banco Palmas, de todas as moedas sociais digitais gerenciadas por ele em Fortaleza, conforme será discutido na próxima seção.

4.4 Análise do uso econômico e referencial jurídico das moedas sociais digitais na plataforma e-dinheiro, sob a perspectiva do Banco Palmas em Fortaleza

Para que seja analisado o uso econômico e referencial jurídico das moedas sociais digitais, será necessário primeiro contextualizar o sistema em que elas estão inseridas, para depois descrever suas características com suas vantagens e desvantagens, de forma a discutir o caso específico das moedas sociais digitais do Banco Palmas e sua plataforma digital.

4.4.1 As moedas sociais dos bancos digitais solidários

Os bancos da rede possuem em sua essência as chamadas moedas sociais digitais, as quais possuem as seguintes características:

1) É lastreada em Reais. Para cada Moeda Social emitida tem-se o correspondente em R\$ guardado em banco comercial do país; 2) É paritária a Moeda Nacional: 1 moeda social corresponde a 1real; 3) Permite o câmbio. O portador de Moeda Social pode troca-la por reais, quando desejar; 4) Tem circulação restrita a um determinado território: distrito, bairro ou município. 5) É de livre movimentação no território. Circula de mão-em-mão, permitindo que um comerciante compre do outro. 6) A riqueza gerada por sua circulação é reinvestida no território sem acumulação privada "(INSTITUTO E-DINHEIRO, 2022)

As três primeiras características são decorrentes de um acordo com o Banco Central, o qual posteriormente foi regulamentado pela lei das moedas digitais e por uma portaria do próprio banco as quais serão tratadas em seção própria.

As três últimas são importantíssimas, pois estão atreladas ao objetivo dessas moedas que é o desenvolvimento local com um objetivo social ao serem realizadas as transações entre os produtores e consumidores.

Então, podem ser tratadas como moedas porque possuem certas

similaridades com as moedas tradicionais. Vale ressaltar que não é necessário que uma moeda exerça todas as funções das moedas para ser enquadrada na categoria. Conforme Mankiw (2010) as funções das moedas são: reserva de valor, unidade de medida e instrumento de troca. A última característica decorre do fato que são meio de troca e instrumento de comparação de mercadorias para os consumidores e comerciantes que as utilizam dentro do território a qual estão vinculadas. No entanto, é discutível a capacidade delas de guardar valor, pois apesar de estarem lastreadas e pareadas ao Real (numerário reconhecido e possuidor da capacidade de reserva de valor), elas não possuem mecanismos de remuneração no tempo como forma de manutenção do valor, como a capacidade de atualizar seus valores seja por inflação, seja por remunerações diversas como CDB ou poupança. Dessa forma, os correntistas que deixam a moeda nos bancos solidários não recebem remuneração. Por fim, a capacidade de unidade de medida existe e em tese poderia ser usada para comparar entre diversos bens, no entanto essa característica não é proveniente da essência delas, pois é apenas uma consequência do fato de serem atreladas ao Real.

Por fim, elas podem ser consideradas sociais em decorrência dos valores da economia solidária que permeiam sua emissão e circulação. Esses princípios, de acordo com Lavile (2009), são a autogestão, a solidariedade e a cooperação. Além disso, possuem uma série de características e funções sociais como as descritas pelo Instituto E-Dinheiro. Finalmente, são consideradas digitais pois circulam por meios eletrônicos como o software da Plataforma E-Dinheiro.

4.4.2 As moedas sociais digitais sob a perspectiva do desenvolvimento territorial

O fato de as moedas sociais estarem vinculadas a um território é importante na medida em que, de acordo com Delgado, Bonal e Leite (2007, p. 22), ela “é uma unidade espacial na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública”. Dessa forma, o território tem sua noção derivada do conceito de espaço e é possuidor de potencialidades e de nele serem criadas instituições.

Isso ocorre porque, nos termos de Delgado, Bonal e Leite (2007, p. 22), o

território é “capaz de criar ou estimular oportunidades para o deslanche de processos econômicos, sociais e políticos julgados coletivamente como adequados ao **desenvolvimento sustentável do território** (grifou-se)”

Dessa maneira, a melhor forma de alcançar as potencialidades inerentes de um território e criar instituições, é por meio do desenvolvimento sustentável nos locais. Para tanto, é necessário compreender a característica de territorialidade do desenvolvimento local na medida que:

“ é um processo de mudança econômica, social e ambiental, de caráter endógeno, gerador de externalidades capazes de conduzir, de forma integrada e permanente, as mudanças quantitativas e qualitativas e à melhoria das condições de vida da população de uma localidade ou uma região. Para isso é necessário integrar políticas governamentais descendentes com iniciativas de **desenvolvimento local** (grifou-se) e promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável. (BANCO DO NORDESTE, 2022) Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/programa-de-desenvolvimento-territorial>.

A definição do Banco do Nordeste é muito atual, pois vê o desenvolvimento territorial não como um fim em si mesmo, mas com um objetivo que é a geração de bem-estar para a população, de modo a valorizar inclusive a autogestão nas comunidades que é um princípio da economia solidária e transformando elas não apenas em recipientes das iniciativas da área mas nos próprios sujeitos promotores do desenvolvimento territorial.

Nessa perspectiva, a questão da vinculação ao território é essencial para a compreensão das moedas sociais dentro do contexto de desenvolvimento local, de forma que tem-se um espaço pré-definido, antes da implementação da moeda social no local, isso decorre do fato de que:

O espaço é, portanto, **anterior** (grifou-se), **preexistente a qualquer ação** (grifou-se). O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

No entanto, a implementação da moeda social no espaço de determinado

território demanda um “agir”, e esse agir deve ser pautado na ética da economia solidária no espaço de um território.

Estimula-se a solidariedade no desenvolvimento territorial de várias maneiras, uma das formas é a taxa administrativa, no geral 2%, cujo valor varia a depender do Banco Comunitário, a qual é cobrada aos comércios para o financiamento do desenvolvimento local (INSTITUTO E-DINHEIRO).

Dessa maneira, deve haver a promoção desse agir por ONGs cujas funções e competências a burocracia estatal não poderá substituir em curto e médio prazos, já que possuem expertise, capilaridade, flexibilidade e engajamento nas políticas relacionadas aos convênios celebrados de natureza territoriais locais. Essas organizações captam de forma mais próxima e segura as demandas dos beneficiários, desenvolvem métodos e formas originais para alcançar os objetivos definidos nas ações governamentais e, com isto, alimentam a inovação nas políticas (ENAP,2022).

É exatamente isso que ocorre com a inovação que são as moedas sociais digitais promovidas por ONG's, pois elas são uma inovação na área de desenvolvimento territorial, já que as organizações que as promovem possuem engajamento nas comunidades locais com capilaridade nos movimentos sociais.

4.4.3 Caracterização das moedas sociais digitais

Para que seja feita uma avaliação comparativa é necessário primeiro a caracterização dos dois tipos existentes, a moeda social comunitária e a moeda social municipal. Primeiro, opta-se por descrever as características da moeda social comunitária, como pode ser visto na Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Moeda Social Comunitária

CATEGORIA	MOEDA SOCIAL COMUNITARIA
Criação da Moeda Social	Criado pela comunidade, a partir da decisão dos sócios do Banco Comunitário que é gerido uma Organização da Sociedade Civil.
	Funciona dentro das estruturas de um banco comunitário, (associação de moradores, sindicatos, igrejas, outros) e, geralmente, utiliza a logística operacional já existente (computadores, celulares, mobílias).

CATEGORIA	MOEDA SOCIAL COMUNITARIA
Estruturas físicas e logística operacional	
Equipes técnicas	Geralmente são os próprios diretores ou sócios do Banco Comunitário, voluntários, estudantes, estagiários. Em alguns casos existem funcionários contratados, mas em número bastante reduzido.
Entidade Gestora	É sempre uma organização da sociedade civil. A comunidade decide qual instituição será gestora do banco comunitário e, conseqüentemente, gestora da Moeda Social.
Destinação e uso das receitas e taxas da movimentação da Moeda Social	- Recolhidas para o Fundo do Banco Comunitário e reinvestida na própria comunidade através de microcrédito para os pequenos empreendimentos ou trabalho social.
Gestão e governança da Moeda Social	Feita através da diretoria do Banco Comunitário. Em alguns casos existe um conselho gestor comunitário consultivo que colabora na tomada de decisão.
Definição dos produtos/projetos/programas a serem operados em Moeda Social	Definidos pela comunidade através da entidade gestora do banco comunitário e do conselho Consultivo
Principais produtos	Microcrédito, recebimento de boletos e faturas, premiações, sorteios.

Fonte: Instituto E-Dinheiro. Disponível em: Instituto E-Dinheiro Acesso em 15 de abr 2023

Os aspectos analisados foram: Criação da Moeda Social, Estruturas físicas e logística operacional, Equipes técnicas, Entidade Gestora, Destinação e uso das receitas e taxas da movimentação da Moeda Social, Gestão e governança da Moeda Social, Definição dos produtos/projetos/programas a serem operados em Moeda Social, Principais produtos. Nesse mesmo formato, os mesmos elementos são descritos no Quadro 2 para as moedas sociais municipais:

Quadro 2 - Moeda municipal

CATEGORIA	MOEDA SOCIAL MUNICIPAL
Criação da Moeda Social	Criado através de Lei Municipal aprovada na câmara de vereadores.

CATEGORIA	MOEDA SOCIAL MUNICIPAL
Estruturas físicas e logística operacional	Funciona dentro de uma estrutura do poder público (secretarias, autarquias, gabinete do prefeito). Utiliza as logísticas operacionais já existentes do poder público ou alugado para este fim (prédios, computadores, celulares, mobílias)
Equipes técnicas	Funcionários públicos. Em alguns casos existe contratação de terceiros através de Organização da Sociedade Civil vencedora de Chamamento Público, mas pagos pelo poder público.
Entidade Gestora	A prefeitura licita a entidade gestora da moeda social através de chamamento público. Cabe ao município as diretrizes quanto ao uso da moeda social
Destinação e uso das receitas e taxas oriundas da movimentação da Moeda Social	Recolhidas para um Fundo Municipal instituído por lei, ou para outra atividade municipal estabelecida pela prefeitura. Uso definido pelo gestor público.
Gestão e governança da Moeda Social	Feita pelo gestor público em parceria com a OSC vencedora do chamamento público. Geralmente a secretaria encarregada pelo Programa Social toma as decisões.
Definição dos produtos/projetos/programas a serem operados em Moeda Social	Definido pelo poder público através de leis/decretos
Principais produtos	Pagamento de benefício social e outros programas municipais como auxílio alimentação e aluguel social, auxílio emergencial, outros.

Fonte: Instituto E-Dinheiro Adaptada pelo o autor.

Dessa maneira conclui-se que ambas possuem as características intrínsecas das moedas sociais discutidas no início do capítulo, pois o uso da Plataforma E-Dinheiro e a falta de marco regulatório são características compartilhadas por ambas. Enquanto as categorias mencionadas em ambos os quadros se diferenciam os dois produtos. Analisa-se melhor tais diferenças na próxima seção por meio de uma avaliação das vantagens e desvantagens de cada uma.

4.4.5 As moedas sociais digitais, uma avaliação comparativa

Passada a etapa de caracterização, irá optar-se por avaliar sob a perspectiva de vantagens e desvantagens de cada moeda social digital, começando pela moeda social comunitária no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Moeda social comunitária - Vantagens e desvantagens

CATEGORIA	Moeda Social Comunitária	
	Vantagem	Desvantagem
Quanto a criação	Agilidade. Criada pela própria comunidade bastando aprovação da assembleia de sócios.	Pouca musculatura jurídica
Quanto as estruturas físicas e logística operacional	Funcionários e estruturas com maior estabilidade e sobre governança da comunidade	Custo alto para estruturar e manter o funcionamento da moeda social.
Quanto a equipe técnica	Funcionários e estruturas com maior estabilidade e sobre governança da comunidade	Alto custo, dificultando organizar e manter uma equipe de pessoal profissionalizada
Quanto a segurança jurídica da Moeda Social	Baixa institucionalidade jurídica por ser regulada pela própria comunidade	Flexibilização das regras e rápida adaptação a contextos novos.
Quanto ao Arranjo de pagamento (plataforma tecnológica adotada para funcionamento da moeda social)	<p>Maior agilidade.</p> <p>Escolha da comunidade.</p> <p>Dispensa licitação.</p>	<p>Controle social da comunidade.</p> <p>Baixa institucionalidade jurídica no monitoramento.</p>
Quanto a destinação e uso das receitas oriundas da movimentação da moeda social	<p>Grande liberdade quanto ao uso.</p> <p>Decisão na esfera comunitária.</p>	Governança do uso dos recursos com base comunitária, sem controle do poder público.

Quanto gestão e governança da moeda	Controle social alto, gestão social adaptada a realidade, rapidez na tomada de decisão.	Tendência a um modelo de gestão não profissionalizado devido a recursos financeiros reduzidos.
Definição quanto aos produtos	Grande participação popular na elaboração dos produtos. -Maior flexibilidade para adaptação as realidades locais	Pouca escala. Recursos reduzidos criando impactos sociais menores. - Volatilidade na continuidade devido a ausência de fundos permanentes

Fonte: Instituto E-Dinheiro.

Por outro lado, a moeda social municipal apresenta outras vantagens e desvantagens proporcionadas devido ao fato que as mesmas categorias examinadas na quadro anterior possuem natureza distinta em cada uma conforme o Quadro 4:

Quadro 4 – Moeda social municipal – Vantagens e desvantagens

CATEGORIA	Moeda Social Municipal	
	Vantagens	Desvantagem
A criação	Maior robustez jurídica tendo em vista que é criado por uma Lei Municipal	Aumento da burocracia com a elaboração da lei, processo de aprovação na câmara de vereadores e regulamentação por decretos.
Estruturas físicas e logística operacional	Baixo custo. uma vez que aproveita as próprias estruturas administrativas existentes.	Depende da vontade do gestor para continuidade operacional
A equipe técnica	Custo baixo. Os funcionários públicos já estão pagos.	Grande volatilidade dos funcionários. Sujeito a perda do aprendizado e das regras de segurança
A segurança jurídica da Moeda Social	Criada e Regulada por lei municipal, tem maior robustez jurídica	Dificuldade de readequações/mudanças; precisando de novos decretos e atualizações da lei
Arranjo de pagamento (plataforma tecnológica adotada para	Monitoramento direto do gestor e acompanhamento permanente dos órgãos de controle do município.	Maior burocracia na seleção. Precisa ser licitada através de chamamento público

funcionamento da moeda social)		
Destinação e uso das receitas oriundas da movimentação da moeda social	Alta institucionalidade. Definida pelo Município por lei ou decreto. Monitoramento permanente dos órgãos de controle.	Mais burocratizada quanto ao uso. A utilização precisa de pareceres da municipalidade
Gestão e governança da moeda	Institucionalidade alta, definida em leis e decretos. Acompanhamento dos órgãos de controle	Volatilidade grande. Risco de interrupção de atividades, principalmente na mudança do gestor público.
Definição quanto aos produtos	Produtos bem elaborados, com recursos financeiros garantidos e em escala. Mais duradouros por se tratar de política pública.	Rigidez na criação de produtos uma vez que são criados por leis e decretos e precisam de aprovação da câmara. -Produtos decididos com baixa participação da sociedade

Fonte: Instituto E-Dinheiro

As moedas sociais digitais são criadas para promover o comércio local e a economia circular, incentivando as pessoas a gastarem dinheiro dentro da comunidade em vez de gastá-lo em grandes empresas ou em sites de comércio eletrônico. Elas funcionam como moedas complementares ao dinheiro tradicional e são usadas para transações dentro de uma rede específica.

Normalmente, as moedas digitais são gerenciadas por uma organização ou cooperativa, que define as regras de uso e as formas de aquisição e resgate das moedas. As transações são geralmente feitas por meio de um aplicativo.

Desse modo, por meio da análise pautada nas vantagens e desvantagens dos elementos da, chega-se à conclusão que apesar de ambas serem moedas sociais digitais devido às suas características essenciais já comentadas na seção anterior, ambas estarem hospedadas na Plataforma E-Dinheiro e ambas não possuem marco legal, ambas, evidentemente, têm natureza distinta em virtude dos quesitos examinados no Quadro 4.

4.4.6 O caso do Banco Palmas em Fortaleza

No estudo de caso específico, sobre a moeda social digital do Banco Palmas

em Fortaleza, pode-se afirmar que ela é uma moeda social comunitária e possui suas características, bem como vantagens e desvantagens, além de algumas peculiaridades, que serão analisadas por categorias:

- Categoria da criação da moeda social: ela foi criada pela comunidade a partir da decisão da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras em 1998, enquanto que a atual formulação digital foi desenvolvida pelos sócios do Instituto E-Dinheiro. No caso específico do Banco Palmas, a Sociedade Civil que gerencia a moeda social do Banco Palmas é o próprio Instituto E-Dinheiro. Isso ocorre porque como a sede de toda a Rede de Bancos comunitários do Brasil fica no Conjunto Palmeiras, algumas atividades locais, como as moedas sociais digitais comunitárias do Banco Palmas, são geridas diretamente pelo Instituto E-Dinheiro.
- Categoria de estruturas físicas e logística operacional: ela não funciona em uma associação de moradores, sindicatos ou igreja atualmente. Funciona na própria sede da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e, geralmente, utiliza a logística operacional já existente do próprio Instituto E-Dinheiro.
- Categoria de Equipes técnicas: geralmente são os próprios diretores ou sócios do Instituto E-Dinheiro, bem como voluntários, estudantes, estagiários. No caso específico do Banco Palmas, existe uma quantidade considerável de funcionários contratados, pois no Instituto E-Dinheiro funciona também como sede de toda a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o que demanda uma porção maior de colaboradores contratados que um banco comunitário convencional.
- Categoria de Entidade Gestora: não apenas é uma organização da sociedade civil como também é uma OSCIP, a comunidade decide qual instituição será gestora do banco comunitário e, conseqüentemente, gestora da Moeda Social.
- Categoria de Gestão e Governança da Moeda Social: executa-se diretamente por meio da diretoria do Instituto E-Dinheiro. Enquanto isso, o Conselho de Moradores, exerce o controle social e tem sua eleição realizada pelo Fórum Sócio Econômico Local, o qual se reúne 1 vez por mês e é considerado a articulação de todas as organizações da

sociedade civil do Conjunto Palmeiras e adjacências.

- Categoria de Destinação e uso das receitas e taxas da movimentação da Moeda Social Recolhida: ela é direcionada para o Fundo do Banco Comunitário e reinvestida na própria comunidade através de microcrédito para os pequenos empreendimentos ou trabalho social.
- Categoria de definição dos produtos/projetos/programas a serem operados em Moeda Social: eles são definidos pela comunidade através da entidade gestora do banco comunitário que é o próprio Instituto E-Dinheiro e pela Associação de Moradores.
- Categoria dos principais produtos: eles são a renda gerada pelas transações dentro do aplicativo, o qual é direcionado para um fundo social comunitário, a atividade de microcrédito e a atividade de correspondente bancário.

A forma que o morador pode adquirir a moeda pode ser por meio da obtenção de microcréditos, do recebimento de pagamentos ou mesmo de parte do salário em Palmas digital, bem como trocando Reais pelas moedas sociais digitais do Banco Palmas.

Nesse sentido, A moeda social digital utilizada no Conjunto Palmeiras é o Palma, que foi criada pelo Banco Palmas em 2003. O Palma é uma moeda virtual que foi desenvolvida para circular dentro da própria comunidade, com o objetivo de estimular a economia local e o comércio justo.

Assim, os moradores podem trocar reais por Palmas em pontos de troca do Banco Palmas, como em lojas e associações locais, e em seguida, usar as Palmas para comprar produtos e serviços no comércio da própria comunidade.

Os comerciantes locais também recebem as Palmas como pagamento, e podem usá-las para pagar fornecedores locais ou para obter crédito no Banco Palmas para investir em seus negócios.

Além disso, o Banco Palmas também oferece serviços bancários convencionais, como empréstimos e depósitos, em reais, mas com juros baixos e condições acessíveis para os moradores da comunidade.

Assim, a moeda social digital Palma é uma ferramenta importante para promover a economia local e colaborar para a inclusão financeira dos moradores do Conjunto Palmeiras.

Atualmente, em 2023, ela tem a dimensão territorial de toda a cidade de Fortaleza, primeiro por incluir o projeto da moeda ambiental, o qual tem abrangência em toda Fortaleza. Segundo, em função da absorção de todos os bancos comunitários da cidade, por parte do Banco Palmas, chamados de Rio Sol, Palmas, Somos nós, Dendesol, Sítio São João, Instituto E-Dinheiro, Edinheirocred, todas as moedas passaram a possuir capacidade de transacionar entre si, de modo que atualmente todas as moedas sociais com finalidade específica para Fortaleza são consideradas moedas Palmas digitais de Fortaleza pelo Banco Palmas. Isso se deve porque o que diferencia uma moeda da outra no sistema é a incomunicabilidade entre os usuários de cada moeda comunitária, o que não ocorre no caso específico entre as moedas sociais digitais da cidade de Fortaleza, como parte da estratégia local de desenvolvimento sustentável que tornou todas as moedas do município em palmas digitais.

Em entrevista com o Fundador do Banco Palmas, ele informou que inicialmente o Banco só atuava no Conjunto Palmeiras. Essa expansão para outros bairros de Fortaleza se deu por dois motivos. Primeiro, a proposta da prefeitura de fazer os ecopontos. São 90 ecopontos espalhados em toda a cidade. Nas palavras dele “a gente não tinha como criar um banco em cada bairro, porque não tinha ainda capital social para isso”. Posteriormente, o segundo motivo apresentou-se com a pandemia de COVID-19. Sobre o assunto ele acrescenta “muitos empresários queriam fazer doações de dinheiro para as famílias afetadas, e a gente teve que abrir contas digitais em vários bairros de Fortaleza, e a gente depositava R\$ 200 em cada conta digital e a própria liderança do bairro cadastrava os comércios”.

Portanto, conclui-se para facilitar o fluxo dos recursos o planejamento financeiro e estratégico o Instituto e-dinheiro passou a gerir todos os Bancos comunitários da cidade para melhor administrar o fluxo de recursos

Neste sentido, sobre quais bairros a moeda Palmas é aceita, o próprio Fundador esclarece ao afirmar na entrevista da pesquisa que “Inclui todos. Como todos utilizam a moeda social Palmas, nesses outros bairros, então inclui tudo como Banco Palmas.”

Desse modo, desde 2019 e, em especial, durante a pandemia da Covid foram criadas muitas contas digitais com o nome “Instituto E-Dinheiro” em Fortaleza para atender os outros bairros, contas com esse nome que também passaram a

ser abertas no Conjunto Palmeiras. Além disso, foram abertas contas digitais com o nome Edinheirocred por questões operacionais para identificar os beneficiários da carteira de crédito do Banco Palmas. Todas as contas de todos os bancos comunitários em Fortaleza atualmente são idênticas às contas existentes com o nome “Palmas”, de forma que todas são a mesma moeda social do Banco Palmas.

Desse modo, o que diferencia uma moeda social da outra não é o nome que aparece no aplicativo e sim sua função na economia solidária. Atualmente, o Banco Palmas em Fortaleza possui 1 moeda social que tem 2 categorias relacionadas à sua origem. A moeda social digital comunitária local que é usada quando o Banco Palmas quando exerce a função de banco comunitário local e a moeda social digital ambiental usada no Projeto do E-carroceiro.

Enquanto a primeira tem origem nas atividades convencionais de um banco comunitário, a segunda tem origem na troca de detritos e resíduos por moeda social ambiental na forma de programa social executado em parceria com a prefeitura e com a ECOFOR. Nesse sentido, depois de examinado o caso específico do Banco Palmas, é importante compreender como foi a evolução da ideia das moedas sociais

4.4.7 Do papel para a plataforma digital

Quando desafios surgiram, o Banco Palmas optou por converter sua moeda social que era de papel conforme Figura 11 em uma moeda social digital, por meio da Plataforma E-Dinheiro.

Figura 11 - Moeda Palmas de papel (Anverso)

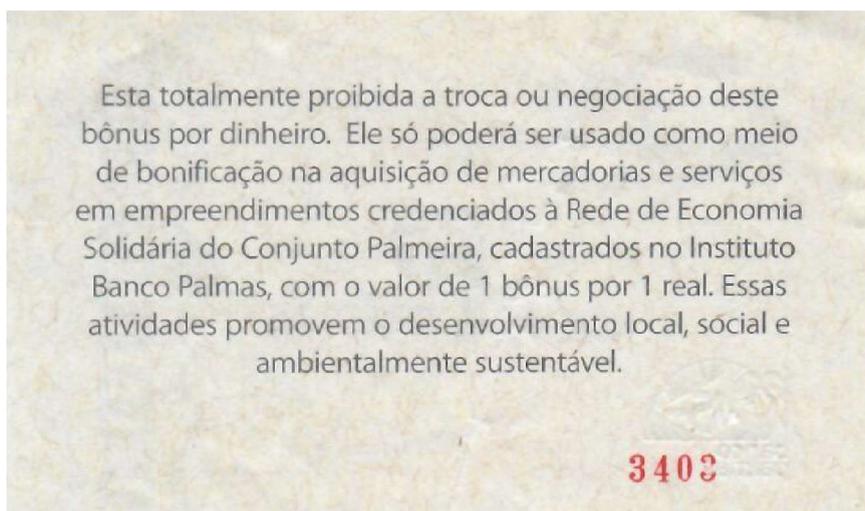


Fonte: Foto da moeda física.

Nessa figura, pode-se notar o nome do Banco Palmas e um relevo diferenciado na parte que está escrita 15 anos como forma de evitar falsificação, bem como é possível ver o endereço da instituição em vermelho como forma de identificar a moeda.

Ao se olhar o verso da cédula da Figura 12, um código demarca o número da moeda que está na cor vermelha, além de mostrar texto escrito com algumas das regras da moeda social quando ela era impressa para ser utilizada como bônus na compra de mercadorias.

Figura 12 - Moeda Palmas de papel (verso)



Fonte: Foto da moeda física.

Nesse documento, a instituição emissora afirma o seu compromisso com o **desenvolvimento social, local e ambientalmente sustentável**. O que indica seu caráter de desenvolvimento sustentável local, conforme defendido pela pesquisa.

O Banco Palmas comprou com financiamento do BNDES, o sistema e-dinheiro que pertencia à empresa Moneyclip. Isso foi realizado com objetivo de transformar a plataforma em um banco digital de finanças solidárias. O serviço é considerado uma forma de *mobile payments* que utiliza dinheiro eletrônico emitido por uma instituição de pagamento. Em 9 de novembro de 2017, Joaquim negociou com os sócios da MoneyClip os direitos de uso da plataforma digital, por R\$ 140.000,00 em valores da época. (KEMMER CERNEV, ADRIAN, DINIZ; EDUARDO HENRIQUE, 2023)

Com isso, A empresa MoneyClip encerrou suas atividades, sendo sucedida pela empresa MoneyCloud, de propriedade de apenas um de seus sócios originais. Esta nova empresa provê a hospedagem, desenvolvimento e manutenção da plataforma digital e aplicativo, cobrando pelos serviços prestados (não há mais acordo de *revenue sharing*). Ela também mantém a propriedade intelectual dos códigos-fontes de seus softwares, podendo prestar serviços e/ou comercializar sua tecnologia para outros clientes. (KEMMER CERNEV, ADRIAN, DINIZ; EDUARDO HENRIQUE, 2023)

Essa decisão conduzida pelo Banco Palmas não foi tomada isoladamente, pois o processo decisório envolveu líderes de bancos comunitários de todo o Brasil, de forma a tornar o E-Dinheiro uma plataforma comum a toda a Rede, e não somente de um banco comunitário, com o objetivo de obterem ganhos de escala.

Nesse sentido, é possível observar o caráter de estratégia nacional para essas ações que envolvem toda a Rede de Bancos Comunitária Brasileira em contrapartida com o caráter de estratégia local verificado nas ações relativas a Fortaleza e ao Conjunto Palmeiras em específico. Em relação aos serviços da plataforma das moedas sociais digitais, existem uma série de serviços, como é possível ver na Figura 13:

Figura 13 - Serviços e-dinheiro

SERVIÇOS	
Os Bancos Comunitários trabalham com a Plataforma E-dinheiro, composta por aplicativos nas versões IOS e Android e internet banking, pode ser usada por aplicativo ou cartão, incluindo as seguintes funções:	
<ul style="list-style-type: none"> • CREDITAR • TRANSFERIR • COBRAR • PAGAR • EXTRATO COMPLETO E SEGMENTADO • CONTROLE DE GASTOS • MINHAS ECONOMIAS • MÓDULO DE DOAÇÕES • CADASTRO DE USUÁRIO • OPERAÇÕES COM CARTÕES DE CRÉDITO • PAGAMENTO DE BOLETO BANCÁRIO • GERAÇÃO DE BOLETOS BANCÁRIOS 	<ul style="list-style-type: none"> • PAGAMENTOS ONLINE E OFFLINE • MÓDULO PARA PAGAMENTOS EM • TRANSPORTE COLETIVO • RECARGA DE CELULARES OI, TIM, CLARO E VIVO • OPERAÇÕES VIA SMS • OPERAÇÕES VIA USSD • INTEGRAÇÕES COM OS PRINCIPAIS BANCOS DO PAÍS • COMPRA DE MICROSEGUROS • BILHETAGEM • PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS (conta benefício) • FOLHA DE PAGAMENTO (Conta Salário) • CRÉDITO

Fonte: Instituto E-Dinheiro

Dentre os serviços existentes, a maioria é gratuito. No entanto, existem tanto os serviços pagos como gratuitos, e os gratuitos que são assim até um certo limite,

como é possível observar na Figura 14:

Figura 14. - Serviços e-dinheiro e taxas cobradas

<u>SERVIÇOS</u>	<u>TAXAS COBRADAS</u>
FUNÇÃO LOGIN E CADASTRO	Gratuita
FUNÇÃO DEPOSITAR	Gratuita
FUNÇÃO TRANSFERIR	Gratuita até 100 transferências por Plataforma E-dinheiro mês, tarifa de R\$ 1,00 por transferência adicional
FUNÇÃO COBRAR	Gratuita até 30 cobranças por mês, tarifa de R\$ 1,00 por cobrança adicional.
FUNÇÃO PAGAR	Gratuita
FUNÇÃO EXTRATO	Gratuita
FUNÇÃO RESGATE	1% do valor sacado (exceto quando realizado entre os dias 1 a 5 de cada mês)
CONTA SALÁRIO	Gratuita para resgate e portabilidade
RECARGA DE CELULAR:	2% a 3% dependendo da operadora
VENDA DE SEGUROS	15% do valor da apólice
OPERAÇÕES DE RECEBIMENTO VIA SISTEMA (COMPRA NO COMÉRCIO)	2% do valor da compra

Fonte: Instituto E-Dinheiro

Uma dessas funções gratuitas é a função de realizar pagamentos. No entanto, no caso de pagamento de boletos e faturas, existe a cobrança de taxas que são as seguintes conforme letra b, inciso IX do Termo e Condições Gerais de Uso Comercial do Serviço (p.30, 2023):

(ix) PAGAMENTO DE BOLETOS: Tarifa de **R\$ 1,00** para boletos até R\$ 200,00; **R\$ 2,50** para boletos entre R\$ 201,00 e R\$ 4.000,00; **R\$ 3,50** para boletos entre R\$ 4.001,00 e R\$ 7.000,00; **R\$ 5,00** para boletos entre R\$ 7.001,00 e R\$ 9.000,00; **R\$ 10,00** para boletos entre R\$ 9.001,00 e R\$ 15.000,00 e **R\$ 20,00** para boletos a partir de R\$ 15.001,00;

Dessa maneira, conclui-se que a Plataforma E-Dinheiro exerce muitas funções entre elas o pagamento de boletos e faturas, de modo que facilitou bastante as movimentações financeiras em relação a época que eram realizadas por moedas de papel.

No entanto, ao analisar criticamente os valores das taxas de boletos, observa-se que são considerados altos para na área de meios de pagamento e não são competitivos no mercado. No entanto, eles se justificam em razão de serem um meio para o financiamento para a expansão das atividades de desenvolvimento local do Banco.

4.4.8 Discussão da situação legal da moeda social digital da plataforma do Banco Palmas em face ao Banco Central

Desde o início, existiram discussões sobre a situação legal da moeda social. Houve, inclusive, processo penal que foi logo arquivado mediante parecer da própria Procuradoria Geral do Banco Central que não viu ilícito penal na atividade, conforme demonstra a Nota-Jurídica PGBC-5927, de 29 de julho 2011, ao dizer que “Item 20. Ante o exposto, tenho que a emissão de moeda social pelo Banco Palmas constitui indiferente penal, não justificando a adoção de qualquer providência por parte desta Autarquia no particular.”

Sobre a legalidade de funcionamento da moeda social, concluiu-se não ser crime a emissão de moeda social, decidindo-se pelo arquivamento do processo, nos termos da sentença do Processo 06801/2033-7 (fl. 15). Demonstrado o uso da moeda social do Banco Palmas como fora da seara do direito penal econômico, discute-se o panorama jurídico dessa atividade no âmbito do direito regulatório.

Para compreender o Banco Palmas como um fenômeno de desenvolvimento sustentável local é necessário compreender como ele e sua rede de bancos solidários são representados em face ao Banco Central do Brasil (BACEN). Essa representação para com o BACEN é realizada por meio do Instituto E-Dinheiro, na condição de Instituidor de arranjo de pagamento pré-pago não-integrante do sistema de pagamento brasileiro de propósito limitado, sem regulação específica.

O Instituto E-Dinheiro é caracterizado como instituidor do arranjo de pagamento, pois ele é o responsável pela criação, manutenção e organização do conjunto de regras e procedimentos que compõe o arranjo de pagamentos, que no caso é a Plataforma E-Dinheiro.

O arranjo que caracteriza as moedas é pré-pago, pois não funciona com base no crédito de sistemas pós-pagos, já que é necessário que sejam depositados valores antes da realização de pagamentos.

Não tem regulação específica, pois não faz parte do sistema de pagamentos brasileiro, já que não apresenta valores iguais ou superiores a R\$ 500.000.000,00 milhões de valor total de transações, nem mais uma quantidade de transações igual ou superior a 20 bilhões, durante os últimos 12 meses de maneira consolidada, nos termos do Inciso II, Resolução do BCB Nº 150, de 6 de Outubro de 2021. Isso é

fator determinante para ser exigida a integração de arranjos pré-pagos no sistema brasileiro de pagamentos.

Logo, a Plataforma E-Dinheiro tem como requisito principal de manutenção de funcionamento principal o artigo 4º da resolução da Circular nº 3.682, de 4 de Novembro de 2013, que diz:

Art. 4º A fim de permitir a contínua avaliação, pelo Banco Central do Brasil, dos riscos ao normal funcionamento das transações de pagamentos de varejo, os instituidores de arranjos não integrantes do SPB, nos termos do art. 2º, inciso II, desta Circular, ficam obrigados a prestar as seguintes informações: I - dados cadastrais com identificação de diretor do instituidor de arranjo, ou pessoa responsável pelo atendimento às demandas do Banco Central do Brasil relacionadas a questões concernentes ao arranjo, endereço para correspondência, telefone e endereço eletrônico; II - o propósito, a modalidade de relacionamento e a abrangência territorial do arranjo, na forma do disposto, respectivamente, nos arts. 8º, 9º e 10 do Regulamento anexo a esta Circular; III - a descrição resumida das características do instrumento de pagamento emitido no âmbito do arranjo; IV - estatísticas de: a) valor total das transações de pagamento; b) valores depositados em conta de pagamento; c) quantidade de transações; d) quantidade de usuários finais ativos

Dessa maneira, a Plataforma E-Dinheiro é um arranjo de pagamento tanto de compra com transferência e deve seguir as orientações do banco central nos termos do artigo 8 do regulamento anexo presente Circular Nº 3.682, de 4 de Novembro de 2013

Uma orientação importante presente na regulação de arranjos não integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos é sobre as informações as quais devem ser fornecidas periodicamente ao banco central nos termos do parágrafo único do artigo 4º, que diz

Parágrafo único. As informações de que tratam os incisos do caput devem ser Atualizadas anualmente perante o Banco Central do Brasil, tendo como data-limite de envio último dia útil do primeiro trimestre do ano e como data-base o último dia útil do ano calendário anterior.

No mesmo sentido, os artigos 6º e 7º da Seção 2, capítulo IV da Resolução Nº 4.282, de 4 de novembro de 2013 confirma a natureza do arranjo de pagamento administrados pelo Instituto E-Dinheiro ao afirmar que:

Art. 6º Não integram o SPB os arranjos de pagamento que, a critério do Banco Central do Brasil, não ofereçam risco ao normal funcionamento das transações de pagamentos de varejo, bem como as instituições de pagamento que participem exclusivamente desses arranjos, conforme avaliação do Banco Central do Brasil. Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo e no § 4º do art. 6º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o Banco Central do Brasil utilizará ao menos um dos parâmetros a seguir: I - limitação de propósito; II - valor total das transações de pagamento; III - saldo dos recursos depositados em conta de pagamento; IV - quantidade de transações realizadas; V - número de usuários finais; VI - efeitos do funcionamento do arranjo de pagamento sobre o mercado. Art. 7º Na definição das regras sobre prestação de informações pelos instituidores dos arranjos de pagamento não integrantes do SPB, o Banco Central do Brasil deverá ter em consideração o princípio da economicidade. Seção 2 , capítulo IV da RESOLUÇÃO Nº 4.282, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013

Sob outra perspectiva, o Instituto E-Dinheiro é considerado também instituição de pagamento desse arranjo, pois tem como atividade principal ou acessória, nos termos do inciso III da Lei Nº 12.865, de 9 de outubro DE 2013:

a) disponibilizar serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; b) executar ou facilitar a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; c) gerir conta de pagamento; d) emitir instrumento de pagamento; e) credenciar a aceitação de instrumento de pagamento; f) executar remessa de fundos; g) converter moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica; e h) outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento, designadas pelo Banco Central do Brasil;

Os tipos de instituição de pagamento existentes são dois de acordo com o BACEN: Emissora de moeda eletrônica e credenciadora. Ela é tanto emissora como credenciadora, pois gerencia contas de pagamento pré-pagas e habilita estabelecimentos para a aceitação do instrumento de pagamento.

Em síntese, as moedas digitais palmas em Fortaleza sob a perspectiva do Banco Central são parte de um arranjo de pagamento pré-pago de propósito

limitado não-integrante do Sistema Brasileiro de Pagamentos denominado Plataforma E-Dinheiro. Desse modo, a Instituição E-Dinheiro é a Instituidora, a instituição de pagamento emissora e a instituição de pagamento credenciadora. Portanto, conclui-se que uma regulamentação específica é necessária na forma de um marco regulatório do país. Porque essas moedas eletrônicas têm características próprias de relevante interesse social.

Desse modo, o desenvolvimento sustentável local do Banco Palmas, deve ser buscado por meio de um diálogo entre planejamento estratégico da Rede de Bancos Solidários, subsidiado por uma compreensão do Banco Palmas em Fortaleza como caso específico. Assim, chega-se à conclusão que sua moeda social digital necessita de um marco regulatório próprio para suas atividades de modo que possa aproveitar as oportunidades de desenvolvimento reveladas pela análise SWOT, bem como esteja mais protegido das ameaças do risco legal também presentes nessa análise.

4.5. Análise de dados do Banco Palmas em Fortaleza

Conforme já observado na análise do caso específico do Banco Palmas, e confirmado em entrevista com o fundador do Banco Palmas, o Banco tem atuação em toda a cidade de Fortaleza e sua estratégia de desenvolvimento sustentável local é no período dos últimos 5 anos é orientada por indicadores, nomeados de “ações” pelo Banco. Esses indicadores podem ser divididos em quatro partes: crédito para pequenos negócios, crédito de consumo, quantidade de ações de bonificação com moeda social ambiental e o valor total de compras locais em moedas sociais. O crédito é restrito a moradores do Conjunto Palmeiras, enquanto a moeda social do Banco Palmas tem abrangência em todo o município e inclui os valores gastos com moeda ambiental que tem como origem o Programa E-Carroceiro da prefeitura, o qual oferece a possibilidade de trocar lixo pela moeda social. Como critério, será considerado o aumento ou diminuição de um indicador quando ela for superior a 2%. Considera-se a Pandemia da COVID como fator relevante para a análise, de duração entre março de 2020 e Dezembro de 2021

4.5.1 Análise do Crédito para pequenos negócios

Nos termos do Anexo C, os créditos para pequenos negócios são todos os créditos do tipo produtivo. Eles possuem de 4 a 12 parcelas, são no valor de até R\$ 4.000,00 Reais e com taxa de juros de 0,25% a 1% ao mês. Para conseguir esse crédito, é necessário cadastrar os documentos necessários e agendar uma visita técnica do agente de crédito. Esse tipo de crédito tem como finalidade alavancar ou manter o capital de giro de pequenos negócios. Cada Indicador mostrado é visto pelo Banco Palmas como é um uma ferramenta para orientar suas ações de planejamento estratégico sustentável local.

Na tabela 1, é possível observar três indicadores, (i) o valor total do crédito para pequenos negócios fornecido, (ii) a quantidade de empreendimentos que receberam créditos desse tipo, ambos fornecidos pelo Banco Palmas e (iii) crédito médio por empreendimento, com o último indicador tendo sido criado pelo autor.

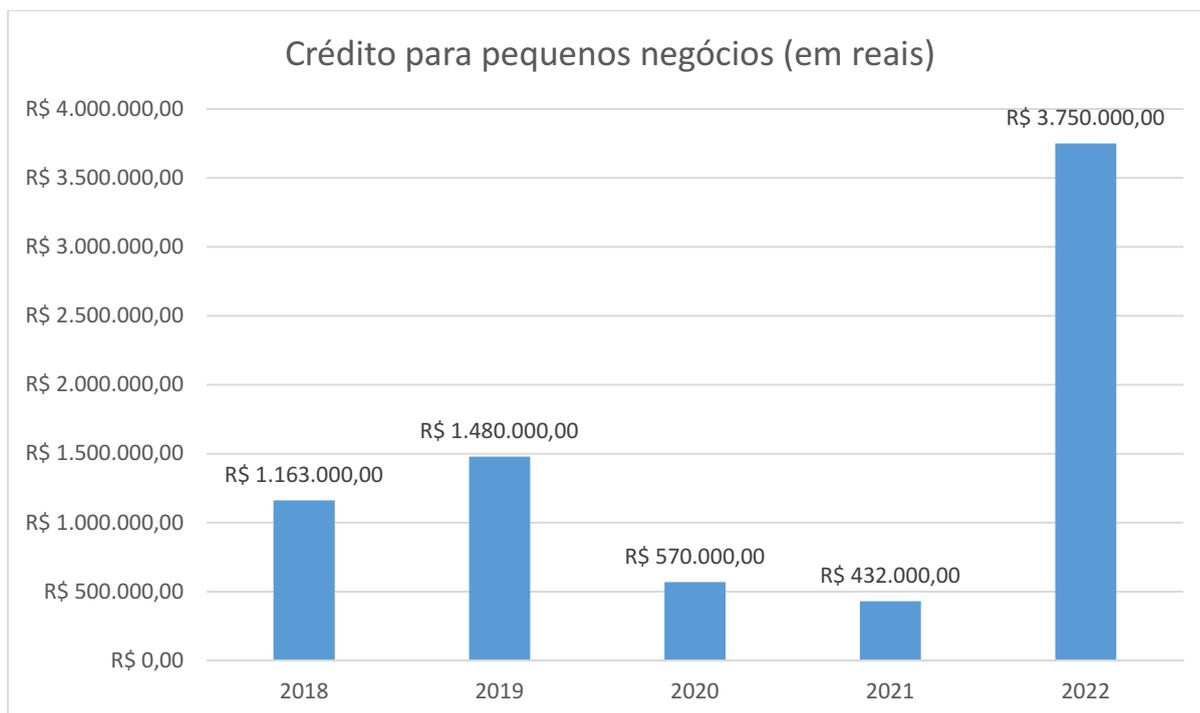
Tabela 1 - Crédito para pequenos negócios

ACÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Crédito para pequenos negócios (em reais)	R\$ 1.163.000,00	R\$ 1.480.000,00	R\$ 570.000,00	R\$ 432.000,00	R\$ 3.750.000,00
Quantos empreendimentos (formal e informal) receberam crédito	312	480	215	202	950
Crédito médio por empreendimento	3.727,56	3.083,33	2.651,16	2.138,61	3.947,37

Fonte: Instituto E-Dinheiro

No Gráfico 1, a seguir, o indicador crédito para pequenos negócios teve um aumento relevante de 2018 para 2019; De 2019 para 2020, ele despencou e seguiu um ritmo de vertiginosa queda de 2020 para 2021, até que em 2022 sofreu um aumento abrupto de 863%. Em síntese, de 2018 para 2022, houve um aumento de 322,44%.

Gráfico 1 - Crédito para pequenos negócios (em reais)

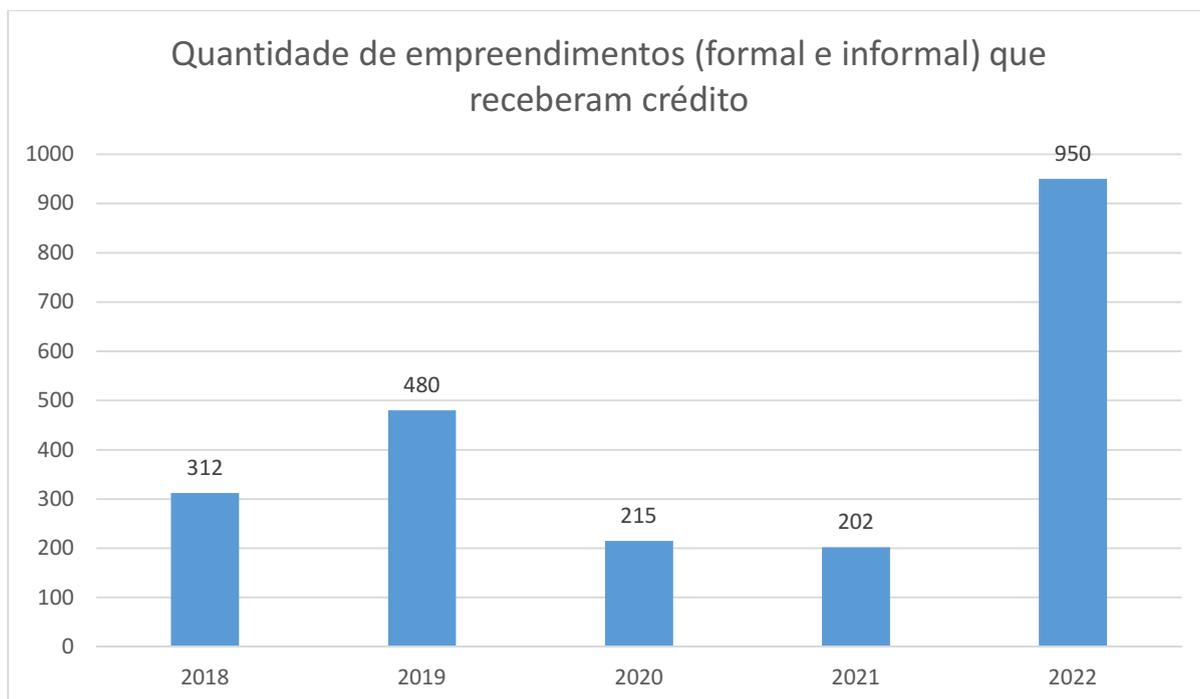


Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Durante a Pandemia, em virtude dos riscos, evitou-se o empréstimo a pequenos negócios e o fluxo diminuiu nos anos de 2020 e 2021. De acordo com o fundador do Banco Palmas, em entrevista, o valor do crédito para pequenos negócios aumentou para R\$ 3,7 milhões de reais em virtude da estratégia do Banco Palmas de promover uma injeção de recursos mais agressiva nos negócios locais, pois era necessário recuperar o tipo de capital de giro dos pequenos comércios de bairro que ficaram descapitalizados durante a Pandemia da COVID.

No Gráfico 2, a seguir, o indicador quantidade de empreendimentos que receberam crédito teve um aumento relevante de 2018 para 2019. De 2019 para 2020, ele despencou e seguiu um ritmo de vertiginosa queda de 2020 para 2021, até que em 2022 sofreu um aumento abrupto de 448,02%. Em síntese, de 2018 para 2022, houve um aumento de 322,44%.

Gráfico 2 - Quantidade de Empreendimentos que receberam crédito



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

É possível observar no Gráfico 2 da quantidade de empreendimentos que receberam crédito, que ele se comporta de maneira similar com o gráfico do valor fornecido de crédito produtivo em seus movimentos de aumentos e diminuição dos valores. Isso acontece porque existe uma correlação entre um indicador e outro, já que quanto mais crédito disponível, mais tendência existe de oferecer para mais empreendimentos. Nesse sentido, aumento do número de empreendimentos que receberam crédito disponível foi acompanhado pelo aumento de microcrédito disponível.

Na tabela 2, é possível observar três indicadores, o valor total do crédito fornecido para pequenos negócios, a quantidade de empreendimentos que receberam créditos desse tipo, ambas fornecidos pelo Banco Palmas e um indicador criado pelo autor.

Tabela 2 - Crédito médio por empreendimento

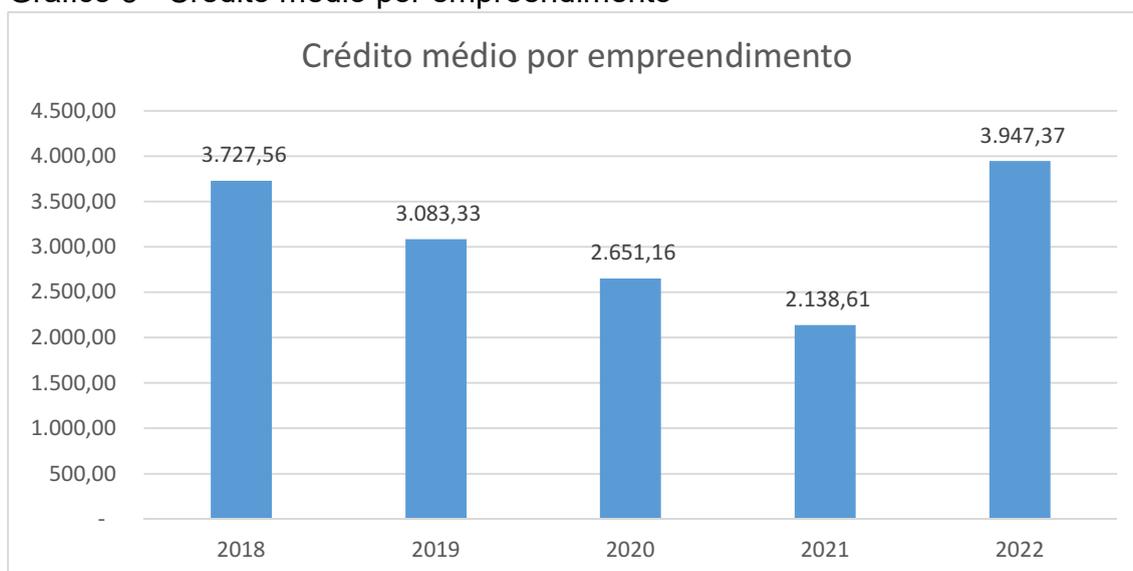
AÇÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Crédito para pequenos negócios (em reais)	R\$ 1.163.000,00	R\$ 1.480.000,00	R\$ 570.000,00	R\$ 432.000,00	R\$ 3.750.000,00
Quantos empreendimentos (formal e informal) receberam crédito	312	480	215	202	950
Crédito médio por empreendimento	3.727,56	3.083,33	2.651,16	2.138,61	3.947,37

Fonte: Instituto E-Dinheiro

O Fundador do Banco, em entrevista, explicou o aumento do número de empreendimentos beneficiados em 2022, momento em que foi possível ofertar mais crédito ao dizer que “foi exatamente quando o banco conseguiu o recurso com o BNDES. Se tem mais oferta de crédito, existem mais empreendimento adquirindo crédito. É quase que análogo uma coisa à outra.”

No Gráfico 3, a seguir, o indicador crédito médio por empreendimento teve uma relevante queda de 2018 para 2019. De 2019 para 2021, ele seguiu caindo no mesmo ritmo, até que em 2022, sofreu um aumento abrupto de 184%. Em síntese, de 2018 para 2022, houve um aumento de 5,9%.

Gráfico 3 - Crédito médio por empreendimento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Observa-se que, durante a Pandemia de COVID, os beneficiários dessa modalidade passaram a receber em média menos crédito, com o valor em 2022 regressando ao nível de 2018.

Outra forma de medir o crédito médio é usando como referência a quantidade de contratos, no caso operações. Isso se deve ao fato de que é possível que um empreendimento execute mais de um empréstimo produtivo no Banco, diferente quando ocorre os empréstimos para consumo.

Na Tabela 3, a seguir, é possível observar três indicadores, (i) o valor total do crédito para pequenos negócios fornecido, (ii) a quantidade de operações de contratos de crédito desse tipo, ambas fornecidos pelo Banco Palmas e (iii) crédito médio por contrato, um indicador criado pelo autor.

Contratos de crédito são na verdade operações de crédito. Essas operações podem ser realizadas mais de uma vez ao ano pelo mesmo empreendimento como forma de rolar dívidas ou manter um capital de giro. O aumento da quantidade de operações demonstra que, de fato, a motivação principal foi com o objetivo de estimular capital de giro nos empreendimentos. Dessa forma, renovar do contrato de empréstimo é considerado uma nova operação como se fosse um novo contrato para efeitos desse indicador.

Nesse sentido, existem empreendimentos que realizam vários empréstimos por ano como forma de manter o capital de giro adequado de maneira a permitir a realização de seus negócios. Dessa forma, o número de empreendimentos beneficiados (Tabela 2) é diferente do número de contratos de crédito produtivo, nos termos da tabela 3.

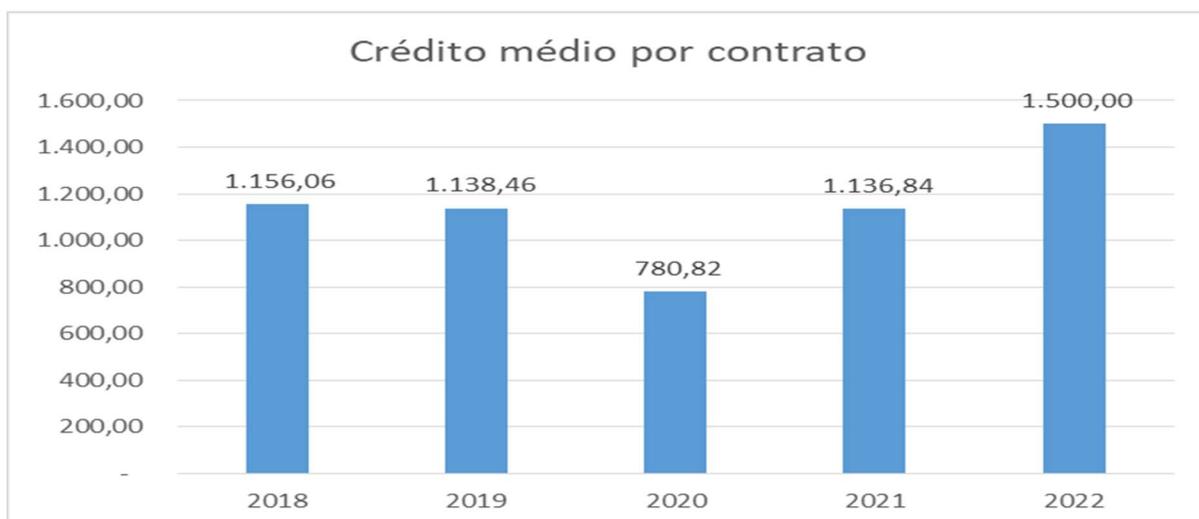
Tabela 3 - Crédito médio por contrato

AÇÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Crédito para pequenos negócios (em reais)	R\$ 1.163.000,00	R\$ 1.480.000,00	R\$ 570.000,00	R\$ 432.000,00	R\$ 3.750.000,00
Quantidade de contratos de crédito para pequenos negócios	1006	1300	730	380	2500
Crédito médio por contrato	1.156,06	1.138,46	780,82	1.136,84	1.500,00

Fonte: Instituto E-Dinheiro

No Gráfico 4, a seguir, o indicador crédito médio por contrato se manteve de 2018 para 2019. De 2019 para 2020, ele despencou e de 2020 para 2021 ele recuperou a queda seguindo o mesmo ritmo de aumento até 2022. A queda mais abrupta foi de 2019 para 2020 de 31,94%. Em síntese, de 2018 para 2022, houve um aumento de 30,75%.

Gráfico 4 - Crédito médio por contrato



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

4.5.2 Análise do Crédito para Consumo

Os contratos de créditos de consumo são créditos oferecidos a pessoas físicas do Conjunto Palmeiras de forma a promover o consumo na comunidade local, um exemplo desse tipo de crédito é o que se encontra no Anexo C da dissertação, o qual é descrito o microcrédito para pequenas reformas na casa, na qual as pessoas têm como condição a compra no comércio do bairro.

Na Tabela 4, a seguir, é possível observar três indicadores, (i) a quantidade de contratos de crédito para consumo, (ii) o valor total dos créditos para consumo em moeda social, ambos fornecidos pelo Banco Palmas, e (iii) e crédito para consumo/número de operações, um indicador criado pelo autor.

Tabela 4 - Créditos para consumo (em moeda social)

AÇÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Quantos contratos de crédito para consumo	1.973	2.100	2316	2758	4.860
Créditos para o consumo (em moeda social)	R\$ 496.000,00	R\$ 540.000,00	R\$ 640.000,00	R\$ 562.000,00	R\$ 1.210.000,00
Crédito para o consumo/ Número de operações	R\$ 251,39	R\$ 257,14	R\$ 276,34	R\$ 203,77	R\$ 248,97

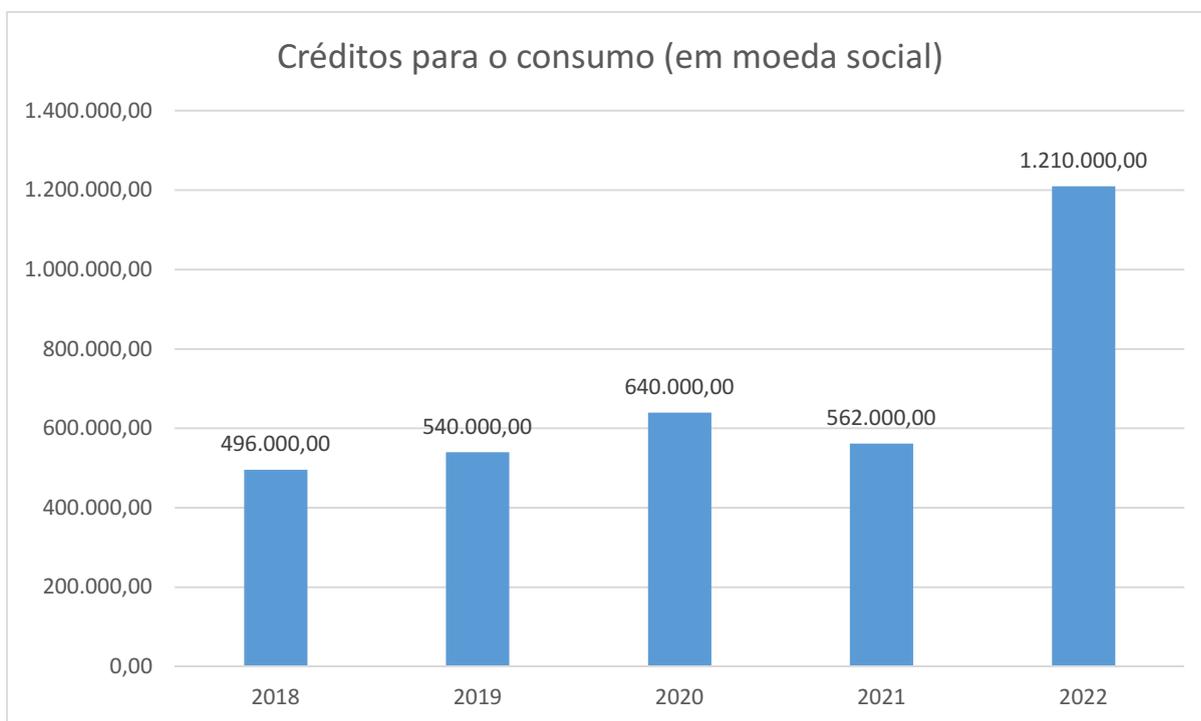
Fonte: Instituto E-Dinheiro

Antes e durante a Pandemia da COVID, a maior parte desses créditos era voltada para a subsistência familiar com o foco em mulheres, como forma de manter a subsistência das famílias, alguns desses empréstimos deveriam ser realizados mediante a comprovação de ser beneficiário do Auxílio Brasil, bolsa família ou do auxílio emergencial.

Durante a série temporal, o crédito para consumo sofreu um leve aumento de 2018 para 2019 e um aumento ainda mais forte de 2019 para 2020, com uma retração de 2020 para 2021. Em 2022, com a retomada da economia, mais linhas de crédito são oferecidas, o que culmina em um aumento de 215,30%.

De acordo com Joaquim de Melo Segundo Neto, o fundador do Banco, em entrevista, ele afirmou que 2018 foi um ano ruim com devido ao fim da SENAES (Secretária Nacional de Economia Solidária) e por causa dos contratos que me minguaram, pois na época os projetos com a Caixa e com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social foram reavaliados. Já em 2019, o BNDES auxiliou a melhora do indicador. Em 2020, durante a Pandemia de COVID, esse tipo de crédito se fez mais necessário. Em 2021, houve uma leve retração para enfim subir muito acompanhando a retomada da economia em 2022, conforme Gráfico 5.

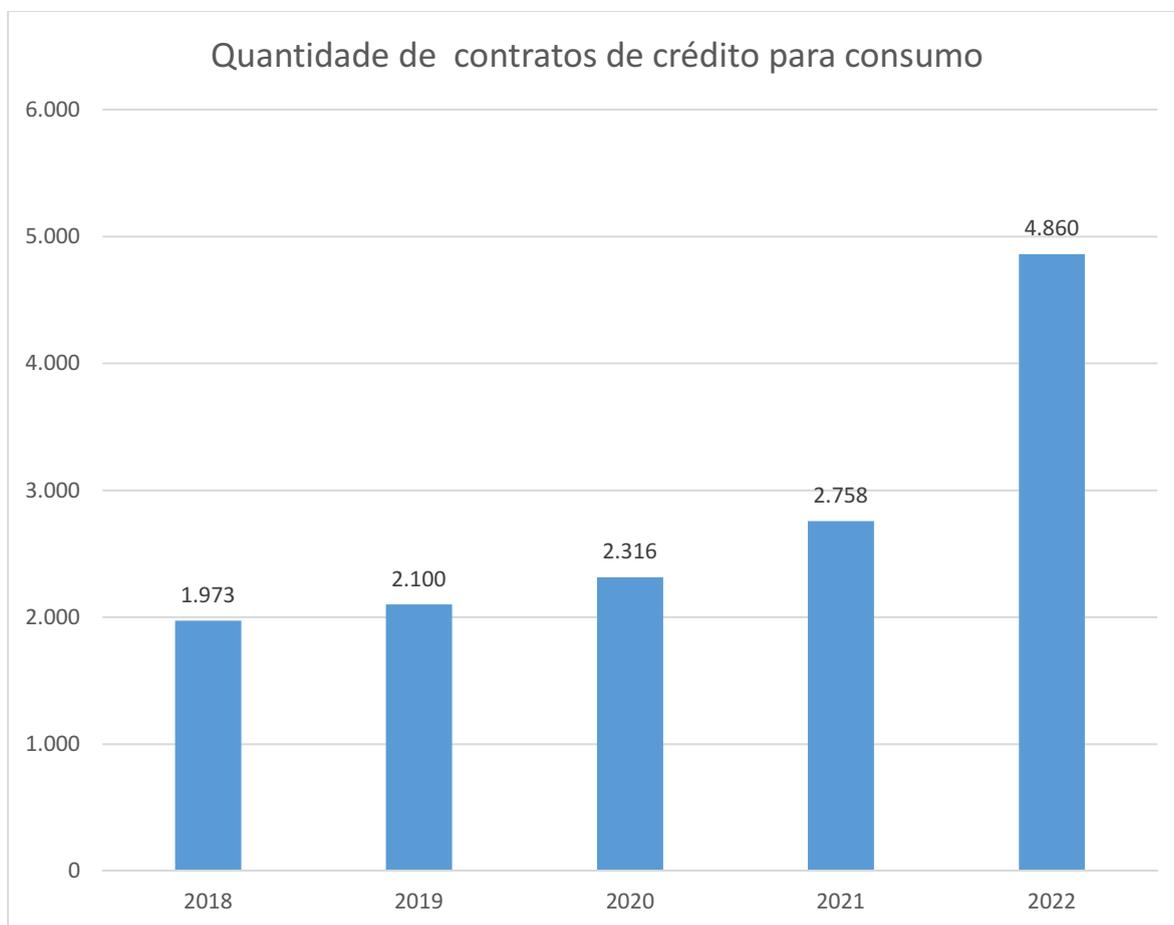
Gráfico 5 - Créditos para consumo (em moeda social)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Na mesma perspectiva, o indicador da quantidade de contratos de crédito para consumo manteve um ritmo de crescimento estável entre 2018 e 2020, o qual sofreu uma pequena aceleração de 2020 para 2021, culminando em um aumento abrupto de 246,32 % em 2022, como demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Quantidade de contratos de crédito para consumo

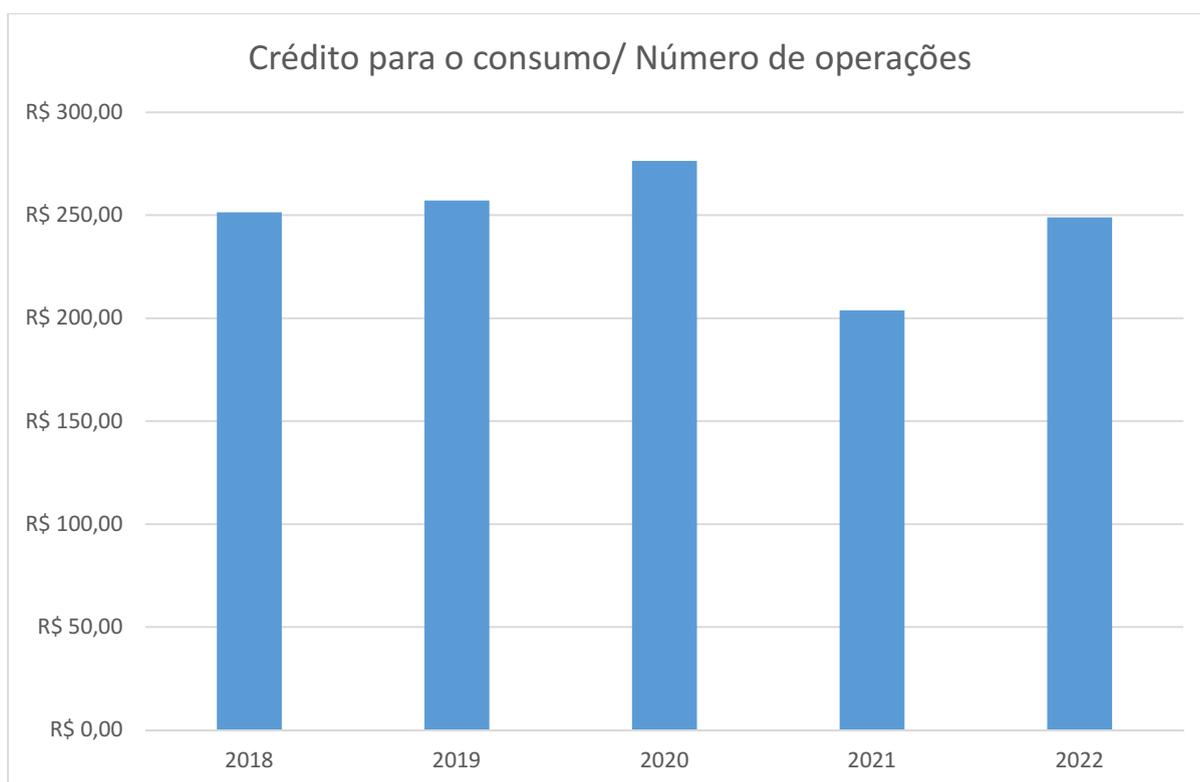


Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Para melhor compreender os dois primeiros indicadores, como mencionado, foi criado um terceiro, chamado de crédito para o consumo por número de operações com o intuito de ter uma visão de grandeza média de cada empréstimo tomado.

O indicador crédito de consumo por número de operações se manteve estável com um quase irrelevante aumento entre 2018 e 2019. Houve uma pequena elevação em 2020, e uma abrupta queda em 2021, com uma recuperação parcial em 2022. A mudança mais forte ocorreu de 2020 para 2021, onde diminuiu 26,26%. No fim, comparando 2018 a 2022, não houve aumento no valor 2018 e 2022, nos termos do Gráfico 7.

Gráfico 7 - Crédito para o consumo / número de operações



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Descobriu-se que durante o período analisado, em média, as operações de crédito de consumo são inferiores a 1/3 do salário mínimo, valor condizente com a proposta de empréstimos para consumo do Banco Palmas.

4.5.3 Análise da quantidade de operações de bonificação com moeda social Ambiental

A quantidade de operações de bonificação com moeda social ambiental exibe o número total de operações de conversão de detritos(lixo) em moedas sociais ambientais digitais. Ele é importante, no sentido que é uma variável

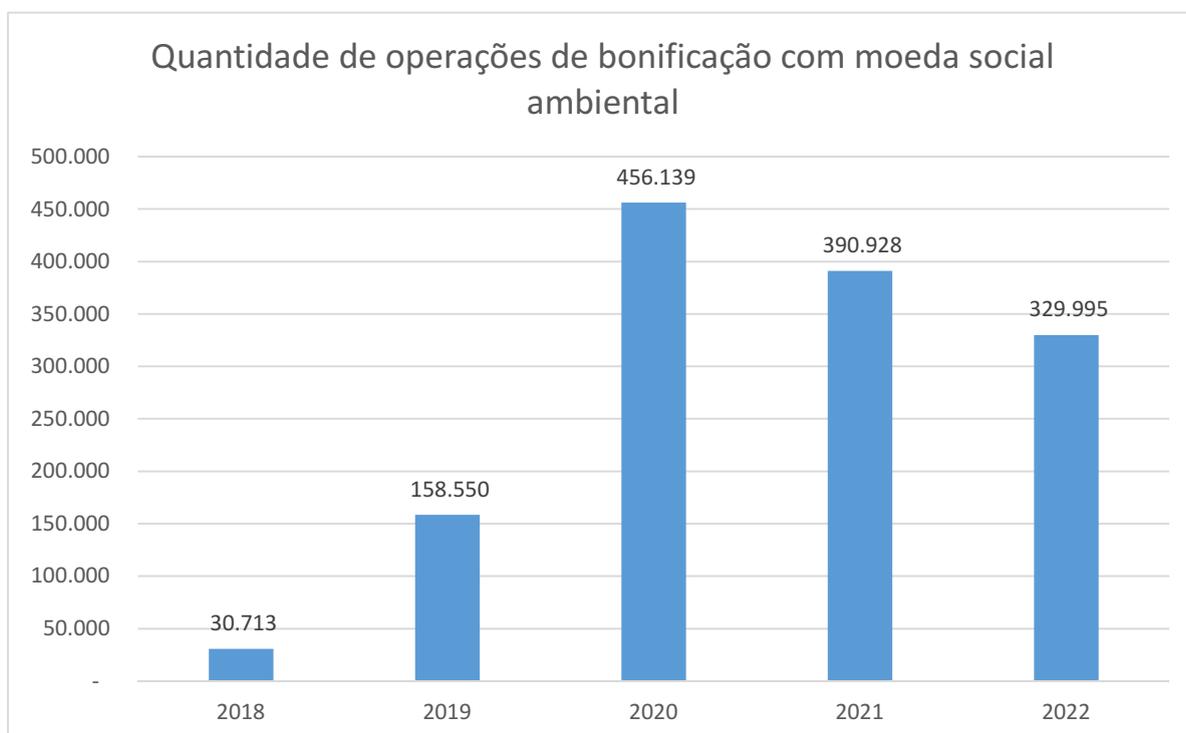
confiável para saber o nível geral de uso da Plataforma E-Dinheiro pelos usuários do Programa E-Carroceiro em Fortaleza, descrito na seção 5.3.2 da pesquisa, segundo Tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade de operações de bonificação com moeda social ambiental

AÇÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade de operações de bonificação com moeda social ambiental	30.713	158.550	456.139	390.928	329.995

O nível dos bônus descritos no indicador teve fortes aumentos seguidos de 2018 a 2020, e um retração gradual de 2020 a 2022. O crescimento mais relevante desse indicador foi em 287,69% de 2019 a 2020. Em síntese, no período de 2018-2022, houve um aumento de 1074,48% na Quantidade de operações de bonificação com moeda social ambiental, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 - Quantidade de operações de bonificação com moeda social ambiental



Fonte: Instituto E-Dinheiro

Ao observar o Gráfico 8, nota-se a grande diferença de 2018 a 2022. Isso decorre do fato de que em 2017 o programa e-carroceiro era um projeto-piloto testado de forma experimental na Secretaria Regional e em 2018 vivenciava um período de transição. Em 2019, esse período de fato terminou com a aprovação do projeto de Lei Ordinária nº 409/2019.

Outro fator preponderante no aumento da quantidade de bonificações em moeda social ambiental foram mudanças nos valores pagos aos carroceiros e munícipes participantes do programa. Em solicitação de informações a Secretaria de Saneamento do município de Fortaleza, por meio do portal da transparência do município, descobriu-se que em Novembro de 2019 houve reajuste na bonificação para os carroceiros: de R\$20,00 para R\$40,00 a tonelada de entulho e de R\$40,00 para R\$50,00 a tonelada de Volumoso.

De acordo com dados do Instituto E-Dinheiro, 335.112.537 kg de entulho e 53.524.702 kg de volumosos receberam destinação ambiental adequada mediante o uso da moeda social ambiental. Nesse sentido, recolheu-se no total 388.637.239 kg de detritos na forma de entulhos e resíduos volumosos na cidade por meio do programa em uma média de 77.727.447,8 kg por ano.

Desse modo, conclui-se que a quantidade total de detritos com destinação adequada e a média anual do desempenho desse programa, revelam uma iniciativa eficaz e eficiente como política social na área de desenvolvimento sustentável local.

O valor de compra no comércio local é o indicador mais importante de desempenho de uma rede de economia solidária com moeda social. É por meio dele que pode ser analisado a quantidade de moeda social digital gasta na rede solidária local do Banco Palmas em Fortaleza.

Com efeito, assim é possível observar a dimensão da rede local, pois o valor total das compras no comércio local, inclui todas as moedas sociais digitais em Fortaleza, independente do nome, porque todas, inclusive a moeda social ambiental, são consideradas Palmas digital, conforme a Tabela 6, apresentada na sequência.

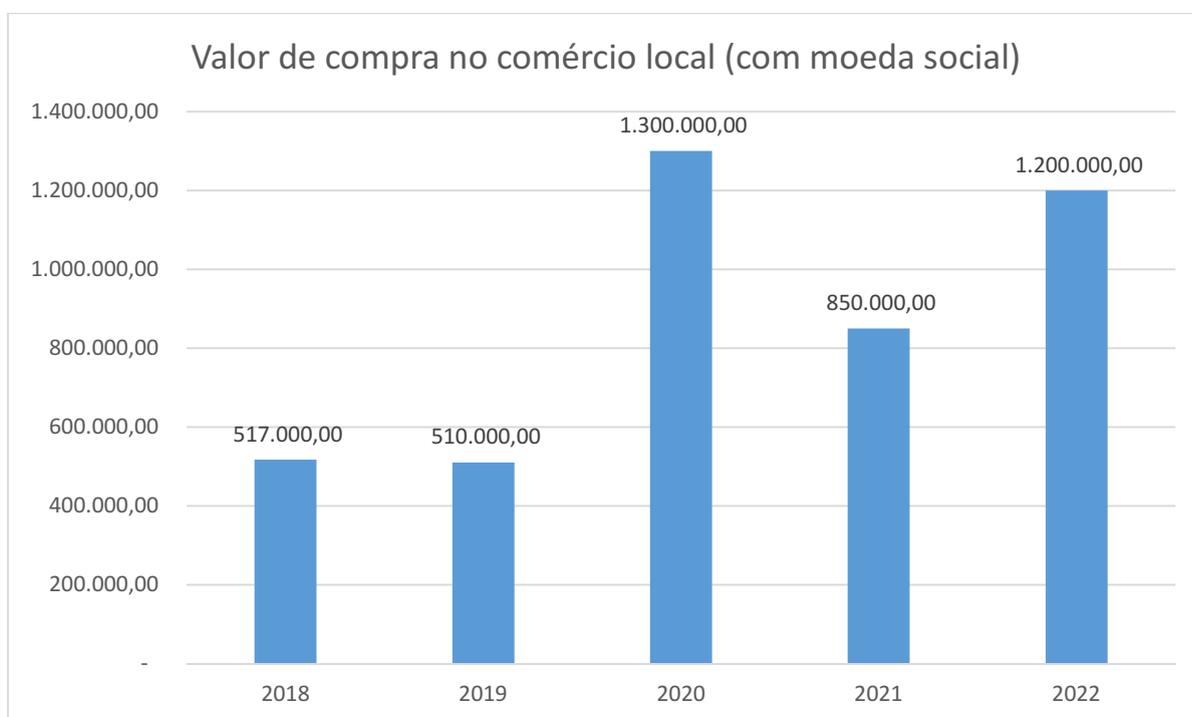
Tabela 6 - Valor de compra no comércio local (com moeda social)

AÇÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Valor de compra no comércio local (com moeda social)	517.000,00	510.000,00	1.300.000,00	850.000,00	1.200.000,00

Fonte: Instituto E-Dinheiro

Esse indicador se manteve estável entre 2018 e 2019 sem grandes mudanças. Houve um pico em 2020, uma retração em 2021 e uma recuperação parcial no valor em 2022. O ano de maior aumento foi em 2020 em 232,11%, nos termos do Gráfico 9.

Gráfico 9 - Valor de compra no comércio local (com moeda social)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

De acordo com o fundador do Banco, em entrevista, o aumento das compras no comércio local em 2020 se deveu às doações realizadas durante a Pandemia em moeda social por empresários, por meio do Programa Supera Fortaleza. Essas doações continuaram em 2021, mas diminuíram o ritmo. Em 2022, tal como os outros indicadores, o valor aumentou em virtude da retomada da economia. Ele

acrescenta que em 2018 acabaram vários projetos, houve demissões e, então, em 2022, o Grupo já estava mais organizado do ponto de vista institucional.

Dessa forma, conclui-se que o comportamento do indicador valor de compra no comércio local pode ser resumido no fato de que houve um aumento de 232,11% de 2018 para 2022, o que revela bom desempenho do uso econômico da moeda social digital do Banco Palmas. Nesse sentido, essa tendência de aumento exponencial foi observada em quase todos os indicadores quando comparados 2018 e 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu a problematização da desigualdade como geradora de exclusão social e examinou como o Banco Palmas atua em atividades e tecnologias sociais a partir de referências teóricas e conceituais sobre desenvolvimento, economia social e empreendimentos solidários.

A aproximação desses conhecimentos foram produzidas conforme características institucionais-teóricas e organizacional-funcionais do Banco Palmas. Assim, entende-se como o Banco Palmas consiste em um *hub* de inovação com planejamento estratégico unificado composto pela união das atividades de dois bancos comunitários, Instituto Palmas e o Instituto E-Dinheiro, ao funcionarem de forma complementar, inseridos em um ecossistema de inovação social na área de desenvolvimento comunitário local no município de Fortaleza.

Essa experiência proporcionou impactos sociais relevantes na comunidade do Conjunto Palmeiras Tratando-se de uma forma de um modelo de desenvolvimento endógeno comunitário com relevantes aspectos comunitários e econômicos, por meio de uma maneira ética de se pensar a economia.

Essas considerações teóricas contribuíram para a compreensão das análises sobre a temática e resultantes de entrevistas e recolhimento de documentações jurídicas e demais documentos e leituras bibliográficas.

Tais fontes de pesquisa consideraram o Banco Palmas e sua moeda social digital, como fatores de interesse local no enfrentamento da desigualdade social sob perspectiva de desenvolvimento sustentável em Fortaleza. Isso se deve às atividades geradoras de desenvolvimento local como programas sociais, serviço de correspondência bancária, microcrédito e suas moedas sociais digitais. Além disso foram apresentadas as características históricas, teóricas, institucionais, funcionais e jurídicas do Banco Palmas na cidade de Fortaleza, bem como o uso de sua moeda social digital, o que respondeu as questões norteadoras da pesquisa.

Essas atividades representaram avanços para o desenvolvimento sustentável e social em Fortaleza, principalmente no Conjunto Palmeiras, pois proporcionam respectivamente aos munícipes e moradores da comunidade, ferramentas de

cidadania social e financeira geradoras de inclusão social, de modo a amplificar as *capabilities* e contribuir para a efetivação das potencialidades sociais.

Nesse sentido, a análise estratégica do Banco Palmas, mediante o uso da técnica 5W-2H e SWOT, identificou-se como avanços na capacidade de caracterizar os desafios a serem enfrentados. Com efeito, observou-se que os desafios incluem os riscos legais e regulatórios existentes, bem como o papel de nortear todo um movimento social como o dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Dessa forma, compreende-se as peculiaridades do Banco Palmas e de sua rede de desenvolvimento local em Fortaleza estar interdependente e inseparável do exame do uso econômico e do referencial jurídico das moedas sociais digitais na Plataforma E-Dinheiro. A partir dessa análise, descreveu-se os principais indicadores do Banco Palmas na cidade e realizou-se a proposição de outros para melhor estudar o caso.

Com esses dados, observou-se a superação das dificuldades vivenciadas pelo Banco, como o fim da Secretaria de Economia Solidária em 2018 e a Pandemia de COVID-19 de 2020 a 2021. Esses motivos concorreram a reestruturação na forma atual causada pela expansão dos Ecopontos por toda a cidade, pelo desenvolvimento tecnológico da plataforma da moeda social digital para captar o recebimento de doações em todo o município de Fortaleza. Fatos que impactaram positivamente no enfrentamento das desigualdades locais geradoras de exclusão social e impulsionaram os seus principais indicadores estratégicos de desenvolvimento local do Banco Palmas.

A temática é densa e exige maior aprofundamento e geração de novos estudos na Plataforma E-dinheiro devido ao caráter de inovação tecnológica e a complexidade dos serviços oferecidos com simplificação de acesso aos usuários.

Enfrentou-se como obstáculos a existência de poucos indicadores disponíveis e os limites temporais desses indicadores para o período de 2018 a 2022, bem como as alterações institucionais do objeto da pesquisa no mesmo período.

O estudo recomenda que as atividades do Banco Palmas sejam concentradas em uma instituição jurídica, listam-se Instituto Palmas ou E-Dinheiro; Nesse sentido, a ampliação territorial do acesso ao crédito de consumo para pequenos negócios para mais bairros; a formação de parcerias com cooperativas de

trabalhadores na área de recolhimento de lixo por agentes ambientais e a finalização do processo de unificação das moedas sociais digitais no município de Fortaleza.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. do. A ENDOGENEIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL E LOCAL. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 23, 2001. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78). Acesso em: 18 abr. 2023.

AMARAL, Francisco. O poder das Ciências Biomédicas: Os direitos humanos como limite. A moralidade dos atos científicos. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fiocruz – Fundação Osvaldo Cruz, 1999. p. 36.

ANDER-EGG, Ezequiel. Introducción a las técnicas de investigación social. 6.ed. Buenos Aires, Jumanitas, 1977.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. 4. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991. Tradução de Eudoro de Souza.

BARROSO, Luís Roberto. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial . tradução Humberto Laport de Mello. – 3. reimpressão. – Belo Horizonte : Fórum, 2014.

BRASIL. Lei Nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12865.htm. Acesso em 15 fev. 2023.

BRASIL. Nota-Jurídica PGBC-5927, de 29 de julho 2011. Disponível em: <https://idoc.pub/documents/nota-juridica-pgbc-5927-20111-k546z6p128l8>. Acesso em 20 nov. 2022.

BRASIL. Resolução do BCB Nº 150, de 6 de Outubro de 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=150>. Acesso em 24 out. 2022.

BRASIL. Circular nº 3.682, de 4 de Novembro de 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2013/pdf/circ_3682_v1_O.pdf. Acesso em 5 nov. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 5 nov. 2022.

BRASIL, E-Dinheiro. Antecedentes. Disponível em: <http://edinheirobrasil.org/e-dinheiro-antecedentes/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BEZERRA, Katiana. Katiana Oliveira Bezerra: depoimento [dez, 2022]. Entrevistador: Paulo. Fortaleza: ASCOMP, 2022. Gravador. Entrevista oral concedida na apresentação da associação.

BRUYNE, Paul de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CERNEV, A. K., & DINIZ, E. H.. (2020). Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local. Revista De Administração Contemporânea, 24(Rev. adm. contemp., 2020 24(5)), 487–506. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190390>

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. São Paulo: Pearson, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema prisional em números. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>>. Acesso em 5 nov. 2019.

Cobham, A., Schlögl, L. and Sumner, A. (2016), Inequality and the Tails: the Palma Proposition and Ratio. Glob Policy, 7: 25-36. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12320>

Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza. Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>. Acesso em 17 abr 2023.

Defourny, Jacques . “Economia Social”, Dicionário Internacional da Outra Economia, Almedina. 2009. , pp.156-161.

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do Biodireito. 5 ed. Revista e atualiza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.p. 10-11.

DWORKIN, R. M. Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Estatuto Social do Instituto Palmas

FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia.4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FERRAREZI JUNIOR, C. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final. São Paulo: Contexto, 2011.

FERRARI, A.T. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

FRIESNER, Tim. (2011). History of swot analysis. Marketing Teacher. 2000-2010.

GADELHA, Fabrícia Cristina Torres. Eutanásia e o princípio fundamental do direito à vida. Monografia (Especialização em Prática Judicante) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 183.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017

GUIMARÃES, Marcello Ovídio Lopes. Eutanásia – novas considerações penais. 1ª Ed. H. H. Misuno, 2011.

HAYMAN, J. L. Investigation y educacion. Buenos Aires, Paidos, 1969.

Handbook of Development Economics, Volume L Edited by H. Chenery and T.N. Srinivasan © Elsevier Science Publishers B.V., 1988

INSTITUTO PALMAS. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza/CE, 2006.

ITAMARATY. Objetivos do desenvolvimento sustentável. Disponível em:<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods#targetText=Chegou%2Dse%20a%20um%20acordo,inclusivas%20e%20meios%20de%20implementa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 30 out. 2019.

Kemmer Cernev, Adrian, Diniz Eduardo Henrique. Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local. RAC - Revista de Administração Contemporânea [en línea]. 2020, 24(5), 487-506[fecha de Consulta 12 de Abril de 2023]. ISSN: 1415-6555. Disponible en:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84063472008>

KERSTENETZKY, C. L.. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2000, vol.15, n.42, pp.113-122

LAVILLE; GAIGER . “Economia Solidaria”, Dicionário Internacional da Outra Economia, Almedina. 2009. , pp.156-161.

LOUREIRO, Claudia Regina Magalhães. Introdução ao Biodireito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THÓHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MELO NETO, Joaquim João. Joaquim João Melo Neto : depoimento [Fev, 2023]. Entrevistador: Paulo. Fortaleza: Instituto E-Dinheiro, 2022. Gravador. Entrevista oral concedida em escritório.

MELO NETO, Joaquim João. MAGALHÃES, Sandra. Bairros pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008. 118p.

MILLE, Ethan. Kawano, Emily and Tom Masterson and Jonathan Teller-Ellsberg (eds). Solidarity Economy I: Building Alternatives for People and Planet. Amherst, MA: Center for Popular Economics. 2010. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/miller_solidarity_economy_key_issues_2010-1.pdf. Acesso em 5 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 17 ed. São Paulo. Atlas, 2005.
NADER, Paulo. Curso de direito civil, parte geral – vol. 1 / Paulo Nader – 10.ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MORAES, Orozimbo José de . Economia Ambiental : instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável/orozimbo jose morares. São Paulo, 2009. 224 p. ISN 9788579280030

NASCIMENTO, Verlane Maria Lima do. O E-carroceiro na gestão integrada de resíduos sólidos do município de Fortaleza : um estudo de caso dos Ecopontos da Regional I / Verlane Maria Lima do Nascimento. – 2019. 64 f. : il. color. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Curso de Engenharia Ambiental, Fortaleza, 2019. Orientação: Prof. Dr. Ronaldo Stefanutti.

NÚCLEO ECONOMIA SOLIDÁRIA - NESOL_USP. (Finanças solidárias)/ Núcleo de economia solidária – Nesol-usp – São Paulo_ NESOL-USP 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas., 1995.

OIT. Recomendação 193 - Sobre a Promoção de Cooperativas, Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242764/lang--pt/index.htm. Acesso em: Jan. 2023.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

RELATORIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2021/2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/human-development-report-2021-2022>. Acesso em 15 abr 2023.

RELATÓRIO DE BRUNDTLAND. 1990. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf> . Acesso 9 Ago 2023.

SANT'ANA, L. C. F. .; BENTO, L. de S. .; PEREIRA, D. de C. . Desenvolvimento Local e Sustentável: Uma realidade possível e necessária. Revista Científica ANAP Brasil , [S. l.], v. 14, n. 35, 2021. DOI: 10.17271/19843240143520212928. Disponível em: Sachas, Ignacy; Paulo Freire Vieira(org) Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, João Almeida. FILHO PARRA, Domingos. Metodologia da Pesquisa. 2ªed. São Paulo: Cengage Learning, 2017

SEN, Amartya Kumar. Sobre ética e economia São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento Como liberdade; Tradução Laura Teixeira Motta- São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Singer, Paul.Introdução à Economia Solidária / Paul Singer – 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Traduzido por Cristhian Matheus Herrera. 5ª ed. Porto alegre: Bookman, 2015

VEIGA, José, Eli. Desenvolvimento sustentável: o Desafio do século XXI. Rio de Janeiro. Garamond,2010. 2020p; ISBN:8576170515

Cruz, A. (2020) Experiências territoriais de acumulação solidária no Brasil – bancos comunitários e circuitos locais de comércio justo. En Álvarez, J.F. & Marcuello, C. (Dir.) Experiencias Emergentes de la Economía Social, OIBESCOOP, pp. 290-316

APÊNDICE

Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Entrevista com o Fundador do Banco Palmas

- 1) Entende-se Fortaleza como município de Fortaleza ou a zona metropolitana?
- 2) Como é definido o que é considerado números do Banco Palmas em Fortaleza? Inclui projetos como a moeda ambiental em Fortaleza? Inclui iniciativas estaduais como o Ceara Credi?
- 3) Esses dados incluem quais projetos do Banco Palmas?
- 4) Teoricamente, por natureza um banco comunitário se delimita em uma comunidade, no caso do Banco Palmas ele atua em toda a cidade, como se dá isso?
- 5) O que o diferencia de outros bancos comunitários?
- 6) Quais são os tipos de contas digitais?
- 7) Quais são os requisitos mínimos para um comércio se credenciar no sistema?
 - a) Requisito de documentação
 - b) Requisitos de localização
 - c) Requisitos econômicos
 - d) Outros requisitos
- 8) Quais são os direitos e deveres que os comércios credenciados tem para com o Banco Palmas. Um exemplar do modelo do contrato seria de grande valia para a pesquisa.
- 9) Quais os requisitos mínimos para crédito de consumo e para pequenos negócios? E qual o perfil ideal?
- 10) Quais são os direitos e deveres que os beneficiários de crédito possuem diferentes do crédito de outros bancos? Um exemplar do modelo do contrato seria de grande valia.
- 11) Todos os créditos tem delimitação territorial? Alguém de um bairro pode usar o comércio de outro mesmo que esteja cadastrado?

- 12) Sobre contrato de crédito, quais são os tipos do período e suas regras?
- 13) Sobre o contrato de crédito de consumo, quais as regras?
- 14) Comércio local é de vários bairros de Fortaleza ou apenas do Conjunto Palmeiras? Todos os comércios estão associados a um banco comunitário de um bairro específico?
- 15) Como as doações influenciaram nos resultados dos valores de compras? Algum programa ou campanha específico?
- 16) O que ocorreu de 2019 para 2020 que o número de comércios aumentou para 10.000?
- 17) O que ocorreu em 2021 para 2022 que o número de crédito para pequenos negócios aumentou para 3.7 milhões?
- 18) O que ocorreu em 2021 para 2022 que aumentou o número de empreendimentos com crédito para 950 e os contratos de crédito para 2500?
- 19) O que ocorreu em 2022 para que apesar de diminuir a quantidade de contratos de consumo, ocorreu aumento do valor total do crédito de consumo de 500 mil para 1.2 milhões? Foco em algum grupo específico ou projeto? Reformulação da área?
- 20) Como o valor de compra em moeda social no comércio é calculado? O que levou aos aumentos de 2019 para 2020 e de 2021 para 2022.
- 21) Informações sobre cada indicador específico que julgue importante para a compreensão do indicador.

ANEXOS

Anexo A

Cadastro de Pessoa Jurídica – Instituto E-Dinheiro Brasil

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.590.044/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 03/11/2014	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO E-DINHEIRO BRASIL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 64.99-9-05 - Concessão de crédito pelas OSCIP 66.13-4-00 - Administração de cartões de crédito 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R VALPARAISO	NÚMERO 620	COMPLEMENTO *****	
CEP 60.870-440	BAIRRO/DISTRITO CONJUNTO PALMEIRAS	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO ADM@EDINHEIROBRASIL.ORG		TELEFONE (85) 3269-9617/ (85) 8724-2389	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Anexo B

Cadastro de Pessoa Jurídica – Instituto Palmas de Desenvolvimento e
Socioeconomia Solidária

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURIDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.705.438/0001-99 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/06/2003
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDARIA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO PALMAS			PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada				
LOGRADOURO AV VAL PARAISO		NÚMERO 698	COMPLEMENTO *****	
CEP 60.870-440	BAIRRO/DISTRITO CONJUNTO PALMEIRA	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/06/2003		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Anexo C – Folder – Banco Palmas

Anverso

CRÉDITO PEQUENAS REFORMAS

COMO FUNCIONA?

CRÉDITO DE REFORMA COLABORATIVA

Financiamento do material de construção + Mão de obra.

Nessa modalidade o cliente tem a garantia de 30 dias após a realização da reforma, no caso de necessidade de reparo no serviço prestado.

Essa linha de crédito possibilita um limite maior de financiamento das reformas.

CRÉDITO DE REFORMA SIMPLES

Financiamento do material de construção.

Nessa modalidade o cliente financia o material que vai precisar para a reforma e se responsabiliza pelo serviço

NOS SIGA NAS NOSSAS REDES SOCIAIS



BANCOPALMAS EDINHEIROBRASIL



BANCOPALMAS



INSTITUTOPALMAS

SITES

Bancopalmas.com
Bar.comunicipal.org
Edinheiro.org

(85) 98790-8413





e-dinheiro
Rede de Bancos Digitais Solidários
Brasil





» **CRÉDITO PRODUTIVO**

» **CRÉDITO PEQUENAS REFORMAS**

Anexo C – Folder – Banco Palmas

Verso

• CRÉDITO PRODUTIVO

- 04 a 12 parcelas no boleto
- Valor de crédito até 4 mil
- Taxa de juros de 0,25% a 1% Am

COMO ACESSAR O CRÉDITO?

1. Ter um negócio em funcionamento
2. Solicitar no Banco Palmas o cadastramento com os documentos necessários.
3. Agendar uma visita técnica com um agente de crédito
4. Resultado da proposta em até 3 dias

Documentos necessários:
RG, CPF, Comprovante de residência

• CRÉDITO PEQUENAS REFORMAS

- 04 a 12 parcelas no boleto
- Taxa de juros de 0,25% a 1% Am

Reforma simples

- Valor de crédito até 1,000,00

Reforma colaborativa

- Valor de crédito até 1,000,00 e limite até 3,000,00

COMO ACESSAR O CRÉDITO?

1. Solicitar no Banco Palmas o cadastramento com os documentos necessários
2. Agendar uma visita de orçamento com o profissional ou agente de crédito
3. Resultado da proposta em até 10 dias

Documentos necessários:
RG, CPF, Comprovante de residência, foto do local que precisa da reforma, comprovante de renda ou avalista (com renda comprovada)

• CRÉDITO PEQUENAS REFORMAS

O QUE PODE SER FINANCIADO?

- **PINGO ZERO**
Pequenos reparos no telhado
- **BOA PINTA**
Serviço de pintura
- **SEM CHOQUE**
Serviço de elétrica
- **GOTA D'ÁGUA**
Serviço de hidráulica
- **MÃO NA MASSA**
Construção
- **MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**
Material em geral

